

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

LUGAR COMUM: ESPAÇO DA REPETIÇÃO E DA CRIAÇÃO

Jonas de Araújo Romualdo

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, sob orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

Campinas, junho de 1995

R666L

25074/BC

UNICAMP
PROGRAMA DO LIVRO DE GRADUAÇÃO
1995

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

Prof. Dr. Haqira Osakabe

Prof^a. Dr^a. Lilian Lopes Martin da Silva

Prof. Dr. Sírio Possenti

Prof^a Dr^a Cláudia Thereza Guimarães de Lemos

Para:

Maria Araújo Romualdo e Júlio Felix Romualdo, meus pais, em memória.

Para:

Judith Grossmann e Nelson Rossi

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a:

Haqira Osakabe, Carlos Franchi e a João Wanderley Geraldi. Eles representam três diferentes etapas do presente trabalho.

Agradeço também a:

Maria Irma Hadler Coudry, Sírio Possenti, Cláudia Lemos, Eni Orlandi, Tânia Alkmim, Nélio José de Carvalho, Ana Maria Medeiros da Fonseca, Carlos Bertolini e a Rodolfo Ilari.

RESUMO

O presente trabalho investiga o lugar-comum, em sua relação com a criatividade e a repetição, utilizando-se de teorias lingüísticas diversas, favorecendo, porém, os estudos em Retórica e os trabalhos produzidos na Análise do Discurso. Admitindo-se que estado e ação estão fortemente associados, assim como língua e discurso, criação e repetição, examina-se o modo como particularmente lugar-comum se relaciona com todas estas dicotomias.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	
A QUESTÃO DA REPETIÇÃO	05
CAPÍTULO II	
LUGAR-COMUM	63
Seção A: Sistema de Crenças e Universo do Discurso	
I	66
II	74
III	82
Seção B: Lugar-Comum, Pressuposto e Metáfora	112
CONCLUSÃO	129
BIBLIOGRAFIA	131

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o lugar-comum, em sua relação com a criatividade e a repetição, utilizando-se de teorias lingüísticas diversas, favorecendo, porém, os estudos em Retórica e os trabalhos produzidos na, assim chamada, Análise do Discurso de tradição francesa.

A propósito: a criatividade e a repetição, embora sejam tópicos bastante discutidos, continuam ainda a ser questões muito polêmicas. Um bom exemplo das questões que os dois temas suscitam é esse texto: "Na reflexão sobre esses modos de criar, percebe-se como é parcial reservar para o comportamento criativo certos aspectos de linguagem figurada, da ficção ou da poesia. Essa visão parcial pode-se ver em afirmações como a de R. Jakobson, em um programa televisionado (na França): "A linguagem em situação é linguagem que admite a metáfora e a metonímia. É a linguagem sem a qual não há criação". Meia verdade, como dizia no início deste artigo: construir os simulacros da metáfora ou grifar a representação pela metonímia são certamente processos criativos em um certo sentido de criatividade. Mas estou querendo dizer mais: há uma atividade criativa mesmo quando a linguagem se sujeita as suas próprias regras e há criatividade na construção das expressões mais simples e diretas em cada um de nossos atos comunicativos. Há criatividade até quando nada falamos e nos servimos da linguagem no solilóquio e no silêncio da reflexão em que reorganizamos os construtos anteriores da experiência" (Carlos Franchi, 1988, **Criatividade e Gramática**, p. 13).

Deste texto não é difícil extrair a idéia de que todo discurso é criativo, em algum sentido. Se isso é verdade, podemos, então, certamente afirmar que a criatividade é uma propriedade inerente à linguagem. No entanto, reconhecer no estudo da linguagem a importância da criatividade não pode implicar na negação da importância da repetição, em vários sentidos. Num deles: todo discurso comporta sempre um certo grau de repetição. Isto parece óbvio, talvez até incontestável, formulado, assim, desta maneira. Pode soar como óbvio, da mesma forma, uma outra formulação, incluindo a criação: repetição e criação estão presentes sempre simultaneamente na linguagem. É justamente isso que estamos defendendo neste trabalho, sabendo que admitir esta última formulação não nos leva à simplificação dos problemas. Dos problemas, apontamos um discutido neste trabalho: o da dificuldade de se localizar num discurso o que é criação e o que é repetição. Na verdade, esta é uma questão mais geral que deve ser posta em relação a várias dicotomias das quais nos servimos quando estudamos a linguagem. Tomemos, a título de exemplo, o modo como é

trabalhada a dicotomia ação-estado para discursos literários neste texto: "A gênese da obra literária opõe ações que se consomem em estados, o próprio estado de poesia, no que se refere ao poeta, do qual o poema é uma indicação. A obra literária concluída repõe o confronto entre estados e novas ações, que serão por aqueles provocadas. Os próprios estados produzidos pela obra literária resultarão, no final, em ações. Essa premissa de indissolubilidade de estados e ações propõe uma rediscussão da noção de **catarse**, a partir de determinados casos-limite, seja o **Werther**, de Goethe, ou outros, quando as ações práticas, desejáveis ou indesejáveis, desencadeados pela obra encontram possibilidade de quantificação (Judith Grossmann, 1982, **Temas de Teoria da Literatura**, p. 12).

No texto acima defende-se a indissolubilidade de ações e estados para os discursos literários. No presente trabalho, a premissa da indissolubilidade de ações e estados é estendida de modo a incluir todo e qualquer tipo de discurso, pois estamos admitindo que existe uma associação íntima entre criação e repetição em todo e qualquer discurso. É mesmo: o vínculo da linguagem com a criação e a repetição existe também na metáfora, geralmente associada exclusivamente à criação. O que há de repetitivo na metáfora, por exemplo, é apresentada por Umberto Eco, através do seguinte expediente: um de seus personagens faz equivaler os processos que na metáfora envolvem repetição a uma máquina: "Padre Emanuel girava seus cilindros e remexia nas gavetas tão rapidamente, como se fosse um prestidigitador, de tal modo que as metáforas pareciam nascer-lhe como num passe de mágica, sem que notássemos o arfar mecânico que as produzia. Mas não se dera por satisfeito.

"Senhores prosseguiu, "a Metaphora Engenhosa há de ser bem mais complexa! Cada Causa que eu haja encontrado até agora há de ser analisada, por sua vez, sob o perfil das dez categorias, & como explica o meu livro, se devêssemos considerar uma Causa que depende da Qualidade, deveríamos ver se seja visível, & quanto de distância, qual Deformidade ou Beldade tenha & qual Côr; quanto Som, quanto Odor, quanto Sabor; se seja sensível ou tocável, se rara ou densa, quente ou fria & de qual Figûra, qual Paixão, Amor, Arte, Saber, Saude, Enfermidade; & se porventura lhe possamos dar nome de Sciencia". (Umberto Eco, 1994, **A Ilha do Dia Anterior**, p. 98).

Nesse texto, o conjunto das dez categorias aristotélicas pode bem ser visto como aquilo que é repetitivo nas metáforas. No nosso trabalho, retomamos a quantidade e a qualidade, pensadas como topos ou lugar-comum, numa outra perspectiva, a de Perelman.

Além dos mencionados, outros aspectos relacionados com repetição e criação são também investigados mais detalhadamente. Na verdade, diferentes aspectos e fenômenos são examinados. É que adotamos uma caracterização de criação e repetição bastante abrangente. Incluímos nela o fonológico, o

morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático-discursivo. Desta forma, estudamos como repetição fenômenos um tanto diversos, entre eles: esquemas sintáticos (como sintagma nominal + verbo + sintagma preposicional), aspectos do sentido, como a repetição de "o computador é um organismo vivo", presente em certas metáforas e mesmo a "retomada" de um discurso por outro.

No primeiro capítulo, a discussão da relação criação e repetição nos leva a examinar mais demoradamente questões relacionadas à semântica. Tratamos dos problemas levantados, aproveitando as intuições contidas em conceitos e noções de teorias diversas. Por exemplo, "função temática" foi utilizada de modo intuitivo e não exatamente com o sentido utilizado atualmente na gramática gerativa. Está claro, então, que não estamos interessados no trajeto que intuições como essas tomaram dentro da gramática gerativa.

O objetivo da utilização da intuição contida em "função temática", assim como a utilização de outras intuições contidas em outros conceitos foi o de levantar questões que nos parecem relevantes, principalmente a respeito da relação entre o sintático, o semântico e o pragmático-discursivo. Por isso também é que não foi adotada uma semântica "mais abstrata" em que aparece um lugar já fixado para semântica, na sua relação com o pragmático-discursivo. A propósito: as fronteiras entre semântica e pragmática continuam a ser uma questão bastante polêmica. Um outro motivo de não termos adotado uma semântica mais abstrata pode ser resumida nisto: a substituição do formalismo (utilizado numa abordagem semântica "mais abstrata") por enunciados efetivamente produzidos, de qualquer modo, reintroduz o sentido (higienizado no formalismo), em toda sua complexidade, complexidade que importa levar em consideração numa discussão a respeito do que é "menos lingüístico" e do que é "mais lingüístico" nos fatores que compõem o sentido. O sentido, afinal, é ele exclusivamente determinado pelos recursos lingüísticos utilizados? Velha questão!

É óbvio que o sentido de um discurso não é totalmente determinado pelos recursos lingüísticos utilizados. Parte da possibilidade de determinação fica por conta da relação locutor-ouvinte e do contexto. Parte da possibilidade da determinação está nos recursos expressivos que oferecem pistas para a interpretação, como veremos.

No segundo e último capítulo, a nossa atenção está mais voltada para o lugar-comum.

As questões apresentadas no primeiro capítulo retornam e são investigadas em maior profundidade, especialmente a questão da relação entre criação e repetição. É neste capítulo que discutimos a relação existente entre metáfora e lugar-comum, introduzindo noções, ao nosso ver, cruciais para a caracterização deste último: as noções de "universo do discurso" em oposição a "sistema de crenças". Embora a noção de "sistema de crenças" seja a que mais

nos interessa, admitimos a dificuldade de caracterizá-la, sem estabelecer a relação existente entre ela e o "universo do discurso". É que o sistema de crenças aparece fortemente associado ao "universo do discurso".

Por um lado, "o sistema de crenças" restringe os "universos de discurso" possíveis. Por outro lado, o sistema de crenças aparece como produtivo: ele torna possível a existência de numerosos universos do discurso. Essa questão remete à relação entre ação e estado, entre língua e discurso, como veremos.

Na discussão das noções "sistema de crenças" e "universo do discurso" defrontamo-nos com questões ligadas mais diretamente à interlocução. Ressaltamos, no contexto dessa discussão, o papel do ouvinte, que é elemento ativo no trabalho da interpretação. Introduzir na discussão, o tema da interpretação, sabemos, é entrar num terreno bastante delicado:

L'infinie complexité des interprétations, leur mobilité et leur interaction, expliquent à suffisance l'impossibilité de réduire tous les énoncés à des proportions dont la probabilité numérique puisse être déterminée. Même si une argumentation de nos connaissances permet de préciser ces probabilités, c'est uniquement si l'on reste dans les cadres d'une interprétation déterminée. Conventionnellement rien ne s'y oppose, mais rien non plus ne pourra empêcher une interprétation nouvelle d'être mise en avant ou suggérée implicitement: les possibilités l'interprétation semblent inépuisables (Perelman, 1970, **Traite de L'Argumentation**, p. 163).

No texto acima é enfatizada a complexidade da interpretação. Mas, o caráter complexo da interpretação não é um bom argumento para recusarmos discuti-la em alguns aspectos. É que o tema da interpretação nos foi imposto pelo próprio objeto de investigação, o lugar-comum; o lugar-comum aparece, na maior parte das vezes, como um implícito. Explicitá-lo, então, exige justamente todo um esforço de interpretação. Sendo assim, não podemos ignorá-la.

Uma última questão que vale a pena destacar é a que diz respeito à distinção entre lugar-específico e lugar-comum, distinção estabelecida por Aristóteles. Em Perelman, 1970, não fica clara a relação existente entre as duas noções. No presente trabalho, defendemos o ponto de vista de que os dois tipos de lugares devem ser interpretados como dois diferentes níveis de abstração (um mais particular e outro mais geral) um sustentando o outro. Na verdade, o lugar-específico é inseparável do lugar-comum. Impossível pensar a existência de um sem a do outro, já que um não se define sem o outro. Este ponto de vista, parece-nos, é fiel ao pensamento de Aristóteles no **Tópicos** e na Retórica, conforme veremos.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO DA REPETIÇÃO

Quando tentamos detectar aquilo que num enunciado lingüístico qualquer (não importa aqui sua extensão) aparece como repetição de uma ou mais características (não importa aqui sua natureza e extensão), de outros enunciados efetivamente produzidos, verificamos muitas vezes que é impossível não fazermos referência àquilo que particulariza o enunciado em foco. Isso ocorre freqüentemente porque, entre outras coisas, nem sempre é fácil separar, num enunciado, os aspectos da linguagem que aparecem como repetição, daqueles que aparecem como criação. A propósito do que estamos chamando de aspectos da linguagem, é bom que esclareçamos logo que estamos incluindo neles, não só os que se relacionam com os recursos expressivos, como também os que se relacionam com o sentido. Esses aspectos assim considerados, aparecem então, como múltiplos e diversos em sua natureza. Para ficarmos só nos recursos expressivos, por exemplo, eles oferecem-nos os aspectos mais diversos, conforme admitamos que façam parte deles: a fonologia, a morfologia, a sintaxe e o léxico. No âmbito da fonologia, podemos considerar como recursos de expressão: a pausa, a entoação, a intensidade. No âmbito da morfologia, além da flexão nominal e verbal (os sufixos gramaticais), podemos apontar os processos mais característicos do léxico, a prefixação e sufixação derivacionais e os processos de composição. No âmbito da sintaxe, podemos destacar a ordem dos elementos e as chamadas funções sintáticas (sujeito, predicado, complemento, adjunto) as relações de concordância e de regência, entre outros recursos.

Dentro dos aspectos da linguagem que pertencem ao sentido, destacamos os semânticos e os pragmático-discursivos. Em relação aos primeiros, não há maiores dúvidas de que as chamadas funções temáticas (agente, instrumento, paciente, alvo) estejam incluídas nele.

Os aspectos pragmático-discursivos, diferentemente dos semânticos, põem mais em evidência a atuação dos interlocutores e do contexto do enunciado. Destacamos aqui, dentro de um conjunto muito grande, a atitude do locutor diante do seu enunciado; as imagens que o locutor faz de si mesmo, do ouvinte, do assunto; as regras de conversação; os pressupostos da interlocução; as relações dado-novo, tópico-comentário, os atos de linguagem, etc.

Como estamos vendo, os recursos expressivos e os fatores relacionados ao sentido são múltiplos e diversos em sua natureza. Ora, admitamos que, em princípio, criação e repetição podem estar associados a quaisquer um dos fatores e recursos. Se assim for, teremos que admitir também que criação e repetição são fenômenos múltiplos e diversos em sua natureza. Sua multiplicidade e diversidade, por sua vez, dependem, pelo menos em parte, da multiplicidade e diversidade dos recursos (e fatores de sentido) envolvidos.

Ocorre, também, que fatores e os recursos em discussão estão fortemente imbricados num enunciado particular. Cada um deles pode manter as mais diversas relações com os outros. Examinemos, por exemplo, o enunciado(1):

(1) A vaca mordeu o cachorro.

Em primeiro lugar, vejamos a inter-relação léxico e semântica: as funções temáticas que aparecem no enunciado agente (a vaca) e paciente da ação de morder (o cachorro), são funções atribuídas pelo verbo morder. A sintaxe também mantém uma relação estreita com o léxico. O fato de a diátese de morder incluir dois argumentos e de lhes atribuir as funções agente e paciente está refletido sintaticamente no fato de que morder não ocorre em enunciados como (2):

(2) A vaca mordeu o cachorro aos meninos

em que temos três argumentos (a vaca, o cachorro, aos meninos). Outros enunciados, como (3), (4) ou (5) são possíveis, já previstos pela diátese de morder:

(3) Mordeu o cachorro

(4) A vaca mordeu

(5) Mordeu

Os elementos não explicitados podem ser recuperados no contexto ou no co-texto. Talvez, (3) seja ambígua.

Como o verbo 'morder', tentamos exemplificar que o léxico não só repercute em instâncias como a semântica, mas também repercute diretamente na sintaxe. O verbo morder, do nosso exemplo, ocorre em estruturas sintáticas que podem ser vistas, elas próprias, como projeção do léxico (projeção da diátese de "morder").

Comparando (6) e (7), temos um outro exemplo de que o léxico tem repercussão na sintaxe:

(6) A vaca o cachorro mordeu

(7) A menina o livro rabiscou

No enunciado (6) não é claro quem é o agente se a vaca ou o cachorro. Diferentemente, (7), não é ambígua: o agente é a menina. Em (7), das indicações semânticas do tipo de ação de que se trata, e das indicações das características semânticas dos dois argumentos, pode se deduzir que "a menina" (animado, humano) é o agente e "o livro" (não-animado) é o paciente. Diferente de (7), (6) pode ter como agente da ação de "morder" tanto "cachorro" quanto "vaca", ambas participando da propriedade semântica "animado" e ambas preenchendo os requisitos de candidatas a agente de "mordeu", entre outros, o de ter dentes. Ambas também podem ser paciente. Em casos como esses, em que fatores relacionados ao léxico não indicam claramente quem é o agente, quem é o paciente, o recurso sintático da posição pode ser decisivo, como em (1)

(1) A vaca mordeu o cachorro.

Neste enunciado, a posição explicita as funções sintáticas (as de sujeito de, objeto de) que explicitam, por sua vez, as funções temáticas dos argumentos envolvidos. No caso, "a vaca" é sujeito de morder, porque está na posição "antes do verbo". "O cachorro" é objeto direto de morder, porque ocorre "depois do verbo". Por sua vez, a função temática agente está associada a sujeito; a função temática paciente, ao objeto.

Em (1) a posição "antes do verbo" coincide, também, com a de primeira posição do enunciado, posição típica de tópico (quadro de referências, a partir do qual se diz algo). Desta maneira, "a vaca" acumula a função sintática de sujeito; a temática, de agente; e a discursiva, de tópico.

A intervenção de recursos morfológicos pode ter repercussão sobre o recurso sintático da posição. Nos enunciados (8) e (9):

(8) O cachorro, morderam ele as vacas

(9) O cachorro, morderam-no as vacas

os recursos morfológicos de flexão "am" e "s", no âmbito da semântica, indicam "plural" em "as vacas" e "pessoa não locutor e não ouvinte, plural" em

‘morderam’. Esses mesmos recursos intervêm no âmbito da sintaxe como suporte da relação de concordância sujeito x verbo, justamente porque este tipo de relação indica, através de flexão, um acordo entre os traços morfológicos do verbo e as do núcleo do sintagma nominal sujeito (os traços de pessoa e de número), acabando também por indicar quais os possíveis candidatos a sujeito, dado um verbo qualquer num enunciado. Assim, sabemos que o sujeito de (8) e (9) não pode ser ‘b cachorro’; só pode ser ‘as vacas’ no plural, porque o verbo está na 3ª pessoa do plural e isso indica, então, que o sujeito é composto (por vários sintagmas nominais coordenados), ou está no plural e isso exclui ‘cachorro’ no singular. Nesse, como nos outros enunciados, o sujeito expressa a função temática agente.

A utilização de recursos morfológicos e sintáticos (os utilizados na concordância) para marcar a função sintática de sujeito, pode repercutir sobre os outros aspectos, inclusive sobre os fatores pragmático-discursivos. Por exemplo, o recurso da concordância permite nos exemplos (8) e (9) que ‘as vacas’, sendo sujeito, se libere da ‘posição antes do verbo’. Nesses exemplos, ‘as vacas’ ocorre no final do enunciado. Por sua vez, ‘b cachorro’, que tem função sintática de objeto direto (na qual se apóia a função temática paciente), pode vir, como nos exemplos, no início do enunciado. Isto permite que ‘b cachorro’ exerça a função discursiva de tópico. Isto, por sua vez, repercute em outros aspectos da linguagem. A função de objeto direto é indicada pela posição de ‘b cachorro’ em relação ao verbo, em enunciados como (1) e (3). ‘O cachorro’ é marcado como objeto pela posição ‘depois do verbo’. Em (8) e (9) são basicamente os pronomes-cópias (‘ele’ em (8) e ‘ho’ em (9)), que expressam essa função. Esses pronomes, apoiando-se na relação de anáfora com o antecedente ‘b cachorro’, são marcados como objeto direto, um pela sua posição ‘depois do verbo’ (no caso de ‘ele’) e outro basicamente pela forma, que expressa ‘caso oblíquo’ (no caso de ‘no’ que aparece em (9)).

Assim, em muitos casos, é a utilização dos pronomes-cópias um dos recursos que permitem que o objeto direto apareça no início do enunciado, como em (10):

(10) O menino, a menina mandou ele sair

O tópico em (8) e (9) não é expresso somente pela posição ‘início do enunciado’. Ao lado da posição, recursos fonológicos são utilizados. Há uma pausa em (8) e (9), representada pela vírgula, que põe em isolamento sintático ‘b

cachorro”, destacando-a do restante do enunciado. Aliás, os recursos fonológicos (ênfases, pausas e entonações) não só são utilizados obviamente para indicar o tópico, como também entram em interação com fatores semânticos e pragmáticos de qualquer ordem.

O já citado enunciado (6), tido como ambíguo, com a utilização de recursos fonológicos apropriados, pode deixar de sê-lo. As funções sintáticas (e nesse caso as funções temáticas), podem ganhar visibilidade indicando, assim, quem mordeu quem.

Sem a utilização de pausa e entonação adequadas para a produção da versão falada (8) e (9), pode se manter “o cachorro” na função temática de paciente e na primeira posição com a mobilização de outros recursos. O enunciado (11) é um exemplo interessante, dentre outros possíveis, por se utilizar simultaneamente da apassivação e da expressão “é que”:

(11) O cachorro é que foi mordido pela vaca.

Nesse enunciado, “o cachorro” é ‘informação nova’. Há a utilização de “é que”, que destaca “o cachorro” do resto do enunciado. “O cachorro” não é objeto direto do enunciado, e sim o sujeito, e isso torna mais fácil aparecer na primeira posição. O que permitiu basicamente “o cachorro” aparecer como sujeito do enunciado foi a introdução de recursos morfológicos: a introdução do auxiliar “ser” (que expressa tempo e pessoa) acontece com a mudança do verbo principal para o particípio passado. A possibilidade do paciente aparecer como sujeito e de, assim, poder ser destacado por “é que”, tem repercussão no aspecto pragmático discursivo. O enunciado (11) está associado ao pressuposto “a vaca mordeu algo”, pressuposto que não está presente em (1), (3), (4), (5), (6), (7), (8) e (9). Se focalizarmos o enunciado (11) pelo prisma “dado-novo”, é muito claro que “o cachorro” é a informação tida como nova, pelo locutor. Diferentemente, “pela vaca” é que é a informação nova em (12):

(12) O cachorro foi mordido pela vaca

em que, “o cachorro” acumula a função de sujeito e de paciente, como em (11). Aqui, graças somente a opção pela formulação passiva, e sem a utilização de “é que” o cachorro pode aparecer na primeira posição do enunciado sem a utilização de recursos fonológicos específicos como em (8) e (9). É possível que, com a utilização da entonação e pausa e outros recursos fonológicos (12) possa associar-se ao pressuposto “algo mordeu o cachorro”.

Por fim, se o locutor se sentir obrigado a não dizer que bicho ou quem mordeu o cachorro, pode valer-se, por exemplo, de (13):

(13) Morderam o cachorro

Aqui, recursos sintáticos e morfológicos (a eliminação do sujeito e a flexão "ram" que pode indicar a indeterminação) foram mobilizados.

Daqui, podemos voltar à discussão inicial a respeito de criatividade e repetição na linguagem: o que queríamos demonstrar com a análise do conjunto de enunciados (1) a (13) é que todos os aspectos da linguagem: o fonológico, o morfológico, o léxico, o sintático, o semântico e o pragmático-discursivo, apresentam-se fortemente imbricados num enunciado. Em primeiro lugar, porque dentro de um enunciado qualquer, os elementos expressos ou não fonologicamente, podem estar relacionados simultaneamente com diversos aspectos. Assim, por exemplo, "a vaca", em (1), como vimos é o sujeito (sintaxe), o agente (semântica) e tópico (discurso). Por sua vez, em (3), (4) e (5), elementos não expressos fonologicamente, recuperáveis no contexto e no co-texto, "a vaca", em (3), "o cachorro" em (4) e "a vaca" e "o cachorro" em (5), acumulam funções sintáticas e temáticas. "A vaca" é sujeito em (3) e (5), (sintaxe), embora não esteja expresso no enunciado. "O cachorro" embora não expresso, é o objeto direto de mordeu (sintaxe) em (4) e (5). "A vaca" em (3) e (5) é o agente e "o cachorro" o paciente em (4) e (5) (semântica). No âmbito pragmático-discursivo, tanto "a vaca" quanto "o cachorro" são elementos tido como dados dentro da relação dado-novo e é por isso que podem ser omitidos em (3), (4) e (5), em que todos os três enunciados foram interpretados como "a vaca mordeu o cachorro". Em segundo lugar, há imbricação, porque algumas funções e relações são expressas redundantemente. Um exemplo disso é (8), em que a função do objeto direto é indicada pela posição do verbo (sintaxe) e pela forma (morfologia, talvez). Em terceiro lugar, porque qualquer modificação em qualquer aspecto lingüístico pode levar à modificações em outros aspectos do enunciado. Por exemplo, um fenômeno sintático como a ocultação do sujeito, pode estar sendo favorecido por fatores pragmático-discursivos (interesse ou não do locutor de tornar explícito determinado tipo de informação) como em (13), em que o apagamento do sujeito, por sua vez, é possível graças à intervenção da flexão "ram" (morfologia). Em outros enunciados um outro recurso seria possível, o pronome "se", em "rouba-se muito aqui". Em (11), a utilização de "é que" provoca o aparecimento de um pressuposto específico, além de assinalar "o cachorro" como novo (aspecto pragmático-discursivo).

Ora, já tínhamos dito antes que uma das dificuldades de detectar criação e repetição era a seguinte: ambas estão relacionadas a diversos aspectos da linguagem, estes, por sua vez, múltiplos e diversos em sua natureza. Como esses aspectos apresentam-se, como dissemos, fortemente imbricados, outra dificuldade a apontar é a seguinte: criação e repetição podem estar localizadas na relação que um aspecto particular estabelece com outros. Ou mesmo, dentro de um mesmo aspecto, na relação que um fator estabelece com outro (ou outros), ou um recurso estabelece com outro (ou outros). Exemplos: dentro do aspecto pragmático-discursivo, a relação estabelecida por tópico-comentário e dado-novo, dentro do aspecto sintático, concordância e posição. Deste modo, um enunciado que, à primeira vista, apareça como repetitivo, se examinado mais cuidadosamente em seus múltiplos aspectos, pode revelar-se inovador em alguns deles ou na inter-relação dos seus diversos aspectos (ou fatores e recursos). Isso não é surpreendente, pois diversos estudos dentro da Análise do Discurso afirmam ser o discurso um acontecimento singular. Por outro lado, os enunciados que são patentemente inovadores, à primeira vista, não deixam de ter muitas de suas características em comum com outros enunciados. Nossa posição, portanto, em relação à repetição e criação não é inovadora: criatividade e repetição existem num mesmo enunciado, embora em diferentes graus. A questão, quando falamos de criação e repetição, é o de localizá-las. Difícil também, é tentar defini-las e mesmo caracterizá-las. Para facilitar, vamos entender por repetição a presença de características (de natureza variada) num enunciado em foco que estão presentes também em outros enunciados efetivamente produzidos. Por criação, a existência de características no enunciado em foco que estão ausentes em outros enunciados efetivamente produzidos. Claro que conceber criação assim é um exagero. É óbvio, quando se discute criação e repetição, que sabemos ser impossível o exame de todos os enunciados produzidos efetivamente em Português, por exemplo. Ninguém teve e jamais terá acesso a todos os enunciados efetivamente produzidos. Mas, este exagero pode servir, simplesmente, como um ponto de partida que pode nos ajudar a separar num enunciado as características "relativamente" inovadoras das "relativamente" repetitivas.

Podemos, agora, analisar alguns exemplos em que o fenômeno da repetição parece estar envolvido. Antes, porém, faremos alguns esclarecimentos sobre alguns termos e alguns conceitos por nós utilizados.

Uma primeira observação sobre o que estamos chamando de aspectos da linguagem. Tivemos dificuldade de achar um termo adequado para eles. "Nível" não nos parece um termo adequado, porque sugere mais uma construção de elementos sobrepostos, tal que um nível mais baixo apóia o mais alto, indo da fonologia até a sintaxe ou vice-versa. Como a concepção de linguagem aqui é de que os níveis (no caso, os aspectos) se inter-relacionam de modos diversos e o que acontece em um (qualquer que seja este) tem repercussão no outro; a concepção de níveis não nos interessa. Ainda mais que, numa concepção como essa, o lugar da semântica incomoda muito e o lugar dos fatores pragmático-discursivos simplesmente não existe.

Benveniste (1962) sugere que além do nível frase, não há mais níveis. Há a instância do discurso que pertence propriamente a um outro tipo de abordagem lingüística.

Falar do léxico como nível é também problemático. Em geral, ele é colocado a parte e tentam caracterizá-lo como oposto à gramática. Assim, a depender da concepção de gramática, a sintaxe e a morfologia (gramática, para alguns) é que se opõem ao léxico. De qualquer modo, assim como falar de aspectos da linguagem e admitir que há uma inter-relação entre todos eles é polêmico, também se pode, com toda razão, discutir o recorte e a escolha dos aspectos tidos como relevantes. E, realmente, a depender da teoria, pode falar-se em fonologia, sintaxe e semântica. Em outras, têm-se a fonologia, a morfossintaxe e a semântica. Em outras, ainda, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Há também a conjunção da sintaxe e semântica em nível sintático-semântico.

A fronteira entre semântica e pragmática, por outro lado, é bastante tênue. O que, na descrição do sentido, depende ou não do contexto, do locutor e do ouvinte, parece ser uma discussão interminável. O certo é que, mais lentamente, fatores relacionados ao locutor, ouvinte e situação, vêm sendo incorporados à lingüística. Uma das dificuldades é que os recursos que uma língua utiliza para expressar o sentido são os mais diversos. Esses recursos, porém, nem sempre são visíveis para o estudioso. Entre outras coisas, sua visibilidade é muito dependente do grau de sistematização, ou, às vezes, do ponto de vista escolhido pelo observador. Talvez, um exemplo do que estamos afirmando seja o reconhecimento, pelos estudiosos, da importância dos atos da fala, num momento em que as idéias lingüísticas dominantes tendiam a excluir, como relevantes, fatores relacionados a locutor, ouvinte e contexto. Óbvio que a descrição de ato de fala supõe a presença do locutor e do ouvinte e uma das dificuldades em

negar sua relevância era que, nas línguas estudadas, os atos eram expressos por recursos mais ou menos sistemáticos. O Português mesmo tem alguns atos de fala associados a certos recursos mais ou menos sistematizados, por exemplo. Embora, é claro, não seja o único recurso para expressar um pedido ou uma ordem, não é muito difícil associá-la, em português, às formas gramaticalmente marcadas do imperativo. Muitos outros fatores (que fazem parte do sentido) que, em princípio, são menos sistematizados, mas nem por isso menos relevantes lingüisticamente, podem passar como "extra-lingüísticos" ou de pouca importância, por falta de visibilidade nos termos que nós colocamos. A visibilidade (relacionada à sistematização) e um certo esforço por ignorar os fatores pragmático-discursivos só poderiam levar, em muitos casos, a certas soluções meio conflitantes. Por exemplo, um lingüista que se esforçasse em negar a importância lingüística dos fatores pragmáticos, caso se deparasse com uma língua em que os falantes fossem obrigados a marcar por um recurso gramatical qualquer: sua certeza em relação ao enunciado, sua dúvida em relação ao enunciado, se o enunciado informa sobre alguma coisa que o locutor ouviu de outra pessoa, ou se o locutor informa o que ele próprio presenciou; esse lingüista não teria outra saída, senão a de incluir a atitude do locutor, como relevante, na sua descrição, a despeito de negar a importância dos fatores pragmático-discursivos na descrição das línguas. Nos estudos do português, por exemplo, nunca foi negada a importância dos modos verbais, desde muito tempo tendo sido afirmada a oposição subjuntivo e indicativo, mesmo por estudos que partiam do princípio da não-relevância de fatores pragmáticos e discursivos. Nesse caso, também, trata-se do fato de que o Português dispõe de recursos relativamente sistematizados para a expressão de atitude do locutor, as formas do verbo, a flexão verbal (indicativo x subjuntivo). Porém, uma gama muito mais complexa e sutil das diversas atitudes que o locutor tem em relação ao enunciado, ultrapassa, de longe, as que são expressas pelo par indicativo e subjuntivo. Podem ser elas expressas por um verbo (Acho que vai chover), por uma gama de formas classificadas como advérbio (Decididamente, você é feia), por mudanças de língua (falar francês no lugar de português, por falantes que dominem as duas), por variações estilísticas, pelas aspas, na escrita, por orações intercaladas (Maria, ao que se sabe, vai casar), pela escolha de substantivos que introduzem avaliação, e muitos outros recursos. Todos eles, apesar de menos sistematizados do que as formas do subjuntivo e do indicativo, não são menos importantes do que esses últimos.

Em suma, os fatores pragmático-discursivos, de importância cada vez maior nos estudos lingüísticos, não estão ainda hoje bem determinados. Enfrenta-se, no caso, a dificuldade deles serem bastante numerosos. Também, encontra-se um obstáculo concernente ao grau de sistematização dos recursos que o expressam, bastante variável, de língua para língua.

Como temos visto, a caracterização e o estabelecimento dos aspectos que são relevantes no estudo da linguagem são polêmicos. Queremos dizer com isso que estamos conscientes de uma certa arbitrariedade, quando optamos por trabalhar, considerando como relevantes a fonologia, a morfologia, o léxico, a sintaxe, a semântica, e os fatores pragmático-discursivos. Escolhemos estes fatores por serem os aspectos que melhor cobrem a relação, por vezes designada, 'som-sentido', 'conteúdo-expressão'. O 'som' ou a 'expressão', repensados como 'recursos de expressão', fazem aparecer melhor, com detalhes, recursos não incorporados enquanto tais, por muitas teorias. Um exemplo, a variação lingüística (estudada por Possenti (1988) como recurso de expressão) não cabe bem dentro de muitos modelos vigentes. A bem da verdade, e isso é encarado como uma virtude, não cabe mesmo dentro de nossa classificação de aspectos lingüísticos. A variação em si, embora seja marcada num recurso fonológico, morfológico ou num sintático, ela própria é um outro recurso autônomo. A idéia de recursos, tal como é apresentada por Franchi (1976), é, do nosso ponto de vista, muito mais reveladora da complexidade da linguagem do que a de 'som' ou simplesmente 'expressão', uma concreta demais, outra vaga demais.

O conteúdo ou o sentido ficam mais enriquecidos, se analisados, como são, em fatores semânticos e pragmáticos.

Algumas palavras sobre nossa lista de recursos e fatores. Nossa intenção foi a de que os recursos e fatores citados fossem tomados como exemplos. Claro que a lista bem longe está de esgotar todos os recursos e fatores. Os recursos fonológicos, por exemplo, em geral não são muito bem estudados. Muitos aspectos da fonologia dita supra-segmental vêm sendo estudados mais recentemente. Dos recursos da sintaxe, estão citados os mais corriqueiros. Com o avanço vertiginoso dos estudos da sintaxe, muitos recursos que não eram levados em conta (porque, antes, eram invisíveis ou porque eram tidos como de pouca relevância) estão sendo bastante discutidos atualmente.

A listagem dos recursos morfológicos está incompleta, assim como a do léxico. Este último tem recebido mais atenção, seja na perspectiva que acentua sua inter-relação com a semântica, seja na que acentua sua inter-relação com a sintaxe.

Todos os quatro aspectos: a fonologia, a morfologia, o léxico e a sintaxe, são justificados enquanto recursos, porque, no enfoque que estamos assumindo, desempenham um papel relevante na construção do sentido: orientam-nos em relação aos fatores pragmático-discursivos que devem ser tomados como relevantes no "cálculo" do sentido global. Em relação a autonomia relativa de cada um deles, isto é, em relação às características que diferenciam cada um em relação aos outros, só temos a dizer, por enquanto, que isto é matéria de discussão.

Restou-nos agora, falar sobre os fatores de sentido. A lista dos fatores semânticos foi bastante reduzida, e isto se deve ao excesso de cautela. Cada vez mais, muitos fatores considerados antes semânticos, têm sido considerados por muitos lingüistas, como fatores claramente pragmáticos. Um exemplo é a pressuposição, discutida no nosso conjunto de exemplos (1) - (13). Em Ducrot (1972), defende-se que a pressuposição, diferente do implícito, é um fenômeno semântico. Em Ducrot (1978), essa visão aparece reformulada. É defendida, com bastante veemência, o ponto de vista de que a pressuposição é um fenômeno pragmático. Diz ele neste livro: "Tal como caracterizei, no nível do enunciado, a pressuposição aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores; ela é relativa à maneira pela qual eles se provocam, e pretendem impor-se uns aos outros, um certo modo de continuar o discurso. Que ela possa ser marcada a partir do nível da frase confirma, então, no que tange à língua, no sentido mais tradicional do termo, a idéia de que a utilização polêmica da linguagem não se acrescenta a língua - em virtude de alguma lei de discurso ligada à natureza humana. Isso confirma a idéia de que a pragmática não é um suplemento da semântica, isso confirma, pois, a concepção segundo a qual a língua seria um instrumento intrinsecamente polêmico. Eis porque, aliás, tenho podido ter tão pouco pudor na confissão que acabo de fazer. Só se confessam voluntariamente pecados que se consideram veniais. Ora, a autocrítica que apresentei, me parece deixar intacta e, mesmo em realidade, confirma a idéia, essencial para mim, de uma língua consagrada à interação dos indivíduos" (em "O Dizer e o Dito", pp. 40-41). Voltaremos a abordar a noção de pressuposto e sua importância neste trabalho, mais adiante. Por enquanto, queremos só enfatizar a importância que

têm, na linguagem, o falante, o ouvinte e o contexto. Uma importância tão grande, capaz talvez, de explicar as mudanças na gramática das línguas? Sem mais comentários, citamos uma notícia curiosa, à respeito da ascensão política dos chamados grupos minoritários nos E.U.A.: 'Os caprichos da correção política não param de criar novos rótulos. Hoje, por exemplo, não se pode falar mais de 'latino writer' (escritor latino) para se referir a uma escritora do sexo feminino. É considerado politicamente incorreto por ser uma forma de discriminação contra a mulher. Uma escritora de origem latina deve ser chamada de 'latina writer', criando uma regra de concordância de gênero que não faz parte da língua inglesa'. ('Literatura étnica também invade academia', em Folha de São Paulo, Ilustrada, p. 5-3, de 04 de Janeiro de 1994).

Uma última observação. Embora saibamos que num enunciado qualquer muitos recursos e fatores estão simultaneamente envolvidos, só destacamos aqueles que nos parecem relevantes para a análise, tendo em vista o problema discutido no momento. Assim, no conjunto (1)-(13), muitos recursos e fatores deixaram de ser discutidos, por serem considerados irrelevantes no momento. Toda a análise dos enunciados, mais propriamente, dos discursos que será proposta aqui, não terá a pretensão de ser exaustiva. Recursos e fatores de sentido, até então não mencionados, serão introduzidos.

Dito tudo isso, passemos a examinar alguns exemplos de repetição. Vejamos a questão do léxico, deixando de fora os elementos que fazem parte da gramática do português, como os artigos. Observando um enunciado como (14):

(14) O velho atravessou o rio

não precisamos nos esforçar para admitir que a maioria, ou quem sabe, provavelmente, todos os falantes do português já ouviram, muitas vezes, e muitos provavelmente também já leram as palavras 'atravessou', 'rio', e 'velho'. Assim, essas palavras, e uma grande parte de outras, podem aparecer como elementos bastante repetitivos. O léxico de uma língua, aliás, é muitas vezes concebido como uma lista de itens que têm uma forma fonológica definida, além de um conjunto de traços semânticos e sintáticos definidos. Qualquer pessoa pode, no entanto, observar que além de variável, o nível mesmo da fonologia (veja-se, por exemplo, covarde-covarde, perfume-peufume, farcudade-falculdade-faculdade-facurdade), a variação de sentido das palavras é bastante significativa.

Diz-se que a variação de sentido de uma palavra tem relação com a variedade de enunciados em que ela ocorre. Diz-se que é possível num

enunciado uma palavra aparecer com um sentido, e com outro num enunciado diferente. Há até quem diga que em cada enunciado específico, todas as palavras têm um sentido específico. Tudo isso nos faz recolocar as seguintes questões: Há alguma característica de sentido que possa ser atribuída especificamente ao componente lexical? Qual ou quais características? É possível isolá-las? Analisando o enunciado 'o velho atravessou o rio', estamos tentando mostrar as dificuldades que enfrentamos ao tentar respondê-las. Elas são condições para tentar resolver um outro problema: o que há de repetitivo em 'velho', 'atravessou' e 'rio', do ponto de vista do sentido?

Voltemos, então, ao enunciado 'o velho atravessou o rio'. Embora pareça, seu sentido está longe de ser transparente, como ficará claro na nossa exposição. Poderíamos começar tentando restringir o sentido das três palavras em foco. Partamos da sintaxe e da semântica, analisando o verbo "atravessar".

"Atravessar" ocorre no enunciado (14), 'o velho atravessou o rio', associado a dois argumentos: 'velho' e 'rio', mas isso não assegura que a ação de atravessar possa ser definida como associada unicamente a dois argumentos. Outros argumentos podem estar subentendidos em "atravessar", sem que apareçam no enunciado, conforme podemos constatar em (15), em que "atravessar" parece estar associado a três argumentos-

(15) O velho atravessou o rio de navio

Ora, se 'navio', 'rio' e 'velho', em (15), são realmente argumentos de atravessar, devem receber funções temáticas, todas elas atribuídas pelo verbo em questão. Comparando os enunciados (15) e (16), abaixo, levantemos a hipótese de que nestes dois enunciados, as funções temáticas envolvidas são as de agente ('velho' em (15) e 'homem', em (16), de paciente ('rio' em (15) e 'coração do javali', em (16), e, por fim, a de instrumento ('de navio' em (15) e 'com a faca' em (16). O exemplo é:

(16) O homem atravessou com a faca o coração do javali.

O sentido de "atravessou", dentro deste ponto de vista, inclui que a ação representada por este verbo subentende a participação de um agente, um paciente e um instrumento. Estas propriedades de sentido não são, certamente, efeito de outros componentes do enunciado, isto é, dos fatores pragmático-discursivos, da sintaxe ou da semântica do enunciado e, sim, exclusivamente das propriedades semânticas do item léxico "atravessar".

Recorreu-se à sintaxe (aqui no caso, para verificar se há, na ocorrência de outros enunciados, outros argumentos associados a 'atravessou') e à semântica (aqui, no caso, para estabelecer que estas funções aparecem de um modo claro), com o objetivo de melhor caracterizar quais propriedades pertencentes a 'atravessar' são tipicamente do léxico e não um efeito produzido por outros aspectos do enunciado.

O estabelecimento das funções temáticas de 'atravessou', leva-nos a reconhecer uma das fontes da pouca transparência de sentido de:

(14) O velho atravessou o rio.

Aqui, não está explicitado o 'Instrumento' de 'atravessou'. A constatação disso nos leva à consideração do papel dos fatores pragmático-discursivos na especificação do sentido de "atravessar" em (14).

Em primeiro lugar, se a função temática não está explícita no enunciado em questão, uma das razões pode ser a de que o locutor julga que o interlocutor pode extraí-la do contexto ou está no contexto. Mas, nem só o fato do locutor julgar óbvia ou sem relevância a explicitação do instrumento pode explicar o seu apagamento. Pode ser que o locutor queira, por alguma razão, omiti-la. Do lado do ouvinte, a interpretação pode parecer incompleta, ou parecer óbvia. O ouvinte pode evitar algumas interpretações, favorecendo outras, mais de acordo com sua 'visão de mundo', suas inferências. Assim, o enunciado (14) pode ser interpretado como (17).

(17) O velho atravessou o rio a nado

isto é, 'um homem velho atravessou o rio, nadando'. Em geral, todas as palavras do enunciado podem levar a favorecer o preenchimento do instrumento, apagado em (14), de formas diversas. As marcas extraídas do contexto e co-texto podem permitir que o instrumento seja preenchido por 'de navio', 'de barco', etc... Na falta de elementos extraídos do contexto e do co-texto, as expectativas do ouvinte têm um papel fundamental. Assim, a interpretação de (14), como (17), embora plenamente possível, sem maiores indicações contextuais, é pouco favorecida por ouvintes que associam 'velho' a 'ter pouca resistência física', 'ser inativo', etc... Por outro lado, um bom exemplo de 'rio', para alguns ouvintes, pode ser um rio cujas águas tenham uma certa profundidade, seja caudalosos, as margens sejam distantes uma da outra, etc... Esses, digamos, protótipo de 'rio' e protótipo de 'velho' podem estabelecer, para alguns ouvintes, que é contraditório um velho

atravessar a nado um rio. Essas mesmas considerações explicam porque é pouco favorecida a interpretação de (14) como (18):

(18) O velho atravessou o rio a pé.

Esta interpretação pode ser inesperada para um ouvinte, como o indicado acima, que tem, como bom exemplo de rio, um rio que tenha sempre águas caudalosas. Mas não será surpreendente para ouvintes que costumam chamar de rio o lugar por onde ora podem descer águas caudalosas, ora essas águas podem cessar de descer. Para ouvintes como esses, não é contraditório denominarem os sulcos, deixados pela ação das águas que passaram no seu leito, de rio seco. Do mesmo modo, ouvintes que não associam prontamente "rio" à característica deste possuir um grande volume d'água, não precisam fazer grandes malabarismos para interpretar (14) como (18), pois o protótipo que têm de rio não entra em contradição com a idéia de que uma pessoa, velho ou criança, possa atravessa-lo a pé, vencendo o volume d'água, caminhando por entre as águas.

A constatação da variedade de interpretações possíveis de (14) nos leva, em primeiro lugar, a enfatizar o que tínhamos observado antes, agora usando outras palavras: uma das fontes da possibilidade de diversas interpretações de (14) se deve a indeterminação do sentido de "atravessar", localizada na explicitação do instrumento, que pode ser preenchido a partir da avaliação de fatores diversos relacionados ao contexto, ao ouvinte, ao locutor. Em segundo lugar, a variedade de interpretações de (14) se vincula à existência de um outro tipo de indeterminação: esta diz respeito a definição das características de sentido próprias à palavra "rio".

Restringindo-nos agora aos exemplos discutidos, "rio" em (15), "o velho atravessou o rio de navio" favorece a interpretação, entre outras coisas, de que a distância entre as margens deste rio é considerável e sua profundidade é grande o suficiente para permitir que navios trafeguem. Aliás, o protótipo de rio para muitos ouvintes tem essas características, seja baseado em experiências diretas com o que se considera rio, ou baseado em experiências indiretas (através de TV, cinema, livros, etc...). Para outros ouvintes nem sempre ocorre que o rio possa ser navegável. Um rio típico é um rio de pequeno porte. Em suma, cada enunciado pode favorecer o aparecimento de determinados aspectos do sentido (pondo na sombra outros), de uma "mesma palavra". Este aparecimento simultâneo à ocultação das características de sentido de uma "mesma palavra" pode ser visto como um fator de indeterminação do sentido desta palavra. Não

deixa, no entanto, de ser curioso que as características postas em foco numa interpretação ou num enunciado, por vezes, sejam conflitantes com as postas em foco em outra interpretação ou em outro enunciado. É o caso de (15), citada acima, contraposta a (17), 'o velho atravessou o rio a nado', na interpretação em que 'rio' tem boas chances de ser interpretado como um rio de pouca profundidade, com margens a pouca distância uma da outra. É óbvio que o protótipo que se possa ter de 'velho' pode ou não favorecer uma ou outra interpretação de 'rio'. Neste ponto, cabe-nos perguntar: as características de 'rio' aqui discutidas serão elas características de sentido "secundárias" ou, como querem alguns, "contextuais" (em oposição a outras "mais semânticas")? Qual a importância, para caracterização do sentido de rio, de considerações sobre a distância entre as margens do rio, a sua profundidade, como fizemos, ou quem sabe, até a cor de suas águas? Seriam essas características de sentido, marginais, em oposição a uma ou mais características centrais, estas presentes sempre na "mesma palavra"? Postas, desta forma, as questões acima (sem entrar na perigosa discussão do que é palavra e do que pode significar "mesma palavra"), admitamos que poderíamos nos encontrar no seguinte dilema: ou abrimos mão totalmente de encontrar algumas características "permanentes" de sentido para 'velho', 'rio' e 'atravessou', mas desta forma seria impossível falar de repetição de sentido dessas palavras; ou postulamos a existência de características de sentido "permanente" em todos os enunciados e interpretação de 'velho', 'atravessou' e 'rio', e, nesse caso, já sabemos de antemão, estaríamos contrariando as evidências empíricas, posto que o estabelecimento de características de sentido permanentes para uma determinada palavra pode ser facilmente contestado pelos diversos usos dessa palavra. É óbvio que estamos aqui forjando um dilema, com o fito mais de acentuar as disputas entre a semântica e a pragmática. Uma versão mais radical da semântica tenderia a defender a análise do sentido das palavras, lançando mão de traços ou propriedades semânticos, tidos como "mais lingüísticos". Uma versão como essa evitaria, ao máximo, a consideração de fatores pragmáticos como locutor, ouvinte, contexto. Uma versão radical pragmática tenderia a valorizar ao máximo o papel do locutor, do ouvinte e do contexto, relegando a um segundo plano os aspectos considerados como "mais lingüísticos". No nosso trabalho, nossa posição tem sido até agora, sem descuidar dos aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos, etc., o de encontrar um justo lugar para os fatores pragmáticos-discursivos, tidos aqui também como fatores genuinamente lingüísticos, inclusive baseados no fato de que esses fatores são INDESTACÁVEIS do sentido GLOBAL do enunciado.

No esforço para manter, então em pé de igualdade tanto a importância dos fatores pragmático-discursivos quanto a dos semânticos, frente ao nosso problema específico, o de detectar as características de sentido que possivelmente se repetem em "velho", "rio" e "atravessou", poderíamos, em primeiro lugar, privilegiar uma, entre as possíveis, interpretação de (14): "o velho atravessou o rio". A partir daí, detectaríamos as características de sentido mais "permanente" e indicaríamos as características indeterminadas. Isso na prática equivaleria a examinarmos as características semânticas próprias do enunciado, em oposição às que se relacionam com contexto, falante, ouvinte.

Admitindo-se, desde o início, que as características postuladas como semânticas não estão presentes em todos enunciados em que "velho", "rio" e "atravessou" aparecem (isto é; que "velho", "rio" e "atravessou" podem aparecer com características semânticas diferentes das de (14), em outros enunciados), poderíamos circunscrever, através de exemplos, os conjuntos de enunciados em que se pode dizer que as características semânticas das palavras em (14) são as mesmas, isto é, se repetem.

Na escolha da interpretação que vamos, então, privilegiar em (14), é bom termos em mente que "velho" pode ser analisado como substantivo ou adjetivo e isto tem conseqüências que não podem ser negligenciadas. Como temos repetido, os aspectos da linguagem encontram-se imbricados um nos outros, de tal modo que uma mudança num pode ter diretamente repercussão em outro. Se "velho" for interpretado como adjetivo, isto é sinal, então, de que o enunciado (14) esconde um substantivo, recuperável no contexto ou no co-texto, substantivo este que têm características de sentido específicas que podem ter um papel fundamental na construção do sentido global do enunciado. Um exemplo de como o sentido do substantivo recuperável pode interferir na interrelação com as outras palavras do enunciado (14), especificamente com o verbo que lhe atribui uma função temática é o (19).

No nosso exemplo, admitamos que velho, como adjetivo, esteja em relação com o substantivo "navio", relação esta explicitável pelo co-texto. Assim:

- (19) Um navio novo e um navio velho estavam aportados aqui ontem. O velho atravessou o rio.

Se fôssemos a interpretação de (14) "o velho atravessou o rio", em que "velho" fosse analisado como adjetivo, essa interpretação poderia ser algo como (20):

(20) O navio velho atravessou o rio

enunciado que nos coloca alguns problemas, um deles relativo à função temática de "navio". Neste exemplo, aliás, tanto os traços semânticos quanto a função temática de "navio" merecem algumas observações. Uma primeira questão tem relação com o fato de "navio", nesta construção, estar na função sintática de sujeito. Que a função temática de "instrumento" possa exercer a função sintática de sujeito, isso não oferece maiores problemas. O exemplo (16) acima discutido, que tem "instrumento" explícito ("o homem atravessou com a faca o coração do javali") pode ter uma versão em que é ocultado o "agente". O "instrumento aí é explicitado na função sintática de sujeito. Veja (21)

(21) A faca atravessou o coração do javali.

A "faca" é "sujeito" e "instrumento". O caso de "navio" em (20), no entanto, não é claro. Nada nos garante que "navio" possa ser interpretado como "instrumento". Aliás a interpretação mais comum é a de "navio" como "agente". Isto tem uma explicação se relacionarmos "agente" com o traço semântico "animado". Como a atribuição de propriedade semânticas às palavras é bastante fluida e mesmo as funções como "agente", "paciente" podem estar na dependência de fatores pragmáticos-discursivos, admitamos que não é muito difícil, em certas circunstâncias, conceber-se "navio", como animado, e por isso, candidato a "agente". Nem só navio, mas também objetos movidos por dinamismo interno: avião, ônibus, trem, etc.

Aqui vale a pena entrar na discussão a respeito da existência de uma certa indeterminação também das fronteiras que separam "causa", "agente" e "instrumento", discussão pertinente, neste nosso trabalho, uma vez que em enunciados como (15)

(15) O velho atravessou o rio de navio

"de navio" foi analisado como instrumento, a partir de uma certa relação analógica do enunciado em questão, com outro, em que aparece um protótipo de "instrumento", (16) abaixo. Esta análise pode ser questionada, conforme veremos. O exemplo (16) é:

(16) O homem atravessou com a faca o coração do javali.

Em (16) inclusive a presença de preposição "com" concorre para que "com a faca" seja interpretado como bom exemplo de instrumento, o que não ocorre

com 15 ("de bicicleta") nem com 17 ("a nado"), que por sua vez, é bastante controvertido: (17) "O velho atravessou o rio a nado". Aqui, o sintagma "a nado" expressa, talvez, mais o "modo", (modo na terminologia da gramática escolar, "qualitativo", na de Ilari, R. (1990)) do que o "instrumento". Em relação às dificuldades de análise desse tipo, Garcia, O. (1969) observa nas páginas 48 e 49: "Pode-se expressar a causa por meio de um adjunto adverbial introduzido por preposição:

Muitos homens morrem de fome por causa do egoísmo de alguns

Os sitiados renderam-se por falta de munição

Muitos recém-nascidos morrem à míngua de tratamento médico adequado

Às vezes, a causa, o modo e o meio ou instrumento se confundem em estruturas fráscas sujeitas a múltiplas interpretações: morto a pauladas, feito à mão, escrito à máquina, barco (movido) à vela (ou a vela, "a" sem crase). A ambigüidade de função desaparece quando o agente da passiva vem claro: morto a pauladas pelo desafeto, escrito à máquina pelo próprio autor" (Garcia, O. Comunicação em prosa Moderna). Observaríamos nós: os casos citados por Othon Garcia, mesmo com a explicitação do "agente", contêm ainda uma certa indeterminação com relação a possibilidade de interpretação dos sintagmas grifados como "causa", "instrumento" e "modo".

Em relação a "instrumento", admitamos que um bom exemplo deste preencha os requisitos que seguem: o de ser um objeto manipulável pelo agente (daí, portanto, a de ser não-animado), a de estar em contato direto com o "agente" na consecução da ação; a de auxiliar, de algum modo, o agente na realização da ação. Se for aceito esse desajeitado esboço como protótipo de "instrumento", entendemos porque faca como instrumento é um exemplo indiscutível, em (16):

(16) o homem atravessou com a faca o coração do javali

Neste exemplo, "faca" é um objeto não animado, manipulável, envolvido diretamente na ação "atravessou". Não é o caso de "de navio" em (15):

(15) O velho atravessou o rio de navio

Se "navio" não é um exemplo indiscutível de "instrumento" é porque não é um dos mais representativos, isto é, não se apresenta como "manipulável" e pode até ser visto como animado. Mas ainda assim ele pode ser visto como um caso

marginal de "instrumento", pois pode ser percebido como um "objeto" que auxilia o "agente" a realizar a ação de "atravessar".

Neste ponto, poderíamos nos perguntar se as considerações sobre representatividade têm algum apoio no sintático. A resposta, parece-nos, é afirmativa. Admitindo-se que a preposição "com" pode assinalar bons exemplos de "instrumento", como é o caso de (16) "o homem atravessou com a faca o coração do javali", podemos então substituir "de" por "com", em (15), obtendo-se, assim, (22)

(22) O velho atravessou o rio com o navio

O enunciado (22) nos soa, sem dúvida, forçado. Mas, observemos o fato seguinte: se substituirmos "navio" por "moto" ou "bicicleta", obtendo-se, assim, os exemplos (23) e (24), constatamos que os enunciados não são forçados:

(23) O velho atravessou a rua com a moto

(24) O velho atravessou a rua com a bicicleta

A explicação para este fato, defendendo ainda que "de navio" no exemplos estudados é "instrumento", é a seguinte: "moto" e "bicicleta" estão mais próximos do que "navio" do protótipo de "instrumento". Por exemplo, são mais facilmente manipulados pelo agente, assim o representamos.

Esses exemplos podem ter outras versões, que apresentam, no entanto, diferenças semânticas que podem ser relevantes, mas que aqui não serão examinados. As versões, são as (25) e (26), com a preposição "de", de onde tínhamos partido.

(25) O velho atravessou a rua de moto

(26) O velho atravessou a rua de bicicleta

Admitamos, pois, a análise de "de navio" como "instrumento". Admitamos, também, que tal análise decorre da aceitação de dois pressupostos. O primeiro é o de que "instrumento" faz parte das funções que especificam o sentido do verbo, e, por isso é uma função dita inerente ao verbo. O segundo é o de que "atravessou" em (16) "o homem atravessou com a faca o coração do javali" e em (15) "o velho atravessou o rio de navio" sejam a mesma palavra. Esses dois pressupostos estão em relação de interdependência.

Eles, no entanto, podem ser questionados. Quanto ao primeiro pressuposto, observa Franchi; R. (1989), p. 69: "Como observam esses autores, o instrumento é entendido como função previsível e opcional de qualquer construção que envolva processos ativos de um agente e, por isso, não tem um valor distintivo específico do sentido dos verbos com que se expressam essas ações, não estando, assim, associado a um traço seletional. Em outros termos, isso quer dizer que a função "instrumento" implica, diretamente, um processo ativo-agentivo, com conseqüências, como verei, para a fixação da diátese do verbos em que esse argumento se incorpora ou das construções em que se explicita".

Quanto ao segundo pressuposto, aqui, intimamente relacionado ao primeiro, examiná-lo-emos adiante.

No momento, admitamos que "instrumento" não seja uma função inerente do sentido de atravessar. Uma conseqüência disso é que, não sendo "instrumento" inerente a "atravessar", e, portanto, opcional, não há problemas em analisar o que era tido por nós como "instrumento", no caso, "de navio", por exemplo, em (15) como uma outra função semântica, inclusive uma função circunstancial, por exemplo, o "modo". Explicamos: "de navio" era candidato a "instrumento", entre outras coisas, por força de tentarmos enquadrar todas as ocorrências do verbo, como tendo obrigatoriamente o "instrumento". Por analogia a (16) "o homem atravessou com a faca o coração do javali", deduzimos que "instrumento" era uma função inerente a "atravessou", em todas as suas ocorrências por nós consideradas no presente trabalho. As ocorrências em que "instrumento" aparecia explicitamente funcionaram como prova de que "atravessou", mesmo implicitamente exige instrumento, o que tem um "valor distintivo específico do sentido do verbo". Acontece que foi negado o "valor distintivo específico do sentido do verbo" de "instrumento". Agora, então, não precisamos achar um "instrumento" em enunciados como (15). Em outras palavras, "de navio", não precisa ser necessariamente analisado como elemento "inerente" ao verbo. Assim é possível defender, com mais segurança, que "de navio", e sintagmas que possam sintaticamente substituí-lo, são fortes candidatos a "modo".

Este raciocínio tem por base a distinção que existe na classificação dos elementos de uma frase em argumentais x circunstanciais. Os argumentais são, em geral, os sintagmas nominais e recebem funções temáticas como "agente", "instrumento", "paciente", "beneficiário", etc. Os circunstanciais são, em geral, os

sintagmas adverbiais. Dentro dos argumentais, é preciso fazer ainda uma distinção entre os nucleares e os periféricos (como "instrumento", aqui considerado). Desse modo, se "instrumento" não é considerado nuclear, como "paciente" ou "beneficiário", não é de se espantar que o "instrumento", justamente por ser "periférico" possa ser facilmente confundido como uma "circunstância" como "modo", na análise lingüística.

A opção por analisar "de navio" (e equivalentes) como "modo" ou como "instrumento", não deixaremos de assinalar, é reveladora de uma tensão existente entre semântica e pragmática. Temos tentado no nosso trabalho estabelecer uma posição de compromisso: colocar em pé de igualdade os fatores pragmáticos-discursivos e os reconhecidos como mais "lingüísticos". Não é sem razão que agora vamos destacar alguns fatos que podem favorecer uma análise de "de navio" e equivalentes como "modo" numa perspectiva mais "semântica" ou uma análise "de navio" e equivalentes como "instrumento", numa perspectiva pragmático-discursivo, "em que "instrumento" aparece como relacionado a um protótipo (em referência ao qual um membro de uma categoria, no caso, "instrumento" é um "exemplo típico", o "melhor exemplo" ou um "exemplo marginal", pouco característico). Não vamos indicar aqui a diferença dos termos que temos utilizado sem nenhuma caracterização: o "exemplo típico" e "melhor exemplo". Para maiores detalhes, veja Lakoff, G. (1982), *Categories and Cognitive Models*. Em tempo: o trabalho citado de Lakoff é tido como ligado à semântica. Para nós, seu trabalho se vincula à pragmática.

Os exemplos são:

(20) O navio atravessou o rio

(27) A moto atravessou a rua

O enunciado (20) oferece problemas na interpretação de "de navio" como instrumento. Isso poderia ser usado como argumento de que "de navio" não pode ser "instrumento", porque este na ausência de "agente", pode ocupar a função de sujeito. Como vimos, é difícil interpretar "de navio" como "instrumento", neste caso.

Como contra-argumentação, poder-se-ia objetar que dadas as características "de navio" (não manipulável, animado), não há como testar se "de navio" tem ou não uma interpretação de "instrumento". Ou seja, "navio", nesta posição sintática, por suas características tenderia a ser interpretado sempre

como agente. Ora, que "navio" possa ser interpretado geralmente como "agente" não é o problema. Esperávamos, sim, que nesta posição "de navio" fosse ambíguo. Isto é, pudesse ser interpretado como "agente" e também como "instrumento". E não é isso o que ocorre. É muito difícil pensar uma interpretação para (20) em que implicitamente haja um "agente" diferente de "navio" e ao mesmo tempo, que "navio" possa ser interpretado como "instrumento". Essa análise reforça indiretamente a análise de "de navio" como "modo": já que há argumentos contrários à interpretação de "de navio" como "instrumento", pode-se pensar em outras análises, por exemplo, a "de navio" como "modo". Esta última, enfrenta o problema de explicar "de navio" na posição do sujeito. Se é que isto, realmente, tem alguma importância para a análise de "de navio" como "modo".

O enunciado (27) acima é que pode ser um argumento contra a análise de "de moto" como modo. Em primeiro lugar, o instrumento, se assim for analisado, pode aparecer no lugar do sujeito, como em (27). Depois, se considerarmos as observações de Regina Franchi (1989) acima, de que podemos estipular a existência de um "agente", dada a ocorrência (explícita ou incorporada ao verbo) de um "instrumento". Não há dúvidas: o enunciado (27), ao contrário de (20) implica na existência de um agente não-explícito, porém óbvio: a moto não atravessou a rua sozinha (isto é raro de acontecer). Alguém, ocultado no enunciado, estava na moto: o "agente".

Considerando as observações acima, no que concerne a analisar "de navio" e equivalentes como "instrumento" ou "modo", tomamos uma decisão. Deixaremos como possíveis as duas análises. Assim, os enunciados (15) e o (17), que contêm exemplos de "instrumento" marginal "de navio" e "a nado" poderão ser analisados como "modo". Os argumentos em favor de uma análise ou de outra, ao nosso ver, são insuficientes. Mas qualquer que seja a análise não há, absolutamente, modificações fundamentais em relação à nossa tarefa: detectar as propriedades de sentido repetitivas de "velho" "atravessar" e "rio".

A aceitação, no entanto, de que "instrumento" não é inerente, e, de que, portanto, os instrumentos implícitos não estão previstos pela diátese verbal, nos leva às considerações mais gerais. Podemos nos perguntar: o que em termos da atuação dos fatores pragmáticos-discursivos, diferencia enunciados como "João respira" (no sentido de "João está vivo") de enunciados como (14) "o velho atravessou o rio", (que pode ter vários sentidos, como vimos)?

Também: Qual a relação entre a utilização de recursos sintáticos e a indicação da indeterminação (que favorece a atuação de fatores pragmático-discursivo)? Essa questão está relacionada com a primeira. Em outras palavras: a indeterminação é previsível lingüisticamente? Como a indeterminação, e portanto, a atuação dos fatores pragmático-discursivos está prevista pelos próprios recursos utilizados? Tudo isso deixaremos para especular no momento em que fizermos um resumo do modo como a teoria gerativa transformacional trabalha a existência dos "vazios" na frase, as chamadas, às vezes, "categorias vazias". Isso tem algum interesse na reflexão sobre o papel dos fatores pragmático-discursivos.

Voltemos, agora, ao segundo pressuposto, que tínhamos prometido examinar. O pressuposto é o de que "atravessou" em (16) e "atravessou" em (15), são as "mesmas palavras".

(15) O velho atravessou o rio de navio

(16) O homem atravessou com a faca o coração do javali.

Em primeiro lugar, observemos os exemplos (29) e (30):

(29) O serrote atravessou a madeira

(30) O Cupim atravessou a madeira

É óbvio que há uma diferença aqui na participação do "instrumento" na ação: é o instrumento que "atravessa", isto é, se locomove em (29). Em (30) "o cupim" é que se desloca, ele é o "agente". Em (29), deduzimos que há um agente, obrigatoriamente, porque há instrumento. Em (30) não há instrumento. Mas talvez essas diferenças não sejam relevantes, para caracterizar o verbo atravessar, ainda mais que estamos admitindo que sua diátese requer somente duas funções temáticas. Lembremos que instrumento não tem nenhum papel na especificação do verbo "atravessar". Façamos um esforço para tentar caracterizá-lo sem referência "instrumento", generalizando as características semânticas de atravessar (29) e (30): Atravessar: ato de deslocar de um ponto X a outro Y, enfrentando um obstáculo (no caso, a matéria, o paciente).

Essa descrição não dá conta de exemplo como o (31):

(31) O velho atravessou a rua de moto

Poderíamos tentar generalizar da seguinte forma:

Atravessar: "Ato de deslocar de um ponto X a outro Y, enfrentando um obstáculo ("paciente")". O obstáculo em (29) e (30) é "matéria", mas em (31) é "distância". Perguntamo-nos, porém, se vale a pena uma generalização como essa que se deixa na sombra se o que se desloca é o agente (essencial na especificação do sentido de "atravessou", ou o instrumento (não essencial na especificação do sentido do verbo). Portamos, então, da diferença que existe entre os enunciados em que "atravessou" tem associado um paciente-matéria (chamemo-lo de "atravessar-matéria") e os que atravessou tem associado um locativo (aqui, "atravessou-distância"). Podemos, então, constatar que é mais importante a admissão de "locativos", como essencial na especificação de "atravessar-distância" do que na especificação de "atravessar-matéria". Por outro lado, "atravessar-matéria" não implica necessariamente no deslocamento do "agente", confira (29). Já "atravessou-distância" implica necessariamente no deslocamento do agente. Também o instrumento (quando aparece) em "atravessou-distância" é um veículo, ao contrário de "atravessou-matéria". Por fim, o paciente de "atravessou-distância" não é modificado, nem é um resultado da ação de atravessar. Já "atravessou-matéria" tem uma relação diferente com o "paciente". De algum modo o paciente é modificado pela ação de atravessar. Diante dessas considerações, concluímos que é difícil generalizar numa só descrição as características semânticas de "atravessar-distância" e "atravessar-matéria". Vamos trabalhar com a hipótese de que se trata de dois "atravessar". É possível aqui expressar a diferença existente entre "atravessar-matéria" e "atravessar-distância" tratando-os com dois verbos com diáteses diferentes? Por exemplo, poderíamos tomar como base as diferenças entre "objetivo" e "paciente".

Em Regina Franchi (1989), "paciente" está definido como objeto afetado ou modificado no processo e nas ações. Em contraposição, o "objetivo" é o objeto em relação ao qual se dá uma atividade ou processo que não o modifica, e do qual o objeto não é um resultado. Poderíamos trabalhar com a hipótese de que "atravessou-distância" tem como especificadores de sentido, além dos locativos (que poderiam ser descrito por "meta" e "fonte"), o "objetivo" e o "agente", em contra-posição a "atravessar-matéria" que poderia ser descrito em termos de "paciente" e "agente". Não vamos examinar esta hipótese, em que propriedades sintáticas de "atravessou-distância" e "atravessou-matéria" teriam que nos indicar a diferença entre os dois verbos. Por hora, admitamos que "atravessou matéria"

poderia ser descrito como algo próximo de "perfurar". Sem maiores detalhes, que não nos interessam aqui, poderíamos caracterizar "atravessar-matéria" como uma "ação em que um agente abre uma fenda através da matéria de um objeto ("paciente)". Nesta tentativa de caracterização não nos foi necessário fazermos referência nem a "instrumento", nem, digamos, aos locativos "origem" (de) e "meta" (para). Vamos, então, admitir como hipótese que a diferença semântica entre "atravessou-matéria" e "atravessou-distância" possa ser expressa pela diátese verbal. No caso, o primeiro tem as duas funções temáticas "agente" e "paciente", como especificador do seu sentido. Como especificador do sentido do segundo, temos, além das funções "agente" e "paciente", as funções origem (ponto de partida) e meta (ponto de chegada). A caracterização de "atravessou-distância" é então: Ação em que um "agente" se desloca de um ponto X ("origem" para outro Y ("meta"), vencendo um obstáculo, no caso a distância entre X e Y (paciente). É com esse sentido que atravessou aparece em (14). Outros exemplos são o (15), o (19), o (20), o (24) e o (25), etc.

Desse ponto, podemos voltar agora à tarefa que tínhamos prometido, qual seja, a de privilegiar uma (entre outras possíveis) interpretação para (14) "o velho atravessou o rio". Simultaneamente, podemos cumprir a outra tarefa: a de apontar as características mais reconhecidamente semânticas de "velho" e "rio". Em termos dos objetivos específicos deste trabalho, consideraremos como cumprida a tarefa de definir "atravessou", em termos semânticos. Em relação à primeira tarefa, lembremos da nossa discussão anterior sobre a possibilidade de se interpretar "velho" como substantivo ou adjetivo. A nossa decisão é que vamos privilegiar a interpretação de "velho" em (14) "o velho atravessou o rio" como adjetivo. A interpretação de (14), por decorrência, que estamos privilegiando é: "o homem velho atravessou o rio". Confira-se a diferença existente entre "velho" substantivo e adjetivo em sintagmas como "velho negro", "negro velho".

Como substantivo, "velho" em geral está associado a "humano". Acontece que esse traço não ajuda muito a caracterizá-lo posto que o conjunto de substantivos com tal traço é muito grande. Na verdade, sem lançar mão dos fatores pragmático-discursivos, podemos afirmar que os traços semânticos de "velho" se definem por uma associação, dentro da escala de grau, a outras palavras. Assim, "velho" adjetivo se define, aplicado à pessoas, pela relação que se estabelece entre "velho", "maduro", "jovem". O substantivo "velho" se define pela relação de escala em grau que o opõe a "jovem". A característica pertinente em que se apóia a oposição velho X jovem é: idade ou aparência de idade,

estando as outras características de sentido na dependência do falante, do ouvinte ou do contexto. Por exemplo, na oposição velho x jovem, se tomarmos "idade" como característica semântica, fica por determinar a fronteira que separa "o jovem" do "velho". Um homem de 30 anos é jovem ou velho? Que idade caracteriza o velho: 40 anos, 50 anos, 60? Se tomarmos aparência de idade poderemos verificar que critérios os mais variados entram na determinação de "velho": ausência ou presença de cabelos brancos, quantidade de cabelos brancos, existência ou não de cabelos, existência ou não de rugas, modo de andar, modo de se vestir, de falar, etc. Tudo isso é relevante, mas variável.

Descontados, então, os fatores pragmáticos, sobra então como definição semântica bastante esquemática e precária, mas que funciona para os nossos objetivos: "velho - oposto a jovem na idade ou na aparência de idade".

Os fatores que definem a idade ou aparência da idade ficam em boa parte, indeterminados, fontes, então, de possibilidade de muitos sentidos, e, portanto, de muitas interpretações.

Por fim, tentemos estabelecer as características de sentido mais permanentes de "rio". Deixemos de lado as flutuações de sentido que detectamos já quando nos referimos às variações prototípicas de "rio". O que sobra, então, como característica semântica de rio, considerando os exemplos estudados nesse trabalho? Aproveitemos a definição de Ferreira, A. (1975), no seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa: "curso de água natural, de extensão mais ou menos considerável, que se desloca de um nível mais elevado para outro mais baixo". Eliminemos aí muitos elementos tidos como definidores, propostos por A. Ferreira, por nos parecerem secundárias. Tentemos simplificar ao máximo até obtermos só os traços que nos pareçam significativos. Fiquemos com "curso d'água", levando em conta os exemplos por nós discutidos. Mesmo "curso d'água" parece uma característica definidora de um protótipo de rio, válido somente, quem sabe, para um certo número de falantes. Como exemplo de "rio", meio desviante para uns, mas um caso típico para outros (para habitantes da região exposta à seca, no nordeste brasileiro, por exemplo), lembremos de enunciados como (18), em que "rio" pode ser interpretado como rio seco:

(18) O velho atravessou o rio a pé.

Assim, tentando abranger todos os casos de "rio", que aparecem no nosso trabalho, vamos deixar na indeterminação de "rio" a distância que existe entre uma margem e outra, a profundidade, a presença ou não de águas. Estou me

arriscando em propor como característica semântica de "rio" o seguinte: "sulco onde costuma passar uma corrente d'água".

Vamos admitir, então, que para os objetivos deste trabalho, "rio", "velho" e "atravessou" estejam semanticamente caracterizados. É óbvio que as características semânticas das palavras em questão, tal como as estamos descrevendo, não aparecem em todos os enunciados em que elas estão presentes. Nos nossos exemplos, o verbo atravessar aparece com as características semânticas descritas em enunciados em que "atravessou" é "atravessar-distância". Nos enunciados em que "atravessou" é "atravessar-matéria", as características semânticas são outras. Outras também são as características do verbo atravessar nos enunciados (32), (33) e (34) abaixo-:

(32) O dono do supermercado atravessava carne durante o período de crise.

(33) A ponte atravessa o rio.

(34) Esse costume atravessou décadas.

Em cada destes enunciados, o verbo atravessou é uma palavra diferente?

Enfim, só nos enunciados em que "atravessar" é "atravessar distância" é que há repetição de "atravessar" (que aparece em (14) "o velho atravessou o rio"), nos termos em que estamos colocando a questão.

O que dizer de "rio"? Como vimos, foi muito difícil caracterizá-lo semanticamente, de modo que se cobrissem todos os exemplos por nós utilizados.

Foi mais por uma manobra que postulamos características semânticas que cobrissem todos os nossos exemplos. Assim, graças a ela é que podemos dizer "o sentido global" de rio, embora diferente em cada uma das suas ocorrências, tem como repetição as características semânticas propostas, em todos os enunciados discutidos. Mas, ainda assim, é difícil afirmar que há repetição das aludidas características em exemplos como (35), (36) ou (37)-:

(35) Chorei um rio de lágrimas.

(36) Cacilda bebeu um rio de chope.

(37) Choveu e formou um rio na calçada.

Em relação a "velho", é muito provável que as características semânticas que propomos para descrever "velho" em (14), estejam também presentes em enunciados como (38), (39) e (40) em que "velho" aparece:

(38) Um velho chorava na fila do INSS.

(39) você não teve respeito ao velho.

(40) O velho, de cabeça branquinha, estava bem vestido.

No entanto, "velho" tem outras características semânticas em (41) ou (42):

(41) Ele é seu velho? (Significando: "ele é seu pai?")

(42) Não, meu velho, você pode confiar em mim. (meu velho =
meu amigo)

Podemos voltar, enfim, a questão da repetição tomando sempre por referência o enunciado (14) "o velho atravessou o rio". Privilegiando o componente lexical, mas sempre tendo em vista os outros componentes (que estamos chamando de aspectos da linguagem), o primeiro ponto que destacamos, como conclusão, gira em torno da seguinte questão, que nos tínhamos colocado, quando definimos "repetição": a dificuldade de localizarmos as características tidas como repetitivas. Para ilustrarmos o problema, retomemos "velho" que ocorre em (14) em confronto com todas as outras ocorrências nos exemplos por nós utilizados. Se privilegiarmos o aspecto fonológico como locus da repetição, poderemos até afirmar que em todos os enunciados temos a ocorrência da mesma palavra, inclusive nos casos em que se tem "velho" substantivo e "velho" adjetivo. Outra possibilidade óbvia é a de estabelecer como locus da repetição os aspectos sintáticos envolvidos (distribuição, regência, etc...), com o fim de diferenciar o adjetivo do substantivo, tomados como duas palavras. Os aspectos semânticos, nesse caso, poderiam ser tidos como secundários. Nesse exemplo, em particular, poderíamos levar em consideração tanto os aspectos sintáticos como os semânticos (batizados, agora, como sintático-semânticos), caracterizando ainda a diferença entre "velho" adjetivo e "velho" substantivo. Nesse caso, em princípio, poderíamos acrescentar aos citados, os aspectos pragmático-discursivos (veja acima, a importância discutida por nós do contexto e do co-texto na interpretação de "velho" como substantivo ou como adjetivo). Acontece que, como dissemos, geralmente se colocam esses fatores como

secundários. E, admitamos, até, que seja possível não lançar mão de tais fatores para opor-se “velho” adjetivo a “velho” substantivo, lingüisticamente.

Essa é uma posição constantemente defendida na Lingüística. Esta posição vem sendo questionada a partir da consideração de diferentes fatos e problemas teóricos. Um destes problemas é justamente o que diz respeito às fronteiras entre os diversos aspectos da linguagem. A duras penas, ainda se consegue localizar o que é sintático, o que é pragmático em “velho” adjetivo e “velho” substantivo. Porém, nem sempre isto acontece. A ilustração disso foi a dificuldade de definir “tio”, conforme vimos. Ora, a dificuldade tem relação com a questão da localização das características tidas como repetitivas no enunciado. É certo que o que se focalizou em “tio” foi o sentido, aqui considerado globalmente. Mas não é claro que dentro do sentido global estivéssemos, embora quiséssemos, lidando somente com os fatores puramente semânticos. Foi privilegiado o aspecto semântico, obedecendo a crença de que tais aspectos eram mais estáveis (e, portanto, passíveis de serem repetitivos) por serem, inclusive, “mais lingüísticos”. Não foi difícil constatar, no entanto, que as características que poderiam aparecer como semânticas eram instáveis, dependentes de fatores como locutor, ouvinte, contexto. Enfim, dependentes dos fatores pragmático-discursivos. A diferenciação do que é do campo da semântica e o que é do campo da pragmática é desde algum tempo uma questão cada vez mais polêmica, como vimos. No que nos interessa aqui: tem-se admitido cada vez mais que é bastante difícil, muitas vezes, estabelecer fronteiras nítidas que separam o aspecto semântico do pragmático. Ora, para Possenti (1988), retomando Franchi, o fulcro da semântica de uma língua natural é o sistema de referência cultural e antropológico. O sistema de referência, embora atado desta forma à semântica, bem pode ser caracterizado como diferenciado deste último aspecto, isto é certo. Concebido como diferenciado do semântico, não é difícil concebê-lo como fazendo parte do aspecto pragmático-discursivo. Outra possibilidade, talvez, é o de concebê-lo como um outro aspecto diferenciado dos dois últimos citados. Vamos nesta discussão trabalhar com a primeira hipótese: o sistema de referência (em outros termos, o universo do discurso) faz parte do aspecto pragmático-discursivo. Ora, as características semânticas de uma palavra, no caso, estão por definição, imbricadas com sistemas de referência diversos, sistemas estes constituídos pelas ações discursivas dos participantes, locutores e ouvintes. No dizer de Geraldi (1991), pp. 55-56: “Ao contrário, no universo discursivo não estabilizado logicamente, convivem ambigüidades, equívocos, contradições. O uso das línguas naturais remete, nos processos

internacionais, precisamente a este universo: é em seu espaço que as expressões se tornam significativas. Universo construído a muitas mãos, num longo processo de tempo, em práticas diferenciadas e concretamente dadas, condensa-se na linguagem que, contando sua própria história, conta a história desta construção.

A construção deste "modo de ver o mundo" e portanto de representá-lo para nós mesmos é atravessada por confrontos que se dão na existência histórica. Assim, numa sociedade de classes, a desigualdade de relações leva à reformulação de universos discursivos diferenciados, antes de mais nada pela segregação que uma classe impõe, através dos mais diversos mecanismos, pela articulação e retomada dos produtos herdados do passado na produção do universo discursivo no presente. Estes universos, é óbvio, não são totalmente independentes: há circulação entre eles. Caso não houvesse circulação, a própria dominação se tornaria menos eficaz".

No segundo capítulo utilizaremos, no lugar de "sistema de referência", "sistema de crenças". O "universo do discurso" será caracterizado de maneira diferente da que está caracterizada acima.

Retomando: considerando tudo o que foi dito acima, admitir-se que a semântica de uma língua natural escora-se no sistema de referência de uma língua, admitir-se, aliás, que numa comunidade lingüística existem não só um, mas vários sistemas de referências convivendo em relações as mais diversas (relação de reforço um com outros, de oposição uns aos outros, etc...); admitir-se tudo isso é, no mínimo, esperar que haja uma variabilidade muito grande das características ditas semânticas de um texto, de um sintagma, de uma frase, de uma palavra, variabilidade explicável pela relação que estes últimos estabelecem com diferentes sistemas de referência. Desta forma, como conceber uma semântica do discurso sem que estas condições não intervenham em alguma escala? Quanto a questão de uma semântica da "língua", ela seria ainda possível? De que modo? Em que sentido teríamos que considerar o locutor, o ouvinte e a situação como extra-lingüísticos? Uma semântica "lingüística" só aparece como possível, numa concepção em que a língua é vista como produto (ainda assim, fazendo-se abstração da chamada variação lingüística). No entanto, numa concepção que assume a língua "em processo", é necessário a admissão de uma relação mais dinâmica entre pragmática e semântica.

Voltando ao enunciado (14), é evidente que só com muito malabarismo, tínhamos chegado a afirmação de que a característica semântica de 'rio' era sulco onde costuma descer uma corrente d'água. Ora, ao tentar estabelecer estas características semânticas como 'mais permanente', de alguma forma foi admitido, quiséssemos ou não, que existe regularidade na atribuição de propriedades às coisas. Na base desta concepção está o ponto de vista de que as palavras são espécies de categorias que expressam as propriedades que as coisas inerentemente têm. Essa questão, por sua vez, se relaciona com a visão de como o ser humano utiliza as categorias (nas atividades políticas, na elaboração do raciocínio científico, nas atividades cotidianas, etc...). Lakoff chama esta concepção de categoria (aqui esboçada rapidamente) de Teoria Clássica da Categorização, contra a qual formula crítica severa. A crítica abrange tanto o modo como concebemos as categorias que utilizamos em ciências (Linguística e Psicologia, por exemplo), quanto o modo como tais ciências explicam a maneira como os seres humanos constroem e utilizam categorias. Admitindo que tais ciências se escoram na chamada Teoria Clássica da Categorização, Lakoff derruba os alicerces das primeiras, através da crítica desta última. Ataca, assim, a Teoria Clássica por esta conceber que haja fronteiras claras delimitando as categorias uma em relação a outras. Ataca também a concepção de que todos os membros de uma categoria tenham igual status (vimos que há membros mais representativos que outros, isto é, mais prototípicos: confira a discussão de 'rio'). A teoria Clássica supõe também, incorretamente, que todos os membros de uma categoria tenham algo em comum (uma ou mais propriedades) e negam que os propósitos humanos, o contexto, etc... tenham a propriedade de mudar as fronteiras de uma categoria. Lakoff também critica a definição 'interna' de categoria, isto é, a idéia de que as categorias são definidas pela propriedades de seus membros, sem considerações 'externas'. Enfim, critica-se a 'Teoria Clássica', por esta assumir explícita ou implicitamente que existe uma relação pouco complexa entre palavra e coisa e isto é qualificado de reducionismo.

Em relação ao ponto de vista que Lakoff adota e nomeia de 'categoria natural', podemos constatar que se trata de uma posição próxima da que estamos defendendo aqui. Diz Lakoff, na pag. 25 do texto 'Categories and Cognitive Models': 'Natural categories are not isolated entities, but come in systems. The systems includes levels: basic, subordinate, etc... The levels are grounded in fundamental human experience physical - perceptual, cultural, etc... The levels are not strictly fixed, but may vary to some extent culture-to-culture, context-to-context, and in some cases from person-to-person. The systems also includes

backgrounds frames that motivates the existence of categories and organize them into paradigms, that is, group that contrast with one another - for example, the various colors, kinds of dogs, etc... The background frames include information as to whether the categories must be mutually exclusive (e. g. innocent vs. guilty in the American Judicial systems), or whether they can overlap at the boundaries (e. g., chair and stool, blue and green). The background frame also includes information as to how categories are arranged relative to one another (e. g., cyclically, like the colors in the spectrum; or linearly, like military ranks; or in polar opposition, like good and bad). Although background framing is external to a category, it provides information of the greatest importance for the category. One of the most important function of background framing is to provide conventions (which may be culturally based) specifying where boundaries are to be drawn, when this is not predictable from considerations of internal structure".

Só lembremos aqui as ressalvas que temos feito a conceitos como "externo" e "interno" à linguagem, que não nos parece uma questão muito clara.

De qualquer forma, parece-nos óbvio que a tarefa de se localizar a repetição (ou a criação) não é também uma tarefa simples. E, especificamente, separar os aspectos semânticos dos pragmáticos é tão complexo, que somos levados quase sempre a discutir o modo como estamos concebendo a linguagem. Assim, a expectativa de que encontremos características semânticas estáveis nas palavras ou nos enunciados nos remete à visão em que é enfatizado o aspecto estático da linguagem, a linguagem como produto à disposição dos usuários. Uma visão que enfatizasse a linguagem em processo, enfatizaria os aspectos pragmáticos-discursivos e os aspectos históricos da questão.

O primeiro ponto de vista tem como objetivo, digamos, a língua. O segundo, o discurso.

Possenti (1988), discute os dilemas da escolha entre um ponto de vista e outro e coloca a questão nas pps. 57 e 58: 'O que proponho é a eliminação da dicotomia língua-discurso, entendendo por língua um objeto teórico e por discurso um objeto empírico.

É óbvio que negar a dicotomia língua-discurso não pode implicar em afirmar que não há língua, isto é, um sistema específico diferente, por exemplo, do sistema de gestos ou de sistemas de troca em geral. Não significa, por outro lado e por conseqüência, afirmar a fluidez total das relações gramaticais. Adotar este ponto de vista significaria dizer que os falantes, já que produzem discursos,

criam a língua. Com o conceito de constituição, pretendo situar-me a meio caminho entre o que implica a noção de apropriação e o que implica a noção de criação. As concepções de língua ou gramática correntes (as mais sólidas na tradição), como sabemos, vão da convenção ao inatismo quando buscam explicar por que há semelhanças entre línguas ou discursos. Optando pelo conceito de constituição, quer se ressaltar que as línguas são resultados do trabalho dos falantes. Se foi o trabalho de todos os que falaram uma língua que a levou a um determinado estágio, seria incongruente imaginar que, neste estágio, os falantes não trabalham mais, apenas se apropriam do produto”.

Indo mais adiante, o texto defende a idéia de que a produção de um discurso é um trabalho do locutor sobre a própria língua, trabalho de reforço e criação de determinados traços lingüísticos. Admite-se que num determinado estágio coexistam multiplicidade de recursos desiguais, entre os quais se escolhe os que mais adequadamente servem às finalidades do locutor.

A eliminação da dicotomia entre língua e discurso não acontece sem ter repercussão, é óbvio, na própria concepção do objeto da Lingüística. Se privilegiamos o discurso, ainda que ele seja nomeado objeto empírico, não é de interesse aqui que ele 'seja concebido como a língua e mais alguma coisa', conforme assinala Possenti (1988) na página 57. Nesse seu trabalho, o esforço, muitas vezes, é o de mostrar como considerações como contexto, ouvinte e situação explicam o funcionamento do discurso, quando esgotados estão as explicações oriundas da semântica ou da sintaxe. Enfatizando muitas vezes, dentro dos aspectos da linguagem, a sintaxe e a semântica, o autor acaba por mostrar que tais aspectos não explicam sozinhos, satisfatoriamente o funcionamento discursivo, também porque o simples aparecimento de um traço sintático ou semântico no discurso reflete sempre uma escolha, entre outras tantas possíveis, de um locutor, dentro de um contexto, considerando-se um ouvinte. A própria escolha é sempre significativa.

Não é muito claro em alguns trechos, no entanto, porque discurso, concebido desta forma, isto é, não como algo que se acrescenta à noção de língua, é uma terceira opção teórica, diferente da opção que admite a existência de uma lingüística da forma e uma lingüística do uso, tal como está em 'Os níveis de Análise Lingüística', em Benveniste (1976). É que, no caso da opção teórica de Possenti (1988), situar-se a meio caminho, como ele diz, entre uma opção 'língua' ou uma opção 'discurso', não é ainda afirmar de modo claro quais são os traços característicos do objeto desta terceira opção. Sabemos então, como

dissemos acima, que numa concepção de discurso que apague a nitidez das fronteiras que existem entre língua e discurso, pode-se admitir que a língua é um processo em constituição pelo trabalho dos locutores. A língua aparece, portanto, como um trabalho de seus diversos LOCUTORES SUJEITOS que imprimem suas marcas no que é produzido lingüisticamente. Sabemos que o trabalho de um sujeito implica em escolhas que são significativas. Sabemos que a língua pode aparecer como constituída num momento dado, e este aparecer como "constituída" não é a essência da língua: o que aparece como constituído, e assim aparece por razões variadas, é uma produto histórico, complexo, que tem a ver também com a consciência lingüística dos locutores, dentro de determinadas condições sociais, com as concepções de linguagem prestigiadas no momento, etc... Pontos de vista como esses, admitamos, são uma terceira via que tenta romper com a dicotomia língua x discurso, ou, pelo menos, dissolvê-la. Mas, isto não elimina alguns problemas. Sabendo que tradicionalmente o estudo da "língua" difere do estudo do discurso (1976), perguntamos se trabalhar com uma metodologia que pressupõe muitas vezes o objeto "língua", para depois, onde esta metodologia não funciona bem, trabalhar com a concepção de discurso, não é implicitamente pressupor uma noção de discurso como algo que se acrescenta a língua? Tomemos como exemplo a questão dos níveis de análise. No estudo das formas, no artigo já citado de Benveniste, vê-se que a idéia de níveis de análise funciona bem para o nível fonológico. Quando a questão do sentido passa a intervir, já fica difícil conceber um nível "morfema" ou o nível "frase". A "palavra", noção que sempre está atrás das análises lingüísticas, não aparece exatamente como nível. O discurso não é concebido como nível. É um estudo de outra natureza. E isso porque, diferentemente da frase, não é uma "construção" em que se possa conceber um nível menor apoiando um nível maior, de forma que se percorra (em nível e unidades constitutivas) do fonema à frase, passando pelo morfema, ou da frase ao fonema, passando pelo morfema. Se estes níveis são válidos para o estudo da frase, somos obrigados a nos perguntar se são válidos também para o estudo do discurso. Ora, Possenti (1988), quando optou por trabalhar com a noção de recursos de expressão, oriundo do trabalho aqui já citado de C. Franchi (1976) "Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem" abriu uma perspectiva ousada em que se pode repensar a questão dos níveis de análise lingüística, dentro da perspectiva da Análise do Discurso. Dentro desta perspectiva, são consideradas recursos de expressão os elementos da linguagem que estão a serviço do sentido. Não é o caso de se pensar esses elementos lingüísticos em função dos papéis que eles desempenham dentro de um nível pré-

concebido do objeto língua. Assim, o léxico que não é exatamente um nível dentro do ponto de vista do estudo das formas, forçosamente é um recurso de expressão que não cabe dentro dos "níveis de análise lingüística". Do mesmo modo, a variação lingüística que incide sobre os "níveis" já reconhecidos (e, em certamente "butros") morfológicos, ela em si, a própria variação, é um recurso de expressão, como mostra Possenti (1968). Ela não pode ser classificada como exatamente um nível.

A idéia de se trabalhar com a noção de recurso de expressão, como se tem trabalhado, colocando como critério o seu papel em relação ao sentido global do enunciado, acaba por ter um papel heurístico na descoberta de recursos não catalogados e isto obriga-nos a abandonar a idéia de "língua", como uma entidade enrijecida, em que tudo nela já está "constituído", inclusive os níveis para análise. J. W. Galdi (1991), estudando os vários tipos de ação que se faz com a linguagem, ressalta a utilização das aspas, que é um recurso que acrescenta um novo sentido ao que normalmente está associado a expressão (Portos de Passagem, p. 47 e 48). O estudo da utilização de aspas, dentro do enfoque conteúdo-expressão, é um outro exemplo de que normalmente só se vêem em lingüística os recursos associados a níveis, já classificados na "língua". Do mesmo modo, muitos tipos de sentidos não previstos pela Semântica (que está fortemente associada a uma certa concepção de língua), raciocinando-se em termos de expressão-sentido, podem tornar-se patentes aos nossos olhos, por mais que estes "sentidos" estejam frouxamente sistematizados no presente da língua. A idéia de colocar em foco a relação expressão-sentido no estudo do discurso, enfim, permite a ampliação do estudo do sentido. Tal como no caso do estudo dos recursos, já que os tipos de sentido já não estão previstos ou dados pela "língua", pode-se descobrir a existência de sentido já quase sistematizados, em vias de quase sistematizar-se ou recursos ainda assistemáticos. Isso está dentro da concepção de língua em processo, que enfatiza as ações dos locutores que a utilizam. Por tudo isso é que está parecendo que trabalhar com níveis de análise, tal como foram definidos para "língua" entra em contradição com as noções de recursos de expressão x sentido, tal como elas começaram a ser utilizadas para discurso.

Esta contradição aparece em Possenti. Possenti (1988), optando por trabalhar com a noção de recursos expressivos x sentido, trabalha também com a noção de nível de análise, que remete a uma certa noção de língua. O resultado é que recursos como a variação lingüística estoura o molde estabelecido já na

língua, em que os níveis são pensados como definidos. Pergunta-se: em que nível se deve colocar as aspas, a variação lingüística?

Trabalhar-se com a estratégia (que também estou utilizando conscientemente) de utilizar-se de uma abordagem "mais lingüística" até onde for possível, para depois utilizar uma abordagem discursiva na análise do enunciado, talvez ainda seja a utilização implícita da noção de que o "discurso" é algo que se acrescenta à língua, que estamos procurando evitar. É que além de estabelecer na prática uma homologia entre língua e discurso, até um certo ponto, abandona-se esta homologia, quando não é mais possível continuar a analisar os dados, com a noção de língua, tal como ela é geralmente concebida. Este tipo de estratégia não deixa de abordar o discurso como algo mais que é acrescentado à língua, de uma certa forma.

No que tange aos níveis de análise, certamente se mantidos para discurso, no mínimo eles terão que ser redefinidos. Assim como a fronteira ente semântica e pragmática necessita ser repensada, assim também a concepção de níveis de análise (não importa de que teoria provenha) deve ser repensada, de forma a se tornar compatível com a noção de discurso em que a "língua" aparece não como um sistema, mas muito mais como trabalho dos sujeitos que a utilizam.

No presente trabalho, por enquanto só estamos apontando algumas dificuldades para uma concepção de discurso, que supere a dicotomia língua x discurso. Os procedimentos e noções que adotarmos que estiverem muito comprometidos com uma certa visão de "língua", serão apresentados criticamente, caso não tenhamos outros procedimentos e noções alternativos para substituí-los. Isso quer dizer que nem sempre as noções e procedimentos criticados serão imediatamente abandonados ou substituídos, dados os limites a que circunscreve este trabalho. Por outro lado, noções e procedimentos extraídos a partir da noção de "língua" ou elaborados dentro da análise do discurso que expliquem, ao nosso ver, o funcionamento do discurso serão bem vindos, se não estiverem em contradições com o nosso ponto de vista. Um exemplo destes últimos é a distinção entre "gramática de conexão" e "gramática de coesão", utilizados para o estudo dos advérbios no artigo "Considerações sobre a Posição dos Advérbios" de Rodolfo Ilari e outros na Gramática do Português Falado, Volume I: A Ordem, organizado por Castilho, A. (1990), pag. 63 a 141. A "Gramática da Conexão" estuda as expressões do ponto de vista da sua constituição morfossintática e sua conexão; a "Gramática da Coesão" define e organiza unidades relevantes para a compreensão do fluxo de informações e da

coesão textual", p. 88. Esse tipo de distinção é do maior interesse para a Análise do Discurso, posto de observação teórica que adotamos neste trabalho.

O interesse dessa distinção fica evidente, se compararmos enunciados mesmo curtos como os que até aqui estamos propositadamente trabalhando, enunciados como (14), 'b velho atravessou o rio" ou enunciados como o (43) "João respira".

No que diz respeito a interpretação de (14), podemos levantar a hipótese de que a 'gramática da conexidade" nos permite localizar a fonte da ambigüidade, pois se trata do não aparecimento de um elemento, não aparecimento este permitido e indicado por regras de conexidade que incluem, como veremos também, informações 'semânticas". A gramática da coesão, se acionarmos com ela fatores como contexto, ouvinte e situação, indicando as possibilidades de quais elementos lingüísticos especificamente são candidatos ao preenchimento do que está lexicalmente vazio, cumpre a função de tornar a semanticidade do enunciado realizada. Já, com relação ao enunciado (43), no sentido "João está vivo", a gramática de conexidade tem pouco ou nada a dizer, em relação a possibilidade do enunciado em questão ser interpretado da forma que indicamos. A gramática da coesão, por outro lado, muito terá a dizer. Um dos modos de explicação do sentido de (43) poderá ser a utilização de regras conversacionais: através do tipo de relação que o locutor estabelece com seu ouvinte, se esta relação inclui a lei conversacional de que "hã se fala do que é óbvio" e a pressuposição de que "João pode ter morrido", etc..., o enunciado (43) pode plenamente ser interpretado como "João está vivo".

A diferença que estamos utilizando entre 'gramática de conexidade" e 'gramática de coesão", importa porque enquanto interpretar (14) é 'completar" lacunas estruturalmente previsíveis, de uma ou outra forma, com a ajuda de fatores como locutor, ouvinte e situação, isso não se dá com (43). No caso de (14), há como localizar a fonte de múltipla interpretação na 'estrutura", podendo-se assim, mapear o locus da intervenção dos fatores ditos contextuais. Retomemos o nosso antigo exemplo (14), a título de ilustrar o modo como a 'gramática da conexidade" funciona, alimentando a gramática de coesão. Na análise de (14) deixamos em aberto a análise do elemento vazio como instrumento não inerente ou como modo. Mantendo a hipótese de que o elemento vazio é instrumento não-inerente ou muito mais provavelmente "modo", já veremos, ilustraremos como funciona a "gramática de conexidade".

Se o vazio fosse analisado como "instrumento" do verbo (isto é, se "instrumento" fosse inerente a atravessar), isto estaria marcado no próprio verbo, na sua diátese do verbo, então, nos estaria indicando que uma função temática existente (mas não preenchida lexicalmente) teria que ser procurada no co-texto e no contexto.

Lembremos que esta hipótese foi abandonada. Mas, o que nos interessa no que diz respeito à gramática da conexidade, está mantido. Podemos, agora, trabalhar com uma segunda hipótese: o "vazio" é instrumento, mas essa função não é inerente. Como, no enunciado como (14), poderíamos ter indícios, no caso, da existência de um instrumento, se nem a diátese verbal revela isso? Como resposta, poderíamos aceitar as análises feitas por R. Whitaker-Franchi (1989) em que se admite a existência sempre de um agente (mesmo que não explícito), deduzida a partir da constatação da existência de uma função instrumental. Ora, embora com tal afirmação sejam postos em relevo os aspectos semânticos do enunciado, afirmações como estas têm repercussão sobre os aspectos morfosintáticos do enunciado, sendo, por isso, de interesse para uma gramática da conexidade. A afirmação de R. Whitaker-Franchi (1989) se baseia numa hipótese mais geral - a de que todo enunciado que contém um agente pode opcionalmente ter também um instrumento. Ora, se admitirmos as hipóteses expostas aqui, sobre a relação instrumento-agente, poderemos afirmar que todos os enunciados que contenham agente, explícito ou não, potencialmente contêm um instrumento. Assim, enunciados com "agente" estão marcados quanto à presença de um instrumento potencial, que pode, eventualmente, ser explicitado pelo contexto ou co-texto, ou pelo léxico.

Passemos a considerar agora, o "vazio" de atravessar em (14) como "modo". Lembremos que consideramos a possibilidade de tratar "modo", como circunstancial, fosse lá o que significasse isso. Podemos verificar a possibilidade de um outro tratamento, não-circunstancial. Em Riemsdijk, H. (1986), numa discussão à respeito do que é ou não argumento, há o seguinte comentário: "Infelizmente, há casos onde não se pode confiar na intuição. Por exemplo, os advérbios de modo são argumentos? Advérbio de tempo e lugar são argumentos? Falantes diferentes darão respostas diferentes. O estudo das restrições seletivas é uma tentativa de descobrir alguma base empírica para a distinção entre argumento e não argumentos, supondo-se que o verbo imporá restrições seletivas sobre seus argumentos, mas não sobre outros elementos". (Introdução à Teoria da Gramática, p. 215). O tratamento de alguns advérbios

como elementos não-circunstanciais, e isso repercute na nossa análise de "modo", é proposta por Ilari (1990), no artigo já citado. Já na pag. 60 somos avisados: "essa decisão terá como consequência mais notável a ausência quase absoluta de advérbios circunstanciais, por mais que a tradição considere ser esta a função mais relevante das cumpridas pelos advérbios". Em relação aos advérbios de "modo", incluídos por R. Ilari (1990) dentro do conjunto dos advérbios predicativos qualitativos, admite-se que estes sofrem restrições seletivas por parte do verbo. E, assim, responde-se afirmativamente à questão posta por Riemsdijk (1991), a respeito dos advérbios de modo, pelo menos no que diz respeito ao Português.

A consideração de "modo" como não-circunstancial não oferece nenhum problema para a localização da fonte de múltipla interpretação de enunciados como (14), se "não-circunstancial" for entendido como "tendo uma base argumental" e se o argumento for inerente ao verbo. Se for este o caso, a diátese verbal pode ser o indicador da existência de uma função temática não preenchida lexicalmente.

Nos casos em que algum elemento não está previsto pela diátese verbal, a gramática de conexão tem que nos indicar outras propriedades da "estrutura" do enunciado que justifiquem a existência potencial do material lexicalmente ausente.

Um exemplo. Potencialmente um advérbio (no caso, um não-argumento), poderia estar presente num enunciado como (44):

(44) Ela é pontual

que pode ser explicitado lexicalmente no exemplo (45):

(45) Ela é muito pontual

Estes exemplos, são tirados do seguinte diálogo, que estão em Ilari (1990):

(46) Ela é pontual

- Sim, ela é muito pontual

O exemplo discutido por Ilari (1990), serve para defender a hipótese de que a ocorrência dos advérbios se dá em condições sintáticas precisas. Um dos argumentos é o da facilidade com que os falantes conseguem completar respostas elípticas, envolvendo construções que contêm advérbios. No caso,

estão em foco advérbios (diferentes de advérbios de 'modo') não-argumentais, em que outras indicações das propriedades do enunciado, que não a diátese verbal, são relevantes do ponto de vista de uma gramática de conexidade. As afirmações feitas para estes advérbios são válidas para qualquer elemento em posição não-argumental. Os autores afirmam que o material relevante disponível no contexto para interpretar "uma sentença elíptica" é do conhecimento do falante, no seguinte sentido: os falantes "reconhecem com precisão que estrutura sintática a sentença teria que adotar para incorporar o advérbio", assim, pode-se admitir que a reconstituição sintática de sentenças elípticas faz intervir as mesmas regras sintáticas que organizam a participação do advérbio nas sentenças completas", p. 97-98. Na constituição dessas regras, o falante conhece o tipo de construção. Por exemplo, "pontual" do enunciado (46) é um adjetivo, potencialmente dedutível das regras sintáticas. Usando a recursividade, podemos ter uma possibilidade grande de ocorrência de outros elementos modificados "pontual", ou seus modificadores, de modo que a construção obtida continue "adjetivo", assim:

[pontual] adj.

[muito [pontual]adj.]adj.

Esse tipo de construção, em que o constituinte inteiro é idêntico sintaticamente ao seu constituinte-núcleo, é uma construção do tipo endocêntrica, construção que expandindo um constituinte, traz indicados nas possibilidades de expansão, os recursos que podem ser utilizados para isso. Há graus, então, de possibilidade de recuperação do material não-explicito, considerando-se as regras da gramática da conexidade. A esse respeito Ilari (1990) é claro: 'Os casos em que a construção endocêntrica que se procura é um nome, um adjetivo ou um (outro) advérbio, como nos dois exemplos acima, são aqueles que a vinculação sintática do advérbio que se quer estudar com o resto da sentença é mais clara; quando se vai além dessas duas construções, esbarra-se no fato de que, não sendo os advérbios (exceto os dêiticos) exigidos pela estrutura argumental da oração ou pelas regras de complementação a forma como o advérbio se vincula ao resto da oração não fica imediatamente evidente a menos que se aplique à oração uma teoria bastante articulada", p. 99.

Como estamos vendo, no discurso a interpretação de parte das lacunas existentes, estão submetidas também à "gramática de conexidade", desde que estas lacunas digam respeito à sintaxe de qualquer enunciado. A gramática da

coesão é mais abrangente ocupando-se, além da sintaxe, de outros domínios do enunciado.

As lacunas no enunciado são indicadas de vários modos: para diátese verbal, pelo tipo de construção sintática presente no enunciado, pelas regras postas em jogo numa construção que deixam claro quais elementos potencialmente seriam aceitos ou rejeitados no enunciado. A condição para que se capte a marca da existência de um material que virtualmente poderia estar presente num enunciado é a de se possuir uma teoria bastante articulada, quando se trata de um material do tipo "não argumental". É verdade que para material "não-argumental", uma teoria está se esboçando, cujo exemplo é o do já citado trabalho de Ilari (1990). Para análise de material lexicalmente não explícito, material que tenha uma base argumental, pode-se tentar aproveitar o que foi feito, dentro da Teoria Gerativa. Nas versões mais recentes da Gramática Gerativa, princípios gerais permitem localizar e interpretar elementos não representados fonologicamente, dentro do âmbito da sintaxe. Nesta Teoria, alguns elementos vazios são gerados já na base, na estrutura P. Outras lacunas na estrutura de uma frase são provocadas pelo movimento de sintagmas nominais, relativos e interrogativo para outras posições dentro do enunciado, posições estas, em que os elementos movidos aparecem na estruturas. Admite-se, nesta Teoria, que informação sobre a estrutura argumental do verbo está representado no léxico. O princípio de projeção diz que as informações sobre a estrutura argumental são representados sintaticamente.

A Teoria das Funções Temáticas junto com a Teoria dos Casos ajudam a localizar e a interpretar os elementos vazios. Assim, a Teoria das Funções Temáticas estabelece que todo SN deve ser tomado como argumento de algum predicado, uma só vez. Estipula, também, que, se um verbo não atribui uma função temática ao seu sujeito, não atribui caso a um SN em posição pós-verbal. O "caso" é atribuído, nesta teoria, pela preposição, pelo verbo e pelo "tempo" de uma frase. A função do caso é tornar visíveis as funções temáticas. Um SN pode estar no acusativo: a forma "me" expressa esse caso; em outros, a posição pós-verbal. O nominativo, ligado a "tempo" verbal, pode ser exemplificado por "eu" em que é a forma também que o expressa. O caso ou é expresso pela forma ou pela posição, ou por algum outro recurso que ganhe alguma visibilidade no enunciado.

A vinculação do caso nominativo com "tempo" é palpável, no seguinte exemplo:

* (47) João quer Maria estudar

em que o verbo na oração subordinada aparece no infinito (sem tempo). Admitindo-se que é o tempo que atribui o caso nominativo, "Maria" da oração subordinada aparece sem "caso". Ora, a Teoria dos Casos estipula que nenhum SN realizado fonologicamente pode aparecer sem caso. Isto acontece em (47). E é isso que explica sua não-gramaticalidade. O exemplo (47b) mostra que a existência de um SN realizado fonologicamente é compatível com "tempo", do qual adquire caso:

(47b) João quer que Maria estude

em que "Maria" sujeito da subordinada, ocorre com Verbo em Tempo Finito.

Um elemento realizado como zero, pode, no entanto, ocorrer com o sujeito de estudar. Isto é, pode ocorrer sem caso. o exemplo é (48):

(48) João quer estudar

Neste exemplo, sob condições sintáticas precisas, isto é, a relação "zero" fonológico e "tempo", estipula-se um vazio, dedutível sintaticamente. Esse vazio é batizado por PRO, que não tem uma realização fonológica, mas tem a função temática de "experienciador", atribuído pelo verbo estudar. Neste exemplo específico, PRO está em relação anafórica com o sujeito da principal. As condições em que PRO se relaciona anaforicamente com um SN da frase também são objeto desta teoria, mas não vamos nos deter nesse problema aqui.

Vamos representar a estrutura P do exemplo (48) simplificada assim:

(49) João quer [PRO estudar]

Embora semelhante a "João quer estudar", um exemplo como (50):

(50) João parece estudar

é outra estrutura, nesta teoria. E isso acontece porque são outras as condições que permitem estipular o elemento vazio.

As diferenças entre os dois exemplos podem ser vistas a partir da observação do comportamento de "querer" e "parecer", conforme exemplos:

(47b) João quer que Maria estude

(51) João parece que Maria estude

O exemplo (47b), como estudamos, permite a construção de 'quer' com o sujeito, no caso "João". Construção semelhante não é possível em (51): 'parece' não pode ocorrer simultaneamente com um sujeito, no caso "João" e com uma subordinada que contém também um sujeito, "que Maria estude".

Ora, frente a este fato, é o caso de se perguntar por que 'parece' recusa um argumento, que é seu sujeito, em (51). A recusa tem relação com o fato, conforme veremos, de que o SN que aparece como sujeito de 'parecer' não é realmente um argumento de 'parecer'. Admitindo-se isso, é o caso de se perguntar, então, se, quando 'parecer' aceita um SN como sujeito, este SN sujeito também é ou não argumento do verbo em questão.

A Teoria da Gramática Gerativa tem tratado o exemplo (50) do seguinte modo: o verbo 'parecer' não tem argumento. O argumento que aparece em (50) é do verbo da oração subordinada, 'estudar', com o qual o argumento "João" entra nas restrições seletivas. O exemplo (51) é ruim, porque estão relacionados dois argumentos 'experenciadores' ao verbo estudar (em posições diferentes, a de 'sujeito' de 'estudar' e a de sujeito de 'parecer'). O verbo estudar, esperava-se, deveria aparecer com um SN argumento, ou sujeito de 'parecer' ou sujeito de "estudar".

O verbo parecer não atribui nenhuma função temática ao sujeito. Dentro deste quadro teórico, o verbo que não atribui função temática ao sujeito também não atribui nenhum caso ao SN pós-verbal, se for o caso.

Se "João" em (50) não é argumento de 'parecer', poderíamos analisar o exemplo em questão, a partir de uma estrutura de base (estrutura P) como (52):

(52) Parece João estudar

Note-se que nesta posição "João" não pode receber o caso nominativo de 'estudar', que está sem 'tempo'. Também não pode receber caso de parece, apesar de ser regido por ele, porque 'parecer' é um verbo que não atribui função temática (e por isso não atribui caso). Nestas condições, para que possa receber caso de 'tempo' tem que ocorrer o movimento do SN João para a posição de sujeito de 'parece'. O verbo 'parecer' não lhe atribui nenhuma função temática. Mas, 'estudar', indiretamente lhe atribui a função temática 'experenciador', através do vestígio V., que recebe diretamente a função em questão. O movimento do 'SN João', como dissemos, deixa uma lacuna na estrutura S (estrutura derivada da estrutura P por regras do tipo 'mover alfa'). Esta lacuna se

localiza no ponto onde o SN foi movido. Desta forma, as condições sintáticas da estipulação de PRO e as condições de estipulação do vestígio, resultado de uma regra que desloca SN, são tidas como diferentes.

Assim, podemos representar a estrutura S de (50) como:

(53) João parece V estudar

em que V é “vestígio” de “João”, este movido para a posição de sujeito de parece.

O vestígio recebe a função temática “experenciador” do verbo “estudar” e o transmite ao SN “João”, em relação anafórica com vestígio.

Uma questão: Por que nos perguntamos se “parecer” poderia atribuir caso a “João” e não nos perguntamos se “querer” atribui ou não caso ao sujeito da oração subordinada? A resposta: Por que parecer rege excepcionalmente? Para explicar sua característica de se combinar com oração subordinada com sujeito que é efetivamente argumento do verbo encaixado e não de parecer. Como a atribuição de papel temático se dá sob regência, é preciso que este sujeito esteja regido. Ele não é regido por FLEX, que é regente natural dos sujeitos, porque nesse caso tem-se TEMPO.

Como se trata de uma característica idiossincrática de parecer, considera-se que é parecer que tem a marca de levar ao apagamento do nóculo S da encaixada, o que vai permitir a regência, uma vez que é S que é barreira à regência”. (Lobato, L. (1986), p. 427).

Outros tipos de “lacunas” previsíveis dentro desta teoria são provocadas por interrogativos e relativos, através de deslocamento. O exemplo (54):

(54) Quem João viu?

pode ser representado na estrutura P mais ou menos como (55):

(55) João viu quem

e na estrutura S como (56):

(56) Quem João viu V

em que V é vestígio, lugar de onde o interrogativo foi deslocado, assim se admite.

Outros tipos de “vazios” são descobertos, arrolados e devidamente classificados nesta teoria. Mas, nos deteremos em só mais um tipo, que nos

interessa. O vazio que a flexão das línguas ditas PRO-DROP admitem, possibilitando, assim, que os verbos apareçam sem o sujeito. O exemplo (57):

(57) Estudamos

que é um exemplo deste fenômeno, exhibe um enunciado sem sujeito lexical. No lugar do sujeito está um zero fonológico, 0. Mas a morfologia garante que o sujeito seja interpretado como "hós". A flexão que garante essa interpretação é "mos". Descreve-se esse sujeito como "pro", com p minúsculo. O pronome vazio "pro" recebe a função temática de "experienciador".

De acordo com Halgeman, L., no capítulo "An inventory of Empty Categories" que está no livro Introducion To Government and binding Theory, p. 393 a 438, os pronomes não realizados fonologicamente (no caso PRO e pro) recebem função temática na estrutura P, os vestígios também recebem função temática, mas não no nível da estrutura P.

Deste modo, os elementos vazios são levados a terem um interpretação. Mas os elementos vazios até aqui considerados são preenchidos dentro do âmbito da sintaxe. Ora, se caracterizarmos a "gramática da conexidade" puramente incidindo no domínio sintático, é necessário que a gramática da coesão intervenha, quando a explicação dos fenômenos investigados ultrapassarem o domínio referido.

Na Teoria Gerativa, os vazios na estrutura se fazem basicamente, a partir da caracterização temática dos verbos. Os vazios, tornados previsíveis desta forma, pelo menos os vazios que correspondem a uma posição argumental, são classificados com ajuda de princípios e critérios morfológicos e sintáticos. Os elementos vazios, pode-se dizer, são visíveis ou sintaticamente realizados. Mas, numa teoria como essa, que tratamento é dado aos elementos vazios que não podem ser recuperados dentro do âmbito da sintaxe? Damos a palavra a Riemsdijk (1986), obra citada: "Todo SN tem de ser tomado como argumento de algum predicado, mas seria também necessário todo argumento ser associado com alguns SN sintaticamente realizados"? Por exemplo, se eat é um verbo com dois argumentos, então como lidamos com (11), onde ele aparece com apenas um?

(11) John ate

Para dar conta de casos assim (excepcionais) duas soluções distintas foram propostas - ou não é necessário que todo argumento seja sintaticamente realizado; ou isto é necessário, e *eat* tem duas entradas lexicais, uma como verbo de um argumento e outra a ela relacionada como verbo de dois argumentos. Não apresentaremos argumentação aqui para decidir entre estas duas soluções.”, p. 218.

A primeira das duas soluções pode implicar o reconhecimento da importância dos fatores pragmáticos-discursivos num nível, talvez, não desejado: como incorporar tais fatores na Teoria Gerativa?

No contexto da discussão gramática de conexidade x gramática de coesão, o que temos a observar é que é domínio da gramática da conexidade prevê as “lacunas” de um enunciado qualquer. Apontar o elemento que deve ser recuperado extrapola muitas vezes seu domínio. A gramática da coesão, nesse sentido que ela é abrangente, tem, então, como tarefa indicar o quê e como deve ser recuperado, aquilo que será indicado pela gramática da conexidade como vazio. O que não pode ser recuperado no âmbito sintático, só o pode no contexto ou no cotexto e isso é tarefa da gramática da coesão. Obviamente, aquilo que pode ser recuperado muitas vezes diz respeito somente a discurso. Neste caso, a “gramática da conexidade” pouco tem a dizer.

No que diz respeito a gramática gerativa, constatamos que a importância maior é dada à “conexidade”. Especificamente no tratamento dado aos elementos nulos em posição argumental, ficou evidente que é crucial o estudo do léxico, o estudo da diátese verbal. Desse tipo de estudo depende a caracterização de um argumento como pertencente ou não a um predicado, junto com a questão do deslocamento de argumentos, que podem, à primeira vista, parecer pertencerem ao predicado para onde eles foram deslocados.

Alguns tipos de lacunas sintáticas só interessam a uma gramática da conexidade. Por exemplo, o vestígio. o vestígio só marca o que pode ser recuperado dentro do âmbito da sintaxe. Tal não é o caso de outras lacunas que podem ser recuperadas, não no âmbito sintático, mas fora dele, no co-texto ou contexto.

É o caso do chamado PRO. Mas especificamente, o infinito pode ser marca de uma lacuna recuperável no contexto ou no co-texto. Veja (58):

(58) Ler demais cega

Do mesmo modo, verbos sem sujeito, terceira pessoa singular e plural, podem marcar uma lacuna que tem que ser preenchida, considerando fatores contextuais. Na gramática gerativa, o “pro”.

Considerem-se os exemplos:

(59) Cortaram a corda

(60) Cortou a corda

A diátese verbal é que é crucial na indicação de que argumentos não foram expressos e que, por isso, devem ser eles procurados no contexto ou no co-texto, conforme viemos discutindo o tempo todo neste capítulo. O exemplo óbvio é o (61):

(61) Paulo comeu depois da briga

em que o “paciente” é ocultado, porque não tem importância nenhuma ou tem tanta importância que o locutor não o quer explicitá-lo. O contexto ou o co-texto podem ser reveladores. Mas, tendo a diátese verbal como indicadora de quais são os possíveis argumentos de um verbo, poderemos observar que os recursos de ocultação de um elemento lingüístico qualquer, assim como as marcas dessa ocultação, são bem maiores do que esta pequena listagem. Se somarmos isto às possibilidades de não explicitação de elementos não argumentais (com as marcas de sua existência virtual), veremos que só nesse terreno a gramática da coesão terá muita coisa a esclarecer.

De qualquer modo, temos argumentos agora, para analisarmos a lacuna existente em (14) como “modo”, tendo em vista o que Ilari (1990) diz sobre os advérbios predicativos qualitativos. O modo, como função temática, pode ser constatado, se compararmos os quatro enunciados seguintes, em que nos dois primeiros “atravessa” rejeita modo (atravessar aí é “estativo”), ao contrário dos dois últimos em que atravessar, não estativo, ocorre com “modo”:

(62) Uma ponte de madeira atravessa o rio silenciosamente

(63) Uma ponte de madeira atravessa o rio de barco

(64) O velho atravessa o rio silenciosamente

(65) O velho atravessa o rio de barco

Nestes exemplos se confirma o que já foi dito: que "modo" entre em restrição seletiva com o verbo, isto é, que a escolha de "modo" depende das características semânticas do verbo com as quais "modo" se relaciona. Sendo assim, podemos admitir que a lacuna existente em (14) está indicada pela diátese do verbo. Os falantes, inclusive, podem muitas vezes mostrar que têm consciência desta lacuna, conforme podemos ver no exemplo (66):

(66) - Como o velho atravessou o rio?

- De barco.

Este exemplo reforça a possibilidade de analisarmos a lacuna existente como modo: aparece no diálogo uma pergunta feita com "como", que remete a modo. Na hipótese da lacuna ser analisada como circunstancial, ficam valendo as considerações aqui expostas, feitas por Ilari (1990). Essas considerações tratam da indicação da existência de elementos não preenchidos lexicalmente, mas virtuais num enunciado, se se levam em conta certas propriedades estruturais do enunciado que não a diátese do verbo.

Finalizamos a discussão do exemplo (14) aqui. E aproveitamos para tecer rapidamente algumas considerações a respeito de repetição x criação. Tínhamos começado este trabalho afirmando a impossibilidade de tratarmos em separado a repetição e criação. E essa era uma das nossas dificuldades. Logo começou a ficar transparente que, na verdade, não se pode esperar que um enunciado qualquer seja tido simplesmente como criativo ou repetitivo. Além da questão da relatividade, isto é, um enunciado pode ser visto como relativamente repetitivo ou relativamente criativo, o problema principal que enfrentamos é que todo e qualquer enunciado, visto como o estamos vendo, comporta simultaneamente aspectos relativamente criativos e aspectos relativamente repetitivos. Como estamos vendo, nem sempre é fácil separá-los. A respeito da existência simultânea de aspectos criativos e de aspectos repetitivos num mesmo enunciado, o Prof. J. Wanderley Geraldi, em exposições em sala de aula, tem insistido na importância tanto da repetição quanto da criação. Essa questão será retomada no seu devido tempo, quando nos perguntarmos se há possibilidade de superação dessa dicotomia na Análise do Discurso.

O que faremos agora é continuar examinando a questão da repetição. Não mais focalizaremos agora o léxico, e sim elementos de natureza e dimensão diferentes. Seremos breves. Não faremos análise tão detalhada, como fizemos

com o enunciado (14). Esperamos que se tenha em mente o que dissemos antes, quando analisamos "O velho atravessou o rio".

O exemplo de repetição que vamos discutir agora é o do esquema, ou se se quiser, o da própria "estrutura" de um enunciado qualquer, se abstrairmos dela o aspecto lexical. Por exemplo, o esquema como:

(67) sintagma Nominal + Verbo + Sintagma Preposicional

ou se se quiser, sujeito + verbo + complemento, pode ser visto como repetitivo. A própria admissão de que uma língua se deixa descrever por categorias como nome, verbo, etc..., implica, em princípio, que o fenômeno lingüístico comporta repetição. Não vamos aqui discutir se a admissão da existência de categorias fixas é desejável ou não. O que interessa no momento é a constatação de que a admissão de que há categorias fixas leva à admissão de que há repetição de algumas estruturas utilizadas no enunciado. Porém, é fácil perceber que mesmo estruturas vistas como repetição de outras podem estar sendo utilizadas de modo diferente das eleitas como modelo. Vamos esclarecer isso com exemplos. O enunciado (68):

(68) O rapaz voltou de Roma

pode ser analisado como sujeito + verbo + complemento, ou se quisermos, o enunciado exibe a estrutura SN + V + SP. Semanticamente o sujeito é agente e o que está na posição de complemento é um locativo. Diferentemente, embora um enunciado como (69) possa ser analisado estruturalmente nos moldes de (67), suas propriedades semânticas são outras:

(69) O moço gosta de doces

Aqui, o sujeito é experienciador e "de doce" pode ser analisado como um "objetivo".

O mesmo esquema SN + verbo + SP serve para descrever um enunciado como (70):

(70) O moço apanha da mulher

que, diferente de todos enunciados acima, exibe o "sujeito" como "paciente" e o complemento como "agente". Assim, conforme estamos vendo, um mesmo "esquema" ou estrutura pode exibir propriedades semânticas diversas e isto tem que ser levado em conta, quando se está focalizando criação ou repetição.

Um outro tipo de repetição está presente num enunciado como (71):

(71) Paulo disse: eu vou sair

Um enunciado como esse implica na existência de um enunciado anterior, o enunciado 'eu vou sair', que supostamente uma pessoa chamada Paulo disse antes. Diferentemente de outros casos de repetição que consideramos até então, a intromissão das características repetitivas são admitidas explicitamente e imputadas a um outro locutor, que não o locutor que enuncia (71). Mas, ainda que o locutor de (71) aponte como repetição o enunciado 'eu vou sair', o enunciado retomado não é meramente repetição. Em (71) o 'eu' que aparece no enunciado não é o 'eu' de enunciação, isto é, não coincide com o locutor que enuncia (71), diferentemente de 'eu vou sair', dita por Paulo, em que 'eu' e locutor coincidem. As diferenças que estamos apontando, de maneira ingênua, entre 'eu' e locutor de (71) e 'eu' e locutor de 'eu vou sair' (que não coincidem no primeiro caso e que coincidem no segundo caso) têm uma série de conseqüências em termos de sentido, que não podem ser negligenciadas. A retomada da palavra de um outro locutor nunca acontece sem que efeitos argumentativos não estejam envolvidos, efeitos que vão desde uma pretensão de uma apresentação realista do discurso retomado até um mascaramento de alguns aspectos da enunciação, entre outras coisas. Assim, um mesmo discurso não pode ser atribuído a locutores diferentes, sem que haja mudanças altamente relevantes no sentido.

Com outras marcas de que algo está sendo repetido, poderíamos ter uma outra versão de (71), um enunciado como (72):

(72) Paulo disse que ia sair

em que se apresenta como 'retomado' não um enunciado, mas sim, parte dele, o seu sentido. Já aqui determinadas escolhas lingüísticas (a utilização de 'que' depois de um verbo 'dicendi' e a concordância do 'tempo-modo' da oração subordinada com o tempo-modo da principal), atestam a presença do locutor de (72) naquilo do enunciado em questão, que pode ser imputado a outro locutor, no caso, "Paulo".

O que nos interessa é que exemplos como (71) e (72), apontam para a convivência, dentro de um enunciado, de vários pontos de vista, de várias vozes (como se diz), além do ponto de vista, da voz do locutor imediatamente em evidência. Em exemplos como (71) e (72), a existência de outros locutores está lingüisticamente marcada. Mas recursos que indicam a existência de outros

interlocutores não se esgotam como dois exemplos indicados aqui. Potencialmente, num enunciado qualquer, qualquer fragmento de qualquer natureza ou extensão podem ser tratados pelo locutor como discurso citado ou relatado, e suas marcas podem ser a pausa, a entonação, as aspas (na escrita), certas palavras e expressões que indicam proximidade ou um certo afastamento do locutor (palavras, expressões como "tecnicamente falando", digamos, "aquilo que chamam de", etc...), dentre outros recursos os mais variados. Mas, além do fato de qualquer fragmento de extensão diversa pode ser tratado como "citação", há também o fato de que nem sempre aquilo que pode receber o tratamento de "citação" se destaca num discurso que retoma um outro. Isto é, há fragmentos num discurso que podem ser pensados como retomada de outros discursos, sem que o locutor que o retoma se utilize de quaisquer recursos lingüísticos que enunciem a retomada. O único recurso utilizado é a própria retomada, a repetição.

Nesses discursos, nem sempre ficam evidentes as fronteiras que separam discurso que cita do discurso retomado. Não fica, muitas vezes, sequer evidente se há ou não outros locutores presentes no discurso, além do locutor que explicitamente se compromete com o discurso, pelo ato mesmo de discursar. Vendo por este ângulo, poderíamos afirmar que, em princípio, qualquer discurso tem potencialmente outros locutores além do locutor que se apresenta como tal, responsável globalmente pelo que enuncia. Assim, se nada da superfície discursiva (além da presença do material repetido) indica uma retomada, se a presença de outro locutor não está mostrada no discurso, então só mesmo uma análise de arquivo pode revelá-la. Discursos como esses, sem que a presença de outros locutores estejam anunciadas, são, por definição, ambíguos. Uma das fontes da ambigüidade é a possibilidade ou não da "citação" ser captada pelo ouvinte.

Do lado do ouvinte, a captação ou não da "citação", tem repercussão na interpretação. Por sua vez, essa capacidade dos ouvidos de detectar uma citação está relacionada à existência de diferenças de repertório: o repertório varia de ouvinte para ouvinte. É também, por causa disso que a existência de uma "citação" sem marcas de que é citação, seleciona fortemente o auditório: nem todos ouvintes captam "citações" desse tipo e os que as captam, interpretam o discurso em que aparecem "citações" sem marcas diferentemente dos que não as captam.

Do lado do locutor, em princípio, é de pouca importância se a "retomada" foi intencional ou não, a menos que a intenção possa ser reconhecida pelo ouvinte. No caso, o que importa mais é que, se num discurso, algo aparece como "retomada" ele é interpretado como tal pelo ouvinte e isto é repetitivo. Ou seja, a repetição é significativa.

O discurso indireto livre é um exemplo em que as marcas do que é "retomado" e do que não o é, são, muitas vezes, bastante frágeis. Há exemplos abundantes, na literatura moderna, em que é difícil separar aquilo que pode ser imputado ao narrador, daquilo que pode ser imputado ao personagem. O exemplo que vamos transcrever não é de discurso indireto livre. Aqui, um texto consagrado e conhecido da Literatura Brasileira é retomado por um outro. O texto que o retoma é o texto (73), apenas um fragmento:

(73) CANÇÃO DO EXÍLIO

Minha terra tem macieiras da Califórnia
 onde cantam gaturamos de Veneza
 Os poetas de minha Terra
 são pretos, que vivem em Torres de ametista,
 os sargentos do exército são monistas, cubistas
 os filósofos são polacos vendendo a prestações.

(Murilo Mendes in Riedel, D. Literatura Brasileira em curso pp. 376-377.

O Texto-fonte é o de Gonçalves Dias, que tem o mesmo título e o fragmento que nos interessa é:

(74) CANÇÃO DO EXÍLIO

Minha terra tem palmeiras
 Onde canta o sabiá
 As aves, que aqui gorjeiam
 Não gorjeiam como lá

(Gonçalves Dias. Primeiros Cantos in Riedel, D., Literatura Brasileira em curso, pp. 373).

Farei apenas rápidos comentários em relação aos elementos repetitivos, isto é, elementos presentes no texto-fonte que também estão no texto de Murilo Mendes. A utilização do mesmo título é intencional: o locutor, no caso, tem expectativa que o leitor conheça o texto citado. A repetição "Minha terra tem" no primeiro verso aproxima os dois poemas. Depois, "minha terra tem palmeiras" soa muito próximo de "minha terra tem macieiras", isto é, sonoramente "macieiras" repete alguns traços fonológicos de palmeiras, a saber, o traço bilabial de p, de palmeiras, repete-se em "m" de macieiras, também bilabial. As duas palavras têm 3 sílabas, a primeira vogal das duas é "a" e as duas palavras terminam em "eiras". "macieiras" repete, de uma certa forma "palmeiras". Estratégia semelhante de repetição, utilizando-se de recursos fonológicos, é feita por Oswald de Andrade, em outro poema, em que o mesmo texto de Gonçalves Dias está presente. O poema é o "Canto de Regresso à Pátria", em que algumas características de sentido que estão na palavra "Exílio" são retomadas de maneira debochada:

(75) Minha terra tem palmares

Onde gorjeia o mar

Os passarinhos daqui

Não cantam como os de lá

(Oswald de Andrade. Pau Brasil, in Riedel, D., *ibidem*)

Aqui, "palmares" sonoramente repete em parte "palmeiras", sendo a primeira sílaba e a consoante da segunda sílaba "palm" repetição quase integral da palavra da sílaba palmeira, "citada", através desse engenhoso artifício, por Oswald de Andrade. O texto de Murilo Mendes se aproxima do texto-fonte, através de localização em que está "onde cantam", no segundo verso que repete, exceto por estar no singular o "onde canta", do texto-fonte, também abrindo o segundo verso. Curiosa, enfim, é a aproximação feita no terceiro verso de Murilo Mendes "os poetas da minha terra" com o terceiro verso de G. Dias, "As aves que aqui gorjeiam", em que a idéia de "Canto" explícita em Gonçalves, aparece implícita em Mendes, através da relação poesia, canto, poeta. Esse tipo de implicação, será retomada no segundo capítulo, em que investigaremos o lugar-

comum e sua localização na Análise do Discurso. É neste capítulo que tentaremos demonstrar que o lugar-comum não deve ser associado diretamente ao “universo do discurso”, mas sim, ao “sistema de crenças”.

De qualquer forma, já estamos vendo que falarmos em retomada é entrar num campo bastante complexo, se admitirmos que uma “citação” pode ser feita utilizando os meios os mais indiretos, ritmo, pausa, semelhança fonológica. Entre a citação textual e a alusão pura e simples, existem diferenças inefáveis, de grau mesmo.

Uma retomada mais palpável para alguns é a que pode ser exemplificada por (76) e (77):

(76) Deixei a janela hermeticamente fechada

(77) Você tem olhos da cor de mel

Sabemos que esses dois enunciados têm alguma semelhança com os exemplos anteriormente discutidos. Sabemos que “hermeticamente fechada” e “olhos da cor de mel” pertencem a outros enunciados, além dos que estamos discutindo. Poderíamos relacioná-los, com razão, à “citação”. De qualquer forma, nestes enunciados, como nos poemas que discutimos, não há sinal explícito de que se trata de citação. E afinal, se é “citação”, é “citação” de que “discurso”, de quem é a autoria destes fragmentos citados? A resposta é: o discurso a que se reporta um clichê já que não é mais um discurso específico, no presente da língua. O locutor (autor e autoridade) a que se reportam os clichês é um locutor anônimo, que, muitas vezes, se confunde com a própria língua. Assim como os provérbios que tiram a sua força (a que muitos se contrapõem) de um locutor anônimo, assimilado ao tesouro de uma cultura, depositada na língua; assim, também, através dos clichês, fala um locutor anônimo, autorizado pelas forças das tradições, tradições inclusive lingüísticas. Tal como no caso das “citações” sem a marca lingüística de que há um outro locutor, os clichês introduzem sem avisar um novo locutor, além daquele que o enuncia. É por isso que como no caso da “citação” sem aviso, o sentido dos discursos que se utilizam de clichês podem variar, conforme o ouvinte. E isto acontece porque captar ou não o clichê, é algo que depende do tipo de repertório do ouvinte, repertório este bastante variável de ouvinte para ouvinte.

Retomaremos mas adiante a questão do clichê, dada a vinculação que existe entre clichê e lugar-comum ou topos. Por enquanto, gostaríamos de

assinalar que caracterizamos clichê como a repetição nem só das palavras envolvidas nele, como também a repetição do esquema em que as palavras aparecem. Assim, em "olhos da cor de mel", além da repetição das palavras envolvidas, é importante também a repetição da estrutura, no caso, SN + prep + SN + SP. Como veremos oportunamente, os clichês se aproximam bastante das palavras compostas e isso é um argumento de que, tal como o léxico, eles são tratados como "tesouro da língua".

Finalmente, os anunciados (78) e (79) são exemplos de um outro tipo de repetição:

(78) Paulo perdeu seu tempo

(79) Eles ganharam tempo

Além da repetição da palavra "tempo", um tipo de repetição que nos interessa aqui é o da concepção em que está sendo empregada a palavra tempo, nos dois enunciados. A concepção, comum a (78) e (79) é que o tempo é alguma coisa material, talvez uma mercadoria ou dinheiro. Poderíamos dizer que ambas apoiam-se na concepção que poderia assim ser expressa: "tempo é dinheiro". "Tempo é dinheiro" é, para nós, um lugar comum. É este o objeto deste trabalho. Com este exemplo, estamos tentando esclarecer de que tipo de fenômenos nós nos vamos ocupar. Adiantamos logo que o lugar-comum não ganha expressão somente através de um único mecanismo. O exemplo utilizado tem que ser tomado como uma porta de entrada no assunto. E discutir lugar-comum é o que faremos no próximo capítulo, onde investigaremos este objeto central deste trabalho.

Antes, porém, estabeleçamos e organizemos melhor alguns pontos, a título de conclusão do presente capítulo, retomando as dificuldades por nós encontradas e expostas ao longo deste texto.

É bom que se diga que a raiz de muitas das nossas dificuldades é a própria complexidade da linguagem, cuja natureza é de tal ordem que processos e estados, ações e estados não se dissociam facilmente.

A indissolubilidade de estados e ações, por sua vez, tem várias faces, conforme o ângulo em que nos coloquemos. Se tomarmos um discurso realizado como estado, não há como negar que tal discurso repõe o confronto entre estado e novas ações, que serão provocadas pelo discurso realizado. O próprio discurso

é ação que incorpora também um certo estado de língua. A língua é estado, tomada no seu presente, mas é processo se localizada entre um passado e um futuro. No seu presente, a língua oscila entre suas características dominantes (estado) e as características mais "periféricas", em via de sistematização (processo); as ações dos locutores resultam num produto não acabado (estado) do qual se apropriam novamente os locutores, tendo como resultado, ao longo do tempo, um novo produto, um novo estado.

Enfim, qualquer que seja o ângulo, processos e estados, ações e estados se encontram fortemente associados na linguagem.

No caso particular do discurso, uma das maneiras pela qual a indissolubilidade de estados e ações se reflete é no fato de coexistir sempre num mesmo discurso criação e repetição. Não há um discurso que não seja criação. Não há um discurso que não seja também repetição.

Ora, uma concepção de linguagem que enfatize a forte associação de estado e ação necessita de noções e procedimentos adequados. Assim, muitos dos procedimentos e noções elaborados em Lingüística exibem a desejada flexibilidade para contemplar os dois lados da questão. Já não é o caso de muitos outros que favorecem em demasia o caráter estático da língua e por isso têm pouco interesse para a Análise do Discurso. Uma noção que favorece em demasia aspectos estáticos da linguagem e por isso a rejeitamos é a noção de nível tal como tem sido concebida. Rejeitando-a, estamos favorecendo as noções de "recursos de expressão" x sentido, que se chocam contra ela. Estamos favorecendo também, as noções de "Gramática da Conexidade" e "Gramática da Coesão". os recursos de expressão e os tipos de sentido poderão ser, talvez, melhor caracterizados frente a estes dois tipos de gramática. Assim, poder-se-á estudar os modos como os recursos de expressão e os vários sentidos se associam à gramática de coesão ou à gramática da conexidade ou simultaneamente às duas gramáticas. A propósito: a presença em todo e qualquer discurso da coesão e da conexidade atesta também a presença simultânea de ações e estados. Sem dúvida que a coesão está mais associada aos aspectos mais dinâmicos da linguagem, em princípio. Por sua vez, poderíamos associar a conexidade aos aspectos mais estáticos da linguagem. Porém, não esqueçamos que a ação do sujeito que enuncia está presente no discurso inteiro. Assim, a conexidade pode ser vista como uma forma especial de coesão (a coesão, mais evidentemente presa ao sentido, pode ser vista como mais abrangente). Se, então, tomarmos a conexidade como uma espécie de coesão, teremos que esta

se manifesta no discurso inteiro: na concatenação dos morfemas dentro de uma palavra, na relação entre as palavras num sintagma, na associação de várias frases entre si, etc...

Por fim, estamos admitindo que neste trabalho se favorecerão os aspectos dinâmicos da linguagem, sem esquecer, contudo, os aspectos estáticos, já em grande parte favorecidos. Trata-se, no caso, de tentar estabelecer um equilíbrio: "...com a importância determinante atribuída ao caráter ativo da linguagem, pode-se perceber claramente a instauração de um crise interna na lingüística, muito mais forte e muito mais incisiva do que aquela provocada pela oposição entre uma concepção funcionalista da linguagem (estruturalismo) e uma concepção representativista (perspectiva lexicalista). Isso porque o dissídio entre essas duas se coloca muito mais numa questão de direito do que numa questão de fato. Fundando-se ambas na dominância do caráter cognitivo da linguagem, a disputa far-se-á em torno de como a organizar modelarmente, de forma que faça sobressair essa função. A contraposição entre essas duas concepções e a concepção fundada no caráter ativo marca, ao contrário, uma contraposição de fato, por instaurar no cerne da própria linguagem um sujeito que, agindo em seu mundo, atua na linguagem e pela linguagem. Esse sujeito está situado epistemologicamente num terreno bastante distinto do sujeito privilegiado da perspectiva lexicalista, ou do não sujeito da perspectiva estruturalista. Seu lugar é, ambigualmente, o Outro e a própria linguagem que o inclui, na medida em que é nesse Outro e na linguagem mesma que ele pode definir-se como sujeito.

É nessa última perspectiva que se vê de forma clara a necessidade e a possibilidade de recuperação, para a Lingüística, da contribuição da Retórica, tal como a conceberam Aristóteles e Perelman" (Osakabe, H., 1979 - Argumentação e Discurso Político, p. 191).

CAPITULO II

LUGAR COMUM

D. SEBASTIÃO, REI DE PORTUGAL

Louco, sim, louco porque quis grandeza
Qual a sorte a não dá
Não coube em mim minha certeza;
Por isso onde o areal está
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem
Com o que nela ia
Sem a loucura que é o homem
Mais que a besta sadia,
Cadáver adiado que procria?

(Fernando Pessoa, "Mensagem" in: Obra poética, José Aguilar, Rio de Janeiro, 1969, pp. 75-76)

Uma interpretação mais evidente deste poema é a de fazê-lo equivaler a um elogio à loucura. Outras interpretações, como sempre, no entanto, são possíveis. A interpretação que vou favorecer no momento é a de que a loucura é um equivalente objetivo do poema e D. Sebastião é equivalente objetivo do poeta. Dada esta interpretação que estou propondo, as questões são: que "regras" me permitiram chegar a essa interpretação? Qual a relação entre esta interpretação e a interpretação pretendida pelo autor? Estas duas questões estão fortemente relacionadas. Em Freud, S. (1900) na Interpretação dos Sonhos, constatamos uma distância entre o sentido atribuído ao sonho por quem o relata e o sentido atribuído pelo intérprete. Para Freud, o sonho é uma espécie de realização de um desejo (inconsciente). Assim, o relato do sonhador traz um conteúdo manifesto que encobre e deixa entrever um conteúdo latente, o sentido do sonho. A ação de uma "censura" interna explica as deformações do conteúdo latente (apagamento, deslocamento do material, substituições, amálgamas, etc..., toda uma retórica dos sonhos). Nem sempre o narrador de seus próprios sonhos está disposto a aceitar as interpretações propostas por Freud.

Esse exemplo paradigmático de possíveis desencontros entre o locutor e seu auditório, no que se refere ao sentido de um discurso, ilustra bem que qualquer discurso, em maior ou menor grau, está sujeito a manifestar diferenças entre o sentido que lhe atribui o locutor e o que lhe atribui o auditório (composto de um ou mais ouvintes). Como, da mesma forma, a interpretação tende a variar

de auditório. Assim, o que aparece como correspondência entre as intenções do locutor e as interpretações do auditório, bem pode ser visto como um acordo entre locutor e seu auditório: 'En effet, le déroulement aussi bien que le point de départ de l'argumentation supposent accord de l'auditoire' (Perelman, Ch. 1970) in Traité de l'argumentation, Université de Bruxelles, Bruxelles, p. 87). Os objetos deste acordo, Perelman os agrupa em duas categorias, uma relativa ao "real" (os fatos, as verdades e as presunções), a outra relativa ao "preferível" (valores, hierarquias e lugares). A utilização de objetos de acordo da primeira ou da segunda categoria mostra o modo como o locutor constitui o auditório. Se utiliza objetos da primeira categoria, o locutor está concebendo um auditório como universal, isto é, ele está se dirigindo a um auditório que supostamente representa toda a humanidade, ou pelo menos, todos os homens adultos. Claro que isto é o ponto de vista do locutor, que pretende que sua argumentação tenha validade universal, independente do espaço e tempo. Também é claro que cada sociedade e cada época concebem de maneira específica o auditório universal. A utilização de objetos de acordo relativos ao "preferível", mostra que o locutor está instituindo seu auditório como particular. Dentro deste quadro, o "real" também, como se disse, está submetido a acordo: 'Nous ne sommes en présence d'un fait, au point de vue argumentatif, que si nous pouvons postuler à son sujet un accord universel, non controversé. Mais dès lors aucun énoncé n'est assuré de jouir définitivement de ce statut, car l'accord est toujours susceptible d'être remis en question et l'une des parties au débat peut refuser la qualité de fait a ce qu'affirme son adversaire' (Perelman, Ch., 1980, ibidem, p. 90).

Assim como os fatos são objeto de acordo, assim também o é a interpretação de qualquer discurso.

A interpretação, sendo também objeto de acordo, é argumentação, ação que, não esqueçamos, tem como fim provocar a adesão do auditório aos pontos de vista do locutor, ou, em outros termos, provocar a aproximação, pelo discurso, do locutor e seu auditório, aproximação esta obtida às custas de efeitos de sentido vários, tais como, por exemplo, a convicção, a persuasão, a sedução.

Enquanto argumentação, a interpretação está no centro da Análise do Discursos: através das diversas interpretações se revelam os efeitos de sentido diversos que um discurso interpretado provoca. Do lado do auditório, tem pertinência a pergunta sobre que sistema de crenças foi acionado, de modo a favorecer uma interpretação, e não uma outra, dada a um discurso qualquer.

No presente trabalho, tentaremos responder indiretamente, a questão por nós colocada, em relação à interpretação proposta para o poema de Fernando Pessoa: que "regras" nos permitiram chegar a interpretação em pauta? Tentaremos responder a esta questão, respondendo a uma outra, central no nosso trabalho: qual a localização do lugar-comum dentro da Análise do Discurso?

Responderemos a esta questão localizando o "lugar-comum" ou topos dentro dos sistemas de crenças de uma comunidade lingüística. Para isso, estabelecemos as diferenças que existem entre a noção de universo do discurso e a de sistema de crenças na seção A, aproximando a noção de sistema de crença às noções de "produto", "língua" e "estado", ao mesmo tempo aproximando a noção de "universo do discurso" à "ação" e a "discurso".

O lugar-comum, se por um lado, como veremos, se prende à língua, à cultura, a produto, por outro lado, aparece também ligado a processo, na medida que {permite a produção de novos discursos,} a partir de um mesmo Topos. Estabelecido isto, na seção B, voltaremos ao problema da confluência de traços da "língua" e do discurso, quando abordarmos a diferença entre lugar-comum e pressuposto. Nesta mesma seção também serão estudadas as relações entre metáfora e lugar-comum. O lugar-comum, de fato, está presente nos processos metafóricos, mas também não se confunde com estes últimos.

SEÇÃO A: SISTEMA DE CRENÇAS E UNIVERSO DO DISCURSO

I

Tínhamos visto, no final do capítulo anterior, que a indissolubilidade de ações e estado explicava a presença simultânea da conexidade e da coesão num mesmo discurso. A presença, num mesmo discurso, de criação e repetição era tomada também como a expressão da não dissociação de estados e ações.

Do nosso ponto de vista, é também a dissociação de ações e estados que torna difícil, muitas vezes, distinguirmos num discurso o que aqui chamamos de "universo do discurso" daquilo que aqui chamamos de "sistema de crenças".

A propósito, falar de "sistema de crenças" ou falar de "universo do discurso" é penetrar num caminho bastante intricado. A complexidade dos problemas podem, talvez, ser atestada pelo próprio fato de que essas (e outras expressões fortemente relacionadas como "sistema de referência", universo de crenças", "universo discursivo") têm usos e sentidos muito variados. Por exemplo, "sistema de referência" em Perelman aparece com sentido bastante próximo de sistema de crenças, tal como o próprio Perelman o utiliza. O sistema de referência é caracterizado como um conjunto de coisa admitidas pelo auditório capazes de influenciar suas reações: "En tout cas il constitue pour chaque auditoire un système de référence servant à éprouver les argumentations", p. 155. Em Carlos Franchi, 1977, p. 22, o sistema de referência é associado a noção de trabalho lingüístico: "A linguagem, pois, não é um dado ou resultado, mas um trabalho que "dá forma" ao conteúdo variável das nossas experiências, trabalho de construção, de retificação do "vivido", que ao mesmo tempo constitui o sistema simbólico mediante o qual se opera sobre a realidade como sistema de referência, em que aquele se torna significativo".

Em Geraldi, 1991, "universo discursivo" e "sistema de referência" aparecem como sinônimos, explicitamente: "consideremos agora a questão do segundo ângulo: aquele da construção de sistemas de referências (ou de universos discursivos, expressões aqui usadas como sinônimas", p. 54. Ducrot, 1989, p. 22 não fala de sistema de crenças mas de "universos de crenças": "A dificuldade vem de que um mesmo sujeito falante pode considerar ao mesmo tempo o trabalho como fator de fracasso e de êxito; penso que todos possuímos, em nosso universo de crenças uma e outra dessas idéias - que pertencem ambas

a nossa situação psicológica". A lista que estamos apresentando poderia ser bem maior. Destaco, para encerrar, a utilização de "sistema de crenças" por Perelman.

"Sistema de crenças", em Perelman, 1970, aparece associado a suposições, valores, crenças e lugares (específicos e comuns) que caracterizam um auditório. Eis um trecho em que "sistema de crenças" aparece relacionado a auditório: Le fait d'accorder sa préférence à une certaine interpretation, ou même celui de croire à l'existence d'une seule interprétation valable, peuvent être révélateurs d'un système particulier de croyances ou même d'une conception du monde", p. 163.

No presente trabalho utilizaremos, com algumas modificações, a expressão "sistema de crenças" com o sentido próximo ao que Perelman utiliza. Esta noção será trabalhada mais detalhadamente, quando discutirmos "lugares", "valores" "hierarquias", etc. Como veremos, o sistema de crença, para nós, se associa à **língua**. Associado ao discurso está o universo do discurso, conforme nós o estamos caracterizando. Diferente do sentido no trecho que nós citamos na lista acima, vamos caracterizar o universo do discurso como constituído por entidades (pessoas, idéias, coisas) ou situações (estados, ações, eventos) instauradas por um discurso particular, em que as expressões lingüísticas utilizadas têm potencial de referência. Caracterizado dessa forma, o "universo do discurso" e o sistema de crenças aparecem como intimamente associados.

É que todo discurso, ao mesmo tempo que exhibe um "universo do discurso", exhibe também um "sistema de crenças", sobre o qual o primeiro se apoia. Em outros termos, o sistema de crenças determina, pelo menos parcialmente, o universo do discurso. Tomemos como exemplo o processo metafórico. Verifiquemos o que se passa com o emprego de uma nova metáfora, uma catacrese: o que dos fenômenos de sentido bem pode ser relacionado ao sistema de crenças, e o que podemos associar ao universo do discurso e por quê?

Estudando o processo metafórico, Oliveira R. P. (1991) nos fornece um bom exemplo de metáfora nova. A metáfora é a do "vírus" do computador: a utilização de "vírus" em relação ao computador veio suprir uma necessidade de nomeação (nos discursos de informática) de algo relevante, para os interessados no assunto, porém ainda sem um nome. O que foi batizado por vírus foi "um pequeno programa inserido propositalmente num software qualquer" (na "Informática", **Folha de São Paulo**, 15 de abril de 1988, citada por Oliveira (1991). Aqui localizamos claramente no "universo do discurso" a equivalência

entre "vírus" e "programa", nesses discursos. A utilização da metáfora tirada da Biologia, no entanto, abre na língua a possibilidade de utilização de metáforas com o mesmo parentesco, no campo da computação. A utilização dessa nova metáfora, ao mesmo tempo que dá nome a algo que não tinha nome, instaura na língua um novo lugar-comum. O novo lugar-comum é: "um computador é organismo vivo". Abrindo na língua esse novo lugar-comum (ao qual a palavra computador está, desde então, inegavelmente associada) não é de estranhar que novas metáforas surjam, que novos recursos de expressão sejam agenciados por este novo lugar-comum. Por exemplo, no "Caderno de Informática", citado por Oliveira (1991), aparece o termo "programa infectado", só possível, é óbvio, a partir do topos: "o computador é um organismo vivo". Oliveira dá outros exemplos, em sua tese, retirados de conversa observada pela autora, em que se utilizam "contaminar" e "epidemia" em relação a computador. O que podemos observar nesse exemplo é que o novo lugar-comum propicia, por um lado, a criação de novas metáforas, por outro lado, as circunscreve dentro de uma "área de significação", a delimitada pelo sentido "um computador é um organismo vivo", sentido que se repete em todas as metáforas citadas aqui por Oliveira. A autora aqui citada, no entanto, não leva em conta esse aspecto, para nós, essencial do processo metafórico, que é o de seu vínculo simultâneo com a repetição e com a criação. Que a metáfora é criação é o que todos estudiosos, inclusive Oliveira (1991), enfatizam. Mas o vínculo da metáfora com a repetição é ignorado. A repetição é o outro lado da moeda. Num lado, a metáfora "vírus" aparece, como vimos, associada ao universo do discurso. No outro, no caso da repetição, a metáfora aparece associada ao sistema de crenças, ou mais especificamente, ao lugar-comum "o computador é um organismo vivo". O sistema de crenças, então, está associado fortemente a significações que vão-se estratificando na língua e na cultura. O sistema de crenças, enfim, está mais associado a **estado**, e o universo do discurso, por sua vez, está mais imediatamente associado a ação, no caso, a ação de um sujeito que seleciona e cria no seu discurso, aquilo que vai ser apresentado ao auditório. Assim, a ação também está presente como efeito de sentido que o sujeito provoca ou pretende provocar no auditório. É, pois, difícil falar em universo do discurso sem relacioná-lo a um sujeito, locutor, sem relacioná-lo ao auditório e ao contexto. Para nós, mesmo nos discursos mais independentes do contexto, como por exemplo, o das ciências humanas (em que se toma um auditório universal) é bem visível, é óbvio, a atividade de um sujeito e a existência de uma interlocução, que deixam suas marcas no universo do discurso. Os dois trechos abaixo, que serão analisados, são exemplos disso. Um

é o de Chomsky, N. (1965). O outro é o de Halliday (1973). O texto de Chomsky, do **Aspectos da Teoria da sintaxe**, pág. 83, é: "A Teoria Lingüística tem antes de mais como objeto um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade lingüística completamente homogênea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o seu conhecimento da língua numa performance efetiva, não é afetado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos). Esta parece-me ter sido a posição dos fundadores da moderna lingüística geral, e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para a modificar". A tradução é de J. A. Meireles e E. P. Raposo, as adaptações ortográficas para as convenções brasileiras são nossas.

O texto de M. A. K. Halliday, "As bases Funcionais da Linguagem", pág. 125, é: "O que se entende por "abordagem funcional" do estudo da linguagem? Investigações sobre as "funções da linguagem" têm aparecido freqüentemente com destaque na pesquisa lingüística; há várias razões possíveis para se querer obter alguma percepção a respeito de como a linguagem é usada. Entre outras coisas, seria útil poder estabelecer alguns princípios relacionados ao uso da linguagem; e esta é, talvez, a interpretação mais corrente do conceito de abordagem funcional". A tradução é de Rodolfo Ilari. Na análise dos dois textos, não estamos levando em conta os originais, mas apenas as traduções, pois, para o nosso objetivo acreditamos que as traduções são suficientes.

Começemos a análise, retomando o que diz Lyons, J. (1968) diz em relação a classificação das palavras no léxico como verbo, substantivo, adjetivo, etc.. O que ele diz para substantivo vale também para outras classes: pode-se decidir a que classe ou classes sintáticas pertence uma palavra de uma língua. Se é verdade, por exemplo, que nem todos os membros da classe substantivo denotam pessoas, lugares e coisas (objeto físico discreto), pode ser verdade, no entanto, que todos os elementos lexicais que se referem a lugares, pessoas e coisas, em sua maioria, entrem na classe dos substantivos. A classe formal substantivo, assim, inclui palavras que, consideradas nominalmente, são prototipicamente "entidades", "coisas", "seres", e palavras que não são prototipicamente "entidades" (veja Lyons, J. (1968) pág. 243 e 244 e em nota Franchi, C. (1988), pág. 2). Na verdade, fora da linguagem não há como se falar de entidades discretas (sejam pessoas, coisas, seres), de ações, de qualidades. Não existe de um lado as ações, as qualidades, e os seres no mundo, se ignoramos a linguagem. É do trabalho com a linguagem e sobre a linguagem que

obtemos o que é "ação", "ente", "qualidade", "quantidade" ou "modo". A língua, oferecendo uma classificação para as palavras, indica apenas como a maioria dos locutores costuma associar um aspecto do real, geralmente, a uma classificação lingüística. Aliás, justamente porque entidades, ações, qualidades, não são dadas fora do discurso é que a própria língua fornece "várias possibilidades de um "mesmo", traço do real se "apresentar" como "classes diferentes" no discurso.

Assim, relativo ao ato de "sustentar-se e mover-se sobre a água, por impulso próprio", enfatizando a ação podemos ter **nadar**, mas podemos tomar nadar como "evento" e aproximá-lo até de uma entidade: usamos, então, **natação**. Em **nadador** focaliza-se o agente. Mas, de qualquer forma, dentro das possibilidades, optar por escolher entre um substantivo ou um adjetivo, num discurso, tem repercussão no seu sentido global. Mais ainda: apresentar um determinado traço do real como "ação", "ser" ou "qualidade" é um trabalho do locutor que não só mobiliza os recursos previstos (por exemplo, o trabalho que deixa suas marcas no léxico, a derivação - feliz, felicidade, felicitar) como mobiliza também recursos não previstos, conforme podemos constatar em Geraldi, W. (1991) pág. 41-50. Um exemplo comum da palavra marcada na língua como "ser" que aparece no discurso como "qualidade" é o seguinte. Tome-se um "ser" qualquer, assim já marcado na língua, que o classifica como substantivo: **geladeira**, por exemplo. O processo vivo é o seguinte: faço marcar **geladeira** por um quase prefixo "tipo" e o utilizo como "adjetivo". Assim, "um armário tipo geladeira" ou se não for bom o exemplo, um outro, um "lápiz tipo caneta", "um sapato tipo mocassim", etc.

Com "tamanho", temos processos parecidos. Muito comum é "uma coca-cola tamanho família". O essencial, é que no discurso, ao mesmo tempo que selecionamos as palavras, instauramos também, o modo como vamos apresentar o real para o auditório e isso tem repercussão no sentido global do discurso. No texto de N. Chomsky, é recortada e apresentada como uma entidade autônoma "A Teoria Lingüística" que não só pretensamente se refere a um "ente no mundo", mas tal como se apresenta no discurso, pretende-se que tal entidade seja conhecida e reconhecida pelo auditório. Joga-se aqui, mesmo admitindo-se a existência da "entidade" a que ele se refere, com a unicidade e unanimidade da questão, através das seguintes operações: evita-se tratar da entidade como uma questão polêmica, ignorando-se por vários recursos discursivos o aparecimento explícito de outros pontos de vista. Essa operação é reforçada pela utilização do artigo "a" que introduz uma pressuposição de existência e, mais ainda, estabelece

que o substantivo é já "dado", e assim, que o acordo entre o locutor e o auditório já está estabelecido.

A "Teoria Lingüística" aqui nebulosa, sem especificação, se antes poderia aparecer como um objeto de acordo concernente ao real (aliás, dado por Chomsky como algo existente), aparece mais, então, como um "valor" e no caso, um "valor concreto", que serve muito mais para selecionar um ponto de vista, aquele defendido pelo autor, ou seja, o da legitimidade do estudo da chamada competência lingüística. A existência de pontos de vista diferentes dos postos pelo autor, explicitamente ignorados por razões de estratégia discursiva, são palpáveis no próprio discurso em questão, por relacionar seus argumentos ao "preferível" de outros modos, além dos indicados. Destaco o próprio fato de N. Chomsky situar o objeto da Lingüística por ele defendido, dentro de uma escala, em relação a outros nunca expressos no trecho, dentro de teoria lingüística: "A Teoria Lingüística tem antes de mais como objeto ..." Nesse passo, o "antes" trai a existência de outros "objetos" concorrentes. Do que nos interessa nesse trecho, apontamos mais um procedimento discursivo que traz à tona a existência de outros pontos de vista em torno inclusive da "entidade" que Chomsky, através do discurso, instaura como existente, num certo universo, o da "Teoria Lingüística" - a competência "de um falante-ouvinte ideal". Esse procedimento é a utilização do lugar-comum, que por sua própria natureza, implica na possibilidade e existência de outros lugares contrários. O lugar-comum utilizado por Chomsky, para validar suas posições, é o lugar da "superioridade dos antigos", e está expresso nesta forma: "Esta parece-me ter sido a posição dos fundadores da moderna lingüística geral, e nenhuma razão convincente foi alguma vez proposta para modificar".

Sem querer discutir aqui o sentido de "fundadores" e "moderna", atenho-me ao seguinte: a posição teórica defendida por Chomsky não é a única e o movimento de atrelá-la a um certo "passado" diz da possibilidade de outras posições não atreladas a um certo "passado". Também diz de outras posições consideradas como mais atreladas aos fundadores do que a sua. Este lugar-comum "a superioridade dos antigos" pode ser interpretado como lugar da ordem. O "lugar da ordem" pode ser entendido como um procedimento que cria ou reforça uma hierarquia de valores, podendo tomar como eixo o tempo ou o espaço, conforme veremos.

Quanto a Halliday, em seu trecho aqui considerado, ele opta por uma estratégia diferente para apresentar as noções e conceito de seu interesse. Começando por uma pergunta, ele deixa claro que considera a "abordagem

funcional" uma noção polêmica. Se é assim para ele, subentende-se que assim pode sê-lo para o auditório. Admitindo que o auditório é também auditório de outros locutores, não ignora nem desqualifica outros tipos de estudo dentro da lingüística, mas opta pela estratégia de argumentar a respeito do valor do estudo do uso, utilizando, na verdade, o lugar comum do existente; que afirma a superioridade do que é real (sobre o que é possível, eventual e inexistente) - note-se que Chomsky argumenta em favor de um falante nativo ideal. Daí porque os argumentos valorizam o que é: "há várias razões possíveis para se querer alguma percepção a respeito de como a língua é usada". Daí também porque é valorizada a "utilidade": "Seria útil estabelecer alguns princípios gerais relacionados ao uso de linguagem". Halliday termina o trecho tentando fazer equivaler o conceito de abordagem funcional a quase um senso comum: "esta é, talvez, a interpretação mais corrente do conceito de abordagem funcional". A equivalência pretendida por ele não pode, no entanto, deixar de ser uma tentativa de abranger um auditório, o mais amplo possível, o que evidencia que a interpretação escolhida por Halliday para "funcional" também é polêmica.

A análise desses dois trechos nos serve para ilustrar que o universo do discurso, mesmo nos discursos científico (expressos em língua natural) não se constitui apoiando-se somente no locutor. Na constituição do sistema de referência há também a presença determinante do auditório e do contexto. Assim, o universo do discurso, ele mesmo, não é isento da ação de argumentar, considerando-se mesmo que os indivíduos que povoam o discurso, suas ações, suas qualidades etc., são resultados do trabalho do locutor que escolhe também o modo de apresentá-lo ao auditório, sendo este último um fator decisivo na constituição e interpretação de um discurso.

A questão da participação do auditório e, é óbvio, dos fatores contextuais na constituição do discurso leva-nos a querer precisar melhor o que dissemos a respeito das ações, qualidade, entidades, etc..., na sua relação com a linguagem. Afirmamos que estes não existem fora da linguagem. Para sermos mais precisos seria necessário dizer, e fazemo-lo agora, que as ações, os seres, as qualidades não ganham expressões fora da linguagem, da consciência e da cultura. Começamos aqui a tocar em duas delicadas questões: a da linguagem e pensamento, por um lado, e por outro, da linguagem e cultura. Difícil é não conseguir tocar nessas questões magnas, quando se fala em universo do discurso. Em relação ao tema linguagem e pensamento, embora neste trabalho admitamos a importância da ação do locutor na constituição do universo do

discurso (e, por isso também, admitamos a importância da linguagem na constituição do pensamento), colocamos, no entanto, como mais central na constituição do universo do discurso (e, por conseguinte, como mais central na constituição do pensamento), a relação eu-tu, a estrutura dialógica do discurso. Nisto, estamos plenamente de acordo com Benveniste, E. (1970), em "O aparelho formal da enunciação": "Inversamente, o "monólogo" procede claramente da enunciação. Ele deve ser classificado, não obstante a aparência, como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O "monólogo" é um diálogo interiorizado, formulado em "linguagem interior", entre um locutor e um ouvinte. Às vezes, o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significativa a enunciação do eu locutor. Às vezes, também, o eu ouvinte intervém com uma objeção, uma questão, uma dúvida, um insulto. A forma lingüística que esta intervenção assume difere segundo os idiomas, mas é sempre um forma "pessoal", p. 87-88.

Podemos entender aqui "monólogo" como equivalente a "pensamento", este relacionado a discurso. Benveniste, E. (1958a), no seu artigo "Categorias de pensamento e categorias da língua", mostra, por exemplo, como as categorias de Aristóteles, forjadas pelo pensamento grego, refletem as distinções feitas pelas categorias da língua. Ao mesmo tempo, mostra como a ação da filosofia grega trouxe reflexo na língua. Por exemplo: a transformação de "ser", usado com artigo, "numa noção nominal", em que o verbo é tratado como uma coisa. Diz Benveniste: "A língua não orientou evidentemente a definição metafísica do "ser" - cada pensador grego tem a sua -, mas permitiu fazer do "ser" uma noção objetivável, que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito.", pág. 77.

Neste trecho de Benveniste, aliás, ressalta a idéia de língua como resultado da atividade dos locutores, aspecto que não estamos negando. Porém, favorecemos o ponto de vista externado em outro trecho do mesmo autor, em que a questão do "pensamento" está vinculada a discurso, ponto de vista que é mais coerente com a concepção que estamos adotando em Análise do Discurso. Esta concepção não exclui, com certeza, a visão pela qual a linguagem aparece como um trabalho de constituição do locutor e da língua.

A relação entre língua e cultura, vamos deixar para discuti-la, em alguns pontos, quando abordarmos a questão do sistema de crenças, nesta mesma seção.

II

Dada a existência de uma resistente indeterminação no sentido de qualquer discurso, a coincidência entre a interpretação por parte do auditório e o efeito de sentido, pretendido pelo locutor, evidencia que há sempre um acordo implícito ou explícito entre os interlocutores. Interessante é que a ambigüidade e indeterminação existe mesmo em linguagem consideradas como muito precisas. Por exemplo, Apresjan, J. D. (1966), discutindo a interpretação de modelos formais, em "Idéias e Métodos da Lingüística Estrutural Contemporânea", admite que: "A precisão de uma teoria torna possível organizar experimentos, mas não existe, e nem pode existir, qualquer conexão lógica necessária entre precisão e veracidade da teoria.

O modelo relaciona-se aos dados experimentais por meio de uma INTERPRETAÇÃO. Interpretar um modelo significa especificar as regras, sejam probabilísticas ou rigorosas, por meio das quais os objetos de um certo domínio (língua, por exemplo) podem ser substituídos pelo objetos (símbolos) do modelo.

Do que foi dito a respeito das propriedades do modelo como aproximação funcional do objeto decorre que o número de possíveis interpretações de um dado modelo é, em princípio, ilimitado e, em todo caso, superior a um", pág. 66.

Uma aproximação entre "universo discurso" e "objetos de um certo domínio" pode ser feita aqui. O curioso é que, mesmo para sistemas puramente formais se nega a univocidade, quando se trata da interpretação (aqui, claramente correspondência entre objetos de um certo universo e objeto do modelo). No caso, não se trata de negar que em um sentido particular o modelo possa ser considerado unívoco. Apresjan, J. D., já citado, é claro: "A formalidade, a precisão e a univocidade constituem propriedade da linguagem em que se expõe a teoria". Pelo visto, a propriedade aludida tem relação com a exposição, isto é, com a "coerência interna". A relação, no entanto, entre modelo e "universo" a que ele adere é uma outra questão. Na mesma obra, Apresjan, J. D., ao contrário do que se poderia esperar, valoriza essa ambigüidade na interpretação do modelo, isto é, valoriza o fato deste último poder estar associado a mais de um "universo". Através de um exemplo, o autor considera um modelo abstrato que é interpretado para dois domínios diferentes, a fonologia e gramática (pg. 66 e 67). Conclui, então, na pág. 67: "Esses exemplos mostram como construções

matemáticas livres ou ideais podem explicar o comportamento de certos objetos de natureza inteiramente definida. Um modelo construído para explicar um determinado material empírico, mas que não permite sequer uma interpretação rigorosa é uma ficção científica; ele deve ser desprezado e substituído por um novo modelo. Um modelo é tanto mais efetivo, quanto mais amplo é o seu domínio de interpretação, isto é, quanto maior é o número de interpretação que ele admite".

Em nota, o autor atenua esta afirmação, quando acrescenta que quanto mais vasto é o domínio do modelo, mais pobre é o seu conteúdo e vice-versa, pág. 28. Mas, o que nos interessa aqui é a admissão de que mesmo em sistemas rigorosos é previsível a não univocidade do modelo, no seguinte sentido: um dado modelo pode receber mais de uma interpretação.

Se assim é para sistemas formais, com mais razão, para a exposição mesmo das ciências. Com maior razão ainda o é também para discursos diferentes dos científicos. Tais discursos certamente podem receber mais de uma interpretação diferente mesmo dentro de um mesmo contexto, conforme seja a composição do auditório. Dito de outra forma: A variação da interpretação de um discurso, está, de fato, nem só relacionada à variação do contexto, assim tomado de um modo geral, mas também está fortemente relacionado especificamente com o auditório.

A variação de interpretação (relacionada a contexto, de modo geral) é óbvia. Lembremos aqui a mudança na interpretação de uma teoria qualquer, conforme a época em que a teoria é lida. Como exemplos de múltiplas interpretações de um mesmo discurso relacionadas mais claramente a diferenciação do auditório, lembremos das parábolas que falam de sementes, colheitas e ervas daninhas (originalmente discurso feitos para quem lida com plantação, colheitas, etc...) que podem ser interpretadas "literalmente", ou, sob outra ótica, podem ser percebidas como se referindo a eficácia de um certo tipo de discurso. Nessa interpretação, "semente" é um equivalente objetivo da "palavra de Deus". É o mesmo caso das fábulas. Uma mesma fábula pode ser interpretada literalmente por uma criança. Um adulto, no entanto, pode interpretar a fábula diferentemente, tomando tal animal como representante de tal virtude; tal outro animal, como tal e qual defeito ou vício. Aliás, adulto e criança podem mesmo, por diferentes vias, extrair uma "lição moral" semelhante. Mas, nada garante que isso aconteça sempre.

Tomemos como exemplo de multiplicidade de interpretação, uma história para crianças: "O pescador e o gênio". Nessa história, um pescador pobre joga a rede no mar quatro vezes. Da primeira vez; a rede traz um burro morto. Na segunda, um jarro cheio de lama. Na terceira, vem na rede potes e vidros quebrados. Enfim, na quarta, vem um jarro de cobre. O pescador, abre, então, o jarro de onde sai uma enorme nuvem que se materializa num gênio gigantesco. Este ameaça matar o pescador que tenta impedi-lo com súplicas. O gênio não se mostra disposto em atender as súplicas do pescador que, então, usa de uma outra estratégia. Escarnecendo do gênio, põe em dúvida, em voz alta a capacidade do gênio caber numa vasilha tão pequena. Deste modo, induz o gênio a voltar ao jarro, cuja boca é arrolhada pelo pescador. Selado o jarro, o pescador joga-o de volta ao mar.

Este é um resumo de um conto documentado pelos Irmãos Grimm que extraímos do livro de Bruno Bettelheim, 1992, **Psicanálise dos contos de fada**. Os detalhes mais expressivos do conto serão apresentados na interpretação do mesmo, feito pelo autor do livro citado. É esta a interpretação proposta para o conto por Bettelheim: começa por dizer que a versão do conto que ele escolheu é a mais rica, porque, inclusive, traz um relato de como o gênio tornou-se tão cruel a ponto de querer matar a pessoa que o libertou: enquanto o gênio tinha ficado aprisionado, tinha prometido que enriqueceria o libertador. Mas, passado um século, prometeu que abriria os tesouros ocultos da terra para quem o libertasse. Passado quatrocentos anos, prometeu que satisfaria a três desejos de quem o libertasse. Assim não acontecendo, furioso, começou a dizer para si mesmo: "Aquele que me soltar, eu o matarei". Diz B. Bettelheim: "É assim que se sente uma criancinha quando foi "desamparada". Primeiro, pensa consigo mesma como ficará feliz quando sua mãe voltar; ou quando é mandada para seu quarto, como ficará contente quando receber permissão de sair novamente, e como ela recompensará mamãe. Mas, à medida que o tempo passa, a criança torna-se cada vez mais zangada, e fantasia a terrível vingança que fará com os que a destruíram. O fato de que, na realidade, ela poderá ficar muito feliz quando for suspensa a pena, não muda a forma como seus pensamentos movem-se da recompensa à punição dos que lhe infligiram desconsolo. Por conseguinte, o modo como os pensamentos do gênio se desenvolvem dão à estória veracidade psicológica", p. 58. E mais adiante, diz mais: "Os exageros fantásticos da estória, tal como ser "engarrafado" por séculos, tornam as reações plausíveis e aceitáveis, o que não sucederia com situações apresentada de modo mais real, como a ausência de um dos pais, um sentimento que permanece inafetado pela

explicação verdadeira de Mamãe de que ela só saiu por meia hora. Por conseguinte, os exageros fantásticos do conto de fadas dão-lhe o toque de veracidade psicológica - enquanto explicações realistas parecem psicologicamente mentirosas, embora verdadeiras de fato", pág. 41.

Bettelheim (1992) coleta versões e faz interpretações de outros contos, tentando mostrar como estes captam o mundo constituído pelos sentimentos infantis. Vale a pena transcrever uma das versões do "Branca de neve" e a interpretação sucinta posta para esta história: "Algumas versões de "Branca de Neve" começam assim: um conde e uma condessa passaram por três montes de neve branca, o que fez o conde dizer: "Quisera ter uma filha tão branca como esta neve." Pouco depois passaram por três buracos cheios de sangue, e o conde disse: "Quisera ter uma filha com as faces tão vermelhas como este sangue". Finalmente, viram três corvos voando, quando então ele desejou uma filha "com cabelos tão negros como os corvos". Continuando o caminho, encontraram uma menina branca como a neve, rosada como o sangue, e de cabelos negros como os corvos - era Branca de Neve. O conde imediatamente fê-la sentar-se na carruagem e amou-a, mas a condessa não gostou e pensou apenas como poderia livrar-se dela", pág. 239-240. Mais abaixo vem uma interpretação sucinta do autor, que transcrevemos: "neste relatos, conde e condessa ou rei e rainha são os pais sutilmente disfarçados, e a menina tão admirada pela figura paterna é a filha substituta. Os desejos edípicos do pai e da filha, bem como os ciúmes que despertam na mãe fazendo com que deseje livrar-se da filha, são afirmados de forma mais clara aqui do que nas versões habituais. Atualmente a forma mais difundida da história de "Branca de Neve" deixa os envolvimentos edípicos a cargo da nossa imaginação em vez de forçá-los em nossa mente consciente". pág. 240.

Esses são poucos dos muitos exemplos em que um discurso pode ser interpretado de várias maneiras. Para não afirmar que tais discursos exibem diferentes universos do discurso, preferimos então, dizer que o universo do discurso (de qualquer discurso) pode receber interpretações diferentes de diferentes tipos de auditório. Em outros termos, estamos afirmando que se a construção do universo do discurso se deve ao locutor, em parte, então a construção do universo do discurso se deve, em parte também, ao auditório. Não há, então, somente uma ação do locutor que seja capaz por si de constituir universo do discurso, ignorando-se totalmente o interlocutor. O trecho abaixo é uma brincadeira de Lewis Carroll que ilustra o que estamos dizendo:

JAGUADARTE

Era briluz. A lesmolisas touvas
 Roldavam e relviam nos gramilvos
 Estavam mimsicais as pintalouvas
 E os momiratos davam grilvos

"Foge do Jaguadarte, o que não morre!
 garra que agarra, bocarra que urra!
 Foge da ave Felfel, meu filho, e corre
 Do frumioso Babasurra!

A tradução é de Augusto de Campos. E o texto é **Através do espelho e o que Alice encontrou lá** de Lewis Carrol, contido no livro **Aventuras de Alice**, Summus, São Paulo, 1980, pág. 147.

O trecho acima não faz nenhum sentido e não o faz porque não estabelece um universo do discurso. Isso equivale a dizer que o trecho não é interpretável para nenhum auditório. Se, efetivamente, os estudiosos da obra de Carroll conseguirem atribuir um sentido para "Jaguadarte", isto significará obrigatoriamente que tais estudiosos foram capazes de construir um universo para tal discurso. O universo do discurso, é óbvio, é parte indescartável do sentido. Se um discurso tem algum sentido, este não pode ser atribuído somente ao papel do locutor. O sentido é sentido para algum tipo de auditório e, por isso também, a constituição do universo do discurso só o é para algum tipo de auditório. Para nós, mesmo um discurso utilizado com bastante autonomia em relação ao contexto em que foi gerado, guarda ainda suas raízes dialógicas, sem as quais não seria possível se manter.

Assim, dividimos a importância que o locutor tem dentro do discurso com a que tem o auditório. Já vimos a importância que o auditório tem na construção do discurso (e especificamente na construção do universo do discurso): mesmo os discursos mais formalizados aparecem-nos como fruto de uma "deliberação íntima" em que a relação eu-tu foi apagada, relação na qual o locutor aparece dividido em locutor e auditório. Ora, ao valorizarmos também o papel do auditório, estamos concebendo o universo do discurso como nem sempre transparente, mesmo nos discursos preocupados com seu rigor interno. É que, concebendo o universo do discurso como o estamos, somos levados a conceber a interpretação deste último como objeto de acordo entre o locutor e seu auditório.

Uma outra questão na qual temos que tocar, ainda que cuidadosamente é a que segue. Vimos que, falando especificamente em modelos formais, a posição de J. D. Apresjan é clara. Ele relaciona a univocidade do modelo à linguagem em que se expõe a teoria (em nossos termos, à coerência interna da linguagem). Mas, para ele, todo modelo deve receber, também, uma interpretação, isto é, a especificação de regras por meio das quais os objetos de um certo domínio podem ser substituídos pelos do modelo. Aqui, mesmo para modelos formais, é posta a questão da relação "linguagem" e "mundo" (universo a que uma linguagem se refere) de uma forma diferente. Ao incluir esta questão, Apresjan admite também que "o número de possíveis interpretações de um dado modelo é, em princípio, ilimitado e, em todo caso, superior a um". Ora, mesmo considerando os discursos mais rigorosos, difícil é não se defrontar com a questão da referência. Sobre este problema, Haqira Osakabe (1979) comenta: "A partir desse tipo de problema, vê-se que trabalhos desse gênero bloqueiam-se num certo momento, pois, embora tendo eliminado teoricamente a referência, não existem no aparelho teórico, de onde saíram, critérios suficientemente fortes para garantir essa eliminação. Como explicar, por exemplo, nesses trabalhos um problema como aquele colocado por um enunciado em francês do tipo "vous allez partir demain", delimitando-se em critérios puramente não referenciais? Parece difícil de ter um aparelho, no estado atual das pesquisas lingüísticas, cujo poderio possa explicar a relação entre plural e singular sem apelar para o problema da singularidade ou pluralidade de elementos situacionais (no caso do "ouvinte"); e, no entanto, o problema formal que se coloca nesse caso é o problema de uma compatibilidade não específica, isto é, lingüística.

Parece que são problemas desse tipo que levaram Grimmes a afirmar a impossibilidade de pensar-se uma teoria lingüística sem se ter uma teoria da referência. Isso porque, apesar da possibilidade de elaboração de uma teoria lingüística que desconheça os problemas da referência, é também impossível esquecer que entre as várias funções da linguagem a função referencial é tão não-negligenciável que as teorias mais formalizadas acabam por barrar-se nesse problema. E nesse ponto, parece verdadeiramente difícil saber a distinção entre a especulação lingüística e a especulação de uma filosofia do conhecimento, pois ambos os tipos de reflexão acabam por cair no problema da referência"., pág. 175-6.

Pelo que foi dito, toda teoria lingüística é implícita ou explicitamente também uma reflexão sobre a questão da referência. Por sua vez esta última

questão leva a uma outra: qual a relação entre o real e a linguagem? Sobre este tema, arriscamo-nos a indicar, ainda que frouxamente, alguns pontos que podem esclarecer as posições que adotamos neste trabalho. Para nós, o real, seja lá o que isto for, está sempre presente no discurso. Assim se a linguagem enforma o real, como dissemos, como pensar-se uma linguagem, um discurso sem o real, isto é, sem a presença do real em algum grau, em alguma espécie?

Sobre esta questão, adotamos um ponto de vista que está assim expresso por Judith Grossmann (1982), em **Temas de Teoria Literária**: "Evidentemente, esta não é uma questão exclusiva da arte e da arte literária, do artista e do escritor, mas uma questão mais ampla, especificamente expressa pela arte, que envolve as relações entre o homem, a linguagem e o mundo. Trata-se do próprio **perde-ganha** do homem diante da *physis*, diante da impossibilidade de ter o real por inteiro e por si mesmo fora do âmbito de uma consciência e de uma linguagem. O paraíso porventura perdido por causa da linguagem só pode ser reobtido na linguagem e só através dela é possível sair do círculo circunscrito. A plena posse do real apenas se torna possível na linguagem que, para ultimar seu poderio, dramatiza e brinca amplamente com este perde-ganha". p. 19 e 20.

Para nós, o real está presente tanto naquilo que motiva a existência da linguagem quanto no desejo que o discurso nutre em relação àquele. Aliás, desejo mútuo: do real pelo discurso e do discurso pelo real: "No nascimento da poesia e no nascimento da linguagem está um único e mesmo impulso de distanciamento do mundo físico. O movimento nadificador está na origem da linguagem, quando, pela primeira vez, o homem passa, através desta, a ter a objetividade desobjetivada. Esta separação se dá dentro de uma situação traumática e alarmante, que pode encontrar analogias em outras situações do mesmo tipo, a separação da criança do ventre materno, do seio materno, o próprio drama da aquisição da linguagem infantil (J. Grossmann, *ibidem*, p. 25)."

No trecho acima, estabelece-se uma relação entre linguagem e ausência. Ontogeneticamente, é essa interpretação que Freud, S. (1920) favorece em **Além do princípio do prazer**. Nesse livro, o autor observa que a ausência materna é suportada por uma criança através da criação do jogo de nomeação, em que uma palavra simboliza a presença materna, uma outra simboliza a ausência. Não vamos discutir a questão do afastamento/distanciamento do real filogeneticamente. No trecho de Judith Grossmann e no livro de Freud a

linguagem aparece como uma espécie de substituto do real, ou melhor dizendo, a linguagem aparece como algo que torna presente aquilo que está ausente.

Sobre este problema não vamos explicitamente mais adiante. Tocando nele, o que fizemos foi marcar a nossa posição e mostrar que estamos conscientes dele: "qual a relação entre o real e a linguagem?" é o grande tema do qual as ciências da linguagem não conseguem escapar.

Resumindo e organizando: o universo do discurso nesse trabalho aparecerá sempre associado a discurso. Dentro dessa perspectiva, então, o universo do discurso é uma construção do locutor que sempre incluirá a participação do auditório que é visível pelo menos no trabalho de interpretação. Deste modo, faz sentido dizer também que as considerações a respeito de contexto cabem na especificação universo do discurso.

O sistema de crenças, por sua vez, aparece como fortemente relacionado à língua, à cultura e a discursos prévios efetivamente realizados numa dada comunidade. É este nosso próximo assunto. Começemos, então, a delinear as relações existentes entre sistemas de crenças e lugar comum, em III.

III

No alto da montanha já quase chuvosa
 O velhinho passa
 Metade entre as nuvens, metade entre as ervas
 Com um ramo verde nas mãos gastas.
 Que pensa, que sente, que faz, que destino
 É o seu, nesta altura
 Cercado de rochas, calado e sozinho cercado de nuvens?
 E o ramo que leva, tão verde, na tarde
 Cinzenta e pesada?
 A que primaveras irá conduzindo
 Seu corpo e sua alma?
 Para muito longe, muito longe, passa
 Monte sobre monte
 Vai-se andando sempre, sempre há um ramo verde
 E depois um largo horizonte.
 (Cecília Meireles in "Metal Rosicler")

Os topos que focalizamos neste poema é o Topos da altura, muito recorrente na cultura e nos discursos. Esses Topos pode ser expresso como a associação da altura com a morte. No poema, a morte vem expressa através do enigmático verso "o velhinho passa", em que se valoriza o verso por contraste: o verso que o antecede é relativamente longo, assim como são os três versos que o seguem. Destacado assim, o verbo passar, em geral, não passa despercebido. É no trabalho de escolha do verbo "passar", (escolha entre muitos outros, "andar", "passear") que é desenterrado da língua um outro sentido do verbo, às vezes esquecido, o de "passar" como sinônimo de morrer. No verso 12, o verbo é de novo valorizado pela repetição e se associa com a expressão "Para muito longe, muito longe", deixando ainda mais clara uma das significações no poema: "Para muito longe, muito longe passa". Mas, como é que neste poema estabelece-se a relação morte e altura (esta última palavras, explícita no poema no verso, em que aparece valorizada, através do contraste do tamanho do verso em questão em relação aos versos anteriores)?

No poema, a altura é expressa, em primeiro lugar, pelo léxico. A "montanha" está, nesse poema, relacionada à "morte", essa também expressa no primeiro verso por "já quase chuvosa". A indicação de que "o velhinho" está num estado "intermediário" é expressa, recorrendo-se ao lugar-comum da ordem, que como já vimos, analisando o texto de Noam Chomsky, pode estabelecer uma

hierarquia, aproveitando-se do tempo ou do espaço. No texto de Chomsky, o eixo era o tempo. Era valorizado o que veio primeiro (os antigos em lingüística) em relação aos que, sem tradição, vieram depois. No poema, essa hierarquia aproveita o espaço: é valorizado um "supersolo" (acima do solo), a montanha, por exemplo, contraposto a um "solo". Como veremos, a utilização do tempo e do espaço para a criação de um "sistema", para a construção de uma hierarquia, é muito comum na cultura e na linguagem. Veremos um exemplo de Lévy Strauss (1962) mais adiante. No texto o "velhinho" aparece num estado que é caracterizado como "metade entre as nuvens": nuvens, aqui, estão vinculadas ao supersolo. Mas, ao mesmo tempo ele está caracterizado como "metade entre as ervas": o velhinho está localizado numa zona intermediária entre um solo e um supersolo. A ambigüidade da posição do "velhinho" é reforçada no verso 4, em que verde, associado à vida, faz contraste com "mãos gastas". A oposição solo-supersolo, se faz presente no sexto e no sétimo versos, em que solo é expresso por "rochas" (que expressa também outras coisas) e de novo "nuvens".

Focalizamos no poema aquilo que aparece como mais pertinente para a nossa discussão: o Topos da altura como relacionado ao Topos da ordem. Tendo admitido que o tema da morte aparece expresso claramente, não examinamos no entanto mais detidamente todos os momentos e que este tema aparece no texto. Só indicaremos que expressões "tarde cinzenta e pesada", "à que primaveras irá conduzindo/seu corpo ou sua alma?" expressam o tema da morte neste poema. Finalmente, o tempo é expresso através do espaço nos versos dezesseis e dezessete: "vai-se andando sempre, sempre há um ramo verde,/ e depois um largo horizonte", em que horizonte (muitas vezes equivalente de futuro, tempo) é um dos equivalentes objetivos de morte nesse poema.

O Topos da altura, tal como o caracterizamos está presente e expresso de outras formas no poema seguinte:

ISMÁLIA

Quando Ismália enlouqueceu
 Pôs-se na torre a sonhar...
 Viu uma lua no céu
 Viu outra lua do mar

No sonho em que se perdeu

Banhou-se toda em luar
 Queria subir ao céu
 Queria descer ao mar

E, no desvario seu,
 Na torre pôs-se cantar...
 Estava perto do céu
 Estava longe do mar

E como um anjo pendeu
 As asas para voar...
 Queria a lua do céu
 Queria a lua do mar

As asas que Deus lhe deu
 Ruflaram de par em par
 Sua alma subiu ao céu
 Seu corpo desceu ao mar.

(Alphonsus de Guimaraens in Pastoral aos crentes do amor e da morte, in Obra Completa, p. 231-232).

Neste poema, o Topos da altura é expresso em vez de por "montanha", pela palavra, "torre". E a oposição solo x supersolo é feita à e custa da oposição céu x mar, em que este último reflete o primeiro. No léxico ligado ao tópico da altura, aparece também "lua", "asas", "voar" e "anjo". Ismália, tal como o "velhinho" no poema de Cecília Meireles, também está localizada numa zona intermediária entre o solo e o supersolo. Mas, por motivos diferentes. Enquanto a morte do "velhinho" se acha relacionada a um ciclo natural ("há tarde/cinzenta e pesada") a relação de Ismália com a morte é uma questão de escolha: "Queria a lua do céu/ Queria a lua do mar". De qualquer modo, Ismália aparece mais associada ao supersolo do que ao solo: "Estava perto do céu/Estava longe do mar".

A oposição corpo (solo) e alma (supersolo) que aparece também no poema de Cecília Meireles, é resolvida no texto de Alphonsus de Guimaraens, pela semelhança entre solo e supersolo (o mar reflete o céu) e pela subida da alma de Ismália, simultaneamente à queda do corpo (que desce ao mar).

Em Manuel Bandeira em "A estrela" o Topos da altura está expresso pela estrela:

A ESTRELA

Vi uma estrela tão alta
 Vi uma estrela tão fria
 Vi uma estrela luzindo
 Na minha vida vazia

Era uma estrela tão alta!
 Era uma estrela tão fria
 Era uma estrela sozinha
 Luzindo no fim do dia

Por que da sua distância
 Para minha companhia
 Não baixava aquela estrela?
 Por que tão alto luzia?

E ouvia-a na sombra funda
 Responder que assim fazia
 Para dar uma esperança
 Mais triste ao fim do seu dia.

(Manuel Bandeira in "Cara", S. de A. Manuel Bandeira, p. 76)

Associada também ao Topos da altura está a expressão "tão alta". O tema da morte comparece através das expressões "sombra funda"(verso 13), "fim do dia"(verso 8) e "fim do meu dia"(verso 16). Mas o tema da morte está expresso também pela utilização da palavra fria (estrela tão fria) e daí, pela intensificação do sentido de frio (ligado à morte) através da repetição do fonema "l" no corpo do discurso. Assim, "Vi" é repetido no início dos três primeiros versos. Além disso, utilizam-se rimas de apoio em i. E mais ainda: reitera-se o i, em posição tônica no interior de alguns versos (vejam-se o verso 8, 9, 10 e 16). Note-se, como exemplo, as tônicas do verso 8: "luzindo no fim do dia".

Retomo aqui a questão do lugar da ordem associado a instauração de hierarquias. É bom que se diga logo que a instauração de hierarquias não é propriedade somente do lugar da ordem. Esta é uma característica de todos os lugares-comuns. Também é bom que se diga logo que obrigatoriamente nem sempre o lugar da ordem vem associado a tempo ou espaço. Mas acontece que tempo e espaço são referenciais muito utilizados em várias culturas diferentes e por isso merece que nos estendamos mais um pouco sobre esta questão. Numa

outra perspectiva, com o nome de orientacional, Lakoff (e outros) (1980), privilegia o espaço, como base de algumas, digamos, metáforas. No livro citado, as observações se referem ao que ele chama de metáfora, 'Orientational metaphors', ps. 14-21. Na verdade, o que Lakoff chama de metáforas nós chamamos aqui de lugar-comum. É que, do nosso ponto de vista, e como já vimos, o que Lakoff chama de metáfora é um implícito que não é exclusivo do processo metafórico. Por exemplo, o implícito que indicamos em Chomsky, 'a superioridade dos antigos' é da mesma natureza, ou muito próxima, como veremos, de outros como 'o computador é um organismo vivo', relacionado à expressão 'vírus do computador'. A este último tipo de implícito é que Lakoff chama de metáfora. Lembremos que nós destacamos dentro do processo global da metáfora aquilo que estamos chamando de lugar-comum, associado a valores e hierarquias, ao já produzido. Feitas essas observações, passemos ao que Lakoff diz, não esquecendo que estamos substituindo por lugar-comum os lugares em que está metáfora. No capítulo 'Orientational Metaphors', no livro citado, Lakoff nos diz que os conceitos são estruturados um em relação a um outro. Da mesma forma, eles podem entrar em relação de sustentação ou contradição, por exemplo, conceitos como em cima x em baixo, podem sustentar ou se chocar com frente x costa, profundidade x superfície, centro x periferia. Segundo ele, a importância do espaço como base das 'metáforas' provém do fato de que temos um corpo que funciona de uma maneira específica dentro do nosso ambiente físico. As referências espaciais não são arbitrárias. Elas têm raízes na nossa cultura e experiência. Embora, para Lakoff, as 'simbolizações' que tomam como referência o espaço tenham uma base física, elas variam de cultura para cultura. O exemplo que ele dá é o da posição onde as culturas colocam o futuro. Algumas culturas colocam-no na frente, outras, colocam-no atrás.

Essas especulações em relação a referenciais, cultura e corpo, Lakoff as tem como hipótese plausível e no capítulo 'Metaphors and Cultural Coherence', p. 22-24, relaciona a metáfora (aqui lugar-comum) com os valores mais fundamentais da sociedade. Afirma também que os valores são coerentes, em geral, uns com os outros. Os valores são vividos socialmente. Antes de tudo, não nega a existência de conflitos de valores, admitindo assim a existência de sub-culturas dentro de uma cultura e de valores que podem ser caracterizados como pessoais. Quem tira maior partido, estudando a questão dos valores, é Perelman, como veremos mais adiante. Por enquanto, focalizando especificamente uma outra cultura, como ela ordena seus elementos, tomando como referência um solo, um subsolo e um supersolo, citamos uma interpretação feita por Lévi-

Strauss (1966) p. 71 e seguintes, da caça as águias, entre os hidatsa. A caça às águias é tida neste grupo como uma atividade sagrada. Os hidatsa as caçam, escondendo-se em covas (subsolo). A águia é atraída por uma isca, colocada em cima da cova. Quando a águia pousa, o caçador a segura. Ora, para Lévi-Strauss “esta técnica apresenta, pois, um caráter paradoxal; o homem é a armadilha, mas para representar este papel, deve meter-se numa cova, isto é, assumir a posição de um animal preso na armadilha; ele é, ao mesmo tempo, caçador e caçado”. E, mais adiante, Lévi-Strauss discorre sobre o que mais nos interessa no momento: “Se este começo de interpretação é exato, segue-se que a importância ritual da caça às águias, entre os hidatsa, prende-se ao menos em parte, ao emprego de covas, isto é, à adoção pelo caçador, de uma posição estranhamente baixa (no sentido próprio e, como acabamos de ver, também figuradamente) para capturar uma caça cuja posição é a mais alta, objetivamente falando (a águia voa alto) e, também, sob o ponto de vista mítico (em que a águia é posta no topo da hierarquia da aves).

A análise ritual corrobora, em todas as suas minúcias, essa hipótese de dualismo de uma presa celeste e de um caçador ctônico, que evoca também a maior oposição concebível, no domínio da caça, sob o ponto de vista do alto e do baixo. A extraordinária complicação dos ritos que precedem, acompanham e concluem a caça às águias é, então, a contraparte da posição excepcional ocupada por ela, dentro de uma tipologia mítica, que dela faz a expressão concreta de uma separação máxima entre o caçador e sua caça.

Ao mesmo tempo, certos pontos obscuros do ritual se esclarecem, especialmente a extensão e o significado dos mitos contados durante as expedições de caça, que se referem a heróis culturais capazes de se transformar em flechas e a mestres de caça com o arco: duplamente impróprios, por esta razão, para representar o papel de isca para caça às águias, sob sua aparência animal de gato selvagem e de racum. De fato, a caça com o arco pertence à região do espaço situada imediatamente sobre o solo, isto é, o céu atmosférico ou mediano: o caçador e a caça estão intimamente unidos no espaço intermediário, enquanto que a caça às águias os separa, designando-lhes posições opostas: o caçador sob a terra, a caça perto do firmamento”. p. 72-73.

O que importa aqui é a utilização do espaço (investido de valores) como princípio de instauração de hierarquias. Em outros termos: a utilização de uma ordenação produz hierarquias. Lembremos que para C.H. Perelman (e outros) (1988) temos como objeto de acordo, relacionando com o auditório universal, os

fatos e as verdades e as presunções. Relacionado a um auditório particular tem-se os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Fatos, verdades e presunções estão agrupados em Perelman dentro da categoria relativa ao real, enquanto os valores, as hierarquias e os lugares estão na categoria relativa ao preferível.

O fato é caracterizado unicamente, como dissemos, pela idéia que se tem de uma certa espécie de acordo em que está em jogo o auditório universal. Como diz Perelman, citando H. Poincaré, fato é "o que é comum a vários seres pensantes e poderia ser comum a todos". Sobre as verdades, tudo que foi dito a respeito dos fatos, vale também para as primeiras. Mas geralmente se fala de fatos para designar objetos de acordos precisos, enquanto que designam-se como verdades um sistema mais complexo relativo às ligações entre fatos. Além das verdades, o auditório universal admite também as presunções. Exemplos de presunções: a presunção de que a qualidade de um ato manifesta a qualidade da pessoa que o põe; a presunção concernente ao caráter sensato de toda ação humana. As presunções estão relacionadas ao normal e ao verossímil. Uma presunção mais geral do que as mencionadas é a de que existe para cada categoria de fatos e notadamente para cada categoria de comportamentos, um aspecto considerado normal que pode servir de base aos raciocínios. A própria existência de um vínculo entre as presunções e o normal constitui uma presunção geral admitida por todos auditórios (cf. Perelman e outros (1988), p. 95). Os fatos, as verdades, as presunções podem mudar de estatuto dentro da argumentação. Assim, um fato pode ser visto como verdade, uma verdade pode ser vista como um fato.

Neste breve resumo sobre o objeto de acordo entre o locutor e seu auditório, o que vamos enfatizar mesmo são os objetos de acordo que não pretendam senão o acordo com grupos particulares. Aqui extrairemos alguns traços que caracterizam o sistema de crenças.

É óbvio que o que é admitido como existente, não existente (presunções e verdades) terminam por informar muito sobre o sistema de crenças de uma dada comunidade. Mas, na medida que os fatos, a verdade e as presunções estão relacionadas com o auditório universal, são justamente os valores, as hierarquias e os lugares do preferível, que, caracterizando grupos particulares, são de grande interesse para uma aproximação do sistema de crenças. O tratamento que Perelman e outro (1988) dá aos valores, hierarquias e lugares é muito pertinente para a Análise do Discurso.

Para Perelman, estar de acordo com um valor, é admitir que um objeto, um ser, ou um ideal, deve exercer sobre a ação e as disposições uma influência determinada. A argumentação baseada num valor, no entanto, não se impõe como tendo validade para todos. A idéia de valores, segundo Perelman, está ligada à idéia de multiplicidades de grupos.

Em todas as argumentações, os valores, intervêm num dado momento. Na verdade, ninguém pode subtrair a eles, pura e simplesmente. Na presença de um valor, que se contesta, argumenta-se para desqualificá-lo, ou tenta-se subordiná-lo a outro (veremos isso, quando falarmos das hierarquias), ou tenta-se interpretá-lo. Perelman afirma que não se pode rejeitar totalmente todos os valores. Para Perelman, a recusa de todos os valores tem a significação do indivíduo praticamente se colocar no domínio da força, não mais no campo da discussão. Sob este aspecto, então, os fatos e os valores são comparáveis: desde que um interlocutor os ponha, é necessário argumentar para se desembaraçar deles, sob pena de se recusar ao diálogo. Fatos e valores podem se aproximar também por um outro motivo: inseridos num sistema de crenças que pretende valer para todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. É claro que no curso da argumentação poder-se-á reconhecer que eles são objetos de acordo que não podem pretender a adesão do auditório universal. Acontece isso, em geral, com os valores considerados universais ou absolutos: a Verdade, o Bem, o Belo, o Absoluto. Os valores universais são chamados por Dupréal (citado por Perelman) de valores de persuasão. Para Dupréal, esses valores são espécies de instrumentos espirituais, do ponto de vista sociológico. Eles são totalmente separáveis da matéria a que eles permitem dar forma. Anteriores ao momento em que são utilizados, continuam intactos depois de sua utilização, Isso permite que eles permaneçam sempre disponíveis, como antes, para outras ocasiões.

Pretendendo-se, então, que tenham validade para o auditório universal, apresentam-no sem especificação do sentido, em suma, com o sentido vago. Quando se pretende explicitar seu sentido, vê-se que a validade desses valores chamados absolutos se circunscreve a auditórios particulares.

Ao par desses valores, valores abstratos, há também os valores concretos. A "Teoria Lingüística", utilizada por Chomsky no trecho que analisamos, foi por nós nomeada de valor concreto. E assim o fizemos porque o valor concreto se relaciona com um ser vivo ou com um grupo particular ou mesmo com um objeto particular, quando estes últimos são tomados na sua unicidade. Para Perelman, a valorização do concreto e o valor atribuído ao único estão estreitamente ligados.

Instaurar o caráter único de alguma coisa é valorizá-la, pelo próprio fato de tê-la como única.

Como exemplos de valores concretos temos a Igreja, o Brasil e também noções como engajamento, fidelidade, solidariedade, disciplina, etc... Estes últimos são tomados como valores concretos por serem pensados como observância uniforme de regras e normas, tidas como válidas por todos e para todas as circunstâncias.

Como dissemos, num meio cultural qualquer, não se despreza, na sua totalidade, os valores concretos e abstratos. Quando se quer relativizar parte de um conjunto de valores, que podem estar em relação de conflito uns com outros, a saída, geralmente é subordiná-los uns em relação a outros. Aqui chegamos à questão das hierarquias. Segundo Perelman, a argumentação apóia-se não somente nos valores, mas igualmente apóia-se nas hierarquias. Como exemplo de hierarquia Perelman nos dá a da superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens. E acrescenta na pág. 107: as hierarquias se justificam com a ajuda de valores, mas, em geral, se se pergunta sobre seus fundamentos, os utilizadores de uma dada hierarquia procurarão defendê-la sem introduzir na discussão os princípios em que se baseia tal hierarquia. É por isso que, em geral, as hierarquias permanecem implícitas.

As hierarquias se apresentam basicamente sob dois aspectos: as hierarquias concretas (por exemplo, a que estabelece a superioridade dos homens sobre os animais) e as hierarquias abstratas, geralmente hierarquizando valores (por exemplo, a que estabelece a superioridade do justo sobre o útil). É bem fácil notar que o estabelecimento de hierarquias pode bem ser visto como uma tentativa de solucionar o conflito entre os valores admitidos por um auditório. Mas essas hierarquias não impedem a independência dos valores. A hierarquização não é fixada de uma vez por todas. Um exemplo dado por Perelman, a respeito deste tema, são os diferentes modos de se encarar a questão da certeza de um conhecimento e a importância ou interesse que este último possa apresentar. Sócrates argumenta, no exemplo citado por Perelman, em favor da superioridade do interesse que um conhecimento pode apresentar sobre a certeza: **Mais vale trazer como contribuição uma opinião razoável para temas úteis do que trazer conhecimentos exatos para inutilidades**".

Obviamente, há quem estabeleça uma hierarquia diferente favorecendo o valor do conhecimento exato. No exemplo seguinte, um poema de Jorge de Lima, parte-se de uma hierarquia pré-estabelecida, para depois dissolvê-la:

XVIII

Éguas vieram, à tarde, perseguidas
depositaram bostas sobre as vides.
Logo após borboletas vespertinas,
gordas e veludasas como urtigas

sugar vieram o esterco fumegante.
Se as vísseis, vós diríeis que o composto
das asas e dos restos eram flores
Porque parecem sexos; nesse instante,

os mais belos centauros do alto empíreo
pelas pétalas desceram atraídos
e agora debruçados foram círculos
depois as beijam como beijam lírios

(Jorge de Lima, Invenção de Orfeu, in Poesia Completa, vol. 2, p. 39)

Assim como se admite geralmente a superioridade dos deuses em relação aos homens, o poema se constrói através da hierarquia que expressa a superioridade dos seres celestes sobre os seres terrestres. A contra-parte das éguas, seres terrestres no poema, são os centauros, seres celestes. Um jogo de consoantes bilabiais e dentais aparece associado a égua, imitando, por esse processo, o ruído produzidos por cascos: "Éguas vieram, à tarde, perseguidas,/depositaram bostas sobre as vides"(versos 1 e 2). Do mesmo modo, o mesmo jogo de consoante, se repete associado a centauros: "os mais belos centauros do alto empíreo,/pelas pétalas desceram atraídos (versos 9 e 10). A propósito, a utilização expressiva de consoantes e vogais mereceria um comentário mais detalhado. Mas, só assinalaremos a sutileza das rimas, em geral, apoiando-se somente na vogal tônica "i". A superioridade de seres como os centauros em relação aos seres da terra é reforçada pela relação em que o alto é valorizado em relação ao baixo, conforme já vimos antes. A inversão da hierarquia se faz através da valorização do excremento das éguas. Ora, dentro dos nossos valores, o excremento recebe, em geral, um dos valores mais baixos. Isso é evidente, por demais. A valorização do excremento se faz no poema, já no verso 6, em que este é transmutado em "esterco fumegante". A valorização se dá também pela relação que se dá entre o esterco e as borboletas, relação que tem um conteúdo erótico (estrofe 3-5). Nos versos 6 e 7, a valorização do excremento

se dá pela equivalência: o excremento se confunde com, e por isso equivale a, flores. Através da relação bostas-borboletas-flor, o que parecia mais ínfimo entre os seres terrestres é colocado em posição de primazia. No final do poema, o deslocamento dos seres na hierarquia se completa: os que estavam no alto descem, seduzidos pelo que ocupava uma posição ínfima: 'os mais belos centauros do alto empíreo,/pelas pétalas desceram atraídos,/e agora debruçados formas círculos;/depois as beijam como beijam lírios", (versos 9-12).

Para Perelman, as hierarquias dos valores são mais importantes do que os valores em si. Elas são comuns a uma grande número de auditórios. Para ele, o que caracteriza cada auditório são menos os valores admitidos do que o modo como esta último os hierarquiza. Admitindo-se, porém, que não há só um modo de hierarquizar os valores, admitindo-se que para um mesmo auditório há multiplicidade de valores e hierarquias, a hierarquia favorecida por um locutor indica que valores foram postos de lado, ou melhor, quais valores o locutor decidiu sacrificar.

Os princípios em que se baseia uma hierarquia geralmente não são explicitados. Mas o que está atrás de hierarquia são valores ou, então, lugares-comuns.

Para Perelman, estes últimos são premissas de ordem muito geral. Os lugares-comuns fundam valores, instauram hierarquias ou reforçam a intensidade de adesão que valores e hierarquias suscitam: 'Quand il s'agit de fonder des valeurs ou des hiérarchies, ou de renforcer de l'adhésion qu'elles suscitent, on peut les rattacher à d'autres valeurs ou à d'autres hiérarchies, pour les consolider, mais on peut aussi avoir recours à des prémisses d'ordre très général, que nous qualifierons du nom de lieux, *τοπιοι*, d'où dérivent les Topiques, ou traités consacrés au raisonnement dialectique.

Pour les Anciens, et ceci semble lié au souci d'aider l'effort d'invention de l'orateur, les lieux désignent des rubriques sous lesquelles on peut classer les arguments: il s'agissait de grouper, afin de le retrouver plus aisément, en cas de besoin, le matériel nécessaire(1); d'où la définition de lieux comme des magasins d'arguments (2)". (Perelman e outros (1988), p. 112.

Nesse fragmento de Perelman o lugar-comum aparece simultaneamente associado à repetição e à invenção, a criatividade. Ele aparece ligado a criação de argumento, quando Perelman diz explicitamente que ele está ligado ao esforço

do orador de inventar argumentos e ligado a repetição, quando Perelman no final do trecho remete-o à memória. Da mesma forma, na seguinte passagem de Aristóteles no *Tópicos*, Livro III, cap. 14, o topos ou lugar-comum, também aparece relacionado com a repetição (no caso, a memória): “É preciso formar, além disso, um bom estoque de definições e trazer nas pontas dos dedos as idéias familiares e primárias, pois é por meio dessas que se efetuam os raciocínios. Deve-se tentar, igualmente, conhecer a fundo os tópicos em que tende a enquadrar-se a maioria dos argumentos” (Aristóteles, *Os pensadores*), p. 50). No entanto, nesta outra passagem na *Retórica*, os lugares-comuns são relacionados com a criatividade: “Os lugares-comuns aplicam-se indistintamente às questões de Direito, de Física, de Política e a muitas matérias de espécie diferente; tal , por exemplo, o lugar do mais e do menos; deles podemos tirar tanto um silogismo ou entimema sobre questões de direito, de Física ou sobre qualquer outro assunto, embora tais matérias sejam de espécies diferentes.” (Aristóteles, *Arte Retórica* in *Arte Retórica e Arte Poética*, Ediouro, pág. 37). Esses trechos só vêm em apoio do que defendemos no início: os lugares-comuns estão simultaneamente associados a ações e estado. Como estado, estão associados à língua, mas simultaneamente, como vemos no trecho, eles podem bem serem vistos como uma espécie de mecanismo que permite criar novos argumentos.

Outro ponto importante que o último trecho de Aristóteles põe (assim como o trecho de Perelman) é um traço característico dos lugares-comuns: este traço é a generalidade, isto é, eles podem ser aplicados a qualquer “gênero” (Física, Política, etc), sem pertencer particularmente a nenhum deles. Dizendo de outro modo, como o diz Perelman, o lugar-comum são espécies de premissas de ordem muito geral. Se é assim, deve-se ter o cuidado, como o faz Aristóteles, de se distinguir os lugares-comuns, que podem servir indiferentemente a qualquer ciência ou gênero (sem pertencer especificamente a nenhum deles) dos lugares-específicos, que são próprios seja a uma ciência particular, seja a um gênero oratório específico. Discutiremos agora a questão da distinção que existe entre lugar-comum e lugar-específico, a partir da análise de dois textos. O primeiro é o “Poema das sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade:

POEMAS DAS SETE FACES

- 1- Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.

- As casas espiam os homens
 5- que correm atrás de mulheres
 A tarde talvez fosse azul
 não houvesse tantos desejos
 O bonde passa cheio de pernas:
 pernas brancas pretas amarelas.
 10- Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração.

Porém meus olhos
 não perguntam nada.

- O homem atrás do bigode
 é sério, simples e forte.
 15- Quase não conversa.
 Tem poucos, raros amigos
 o homem atrás dos óculos e do bigode.

- Meu Deus, porque me abandonaste
 se sabias que eu não era Deus,
 20- se sabias que eu era fraco.

- Mundo mundo vasto mundo,
 se eu me chamasse Raimundo
 seria uma rima, não seria uma solução.
 Mundo mundo vasto mundo,
 25- mais vasto é meu coração

Eu não devia te dizer
 mas essa lua
 mas esse conhaque
 notam a gente comovido como o diabo.

(Carlos Drummond de Andrade, in Antologia poética, p. 13-14)

No presente poema, o poeta (o eu lírico) se apresenta como possuído pela emoção. Por sua vez, a emoção é aproximada à possessão, neste caso, possessão demoníaca. O tema da emoção está explícito nos versos 24 e 25, em que o poeta diz: "Mundo mundo vasto mundo, mais vasto é meu coração". Mas o poeta não assume a emoção enquanto tal, e tenta estabelecer como causa da emoção elementos externos a ele: "mas essa lua/mas esse conhaque/botam a gente comovido como diabo", linhas 27, 28 e 29. No último verso, "como o diabo", um intensificador, comum na linguagem cotidiana, pode ser lido também como uma comparação: o poeta é comparado ao diabo. Confirma-se assim, que a emoção é experimentada como algo externo, algo provocado pela lua ou pela bebida, a emoção contém, algo estranho, mesmo diabólico. Então, "O poeta é um possesso", de acordo com a nossa hipótese, é um lugar-comum em que se apoia este poema. O topos da possessão está vinculado, neste poema, com a possessão demoníaca. Já no título, a palavra sete, dentro deste contexto, introduz

o topos da possessão. Como sabemos o número sete é geralmente associado à magia, dentro de um simbolismo bastante popular. No título, o poema das sete faces, pode estar indicando as sete faces do próprio poema, a multiplicidade de "personalidade" que assume o próprio "eu" lírico. O desdobramento de um eu em múltiplas personalidades, está, por sua vez, altamente relacionado ao topos da possessão.

Na primeira estrofe, o topos da possessão está expresso através de recurso do léxico: "anjo" é adjetivado por "torto", que se relaciona claramente também com o topos em questão. A opção de caracterizar o anjo torto, por "desses que vivem na sombra" ou invés de por "que vivem na sombra", estrofe 2, é uma opção por apresentar o lado cômico da situação, em vez de se acentuar o lado dramático da mesma. Assim, "Vai, Carlos! ser gauche na vida", verso 3, dito pelo anjo torto, acentua o lado prosaico da situação. Mas independente da "capa" prosaica, as palavras "anjo torto", "sombra" e "gauche" denunciam, ainda assim, o topos da possessão, realizada através de recursos menos marcados pela tradição literária. Em relação à ironia e a utilização de recursos vistos como prosaicos especificamente nos poemas de C. Drumond de Andrade, não vamos estender-nos mais. Só temos a acrescentar que os recursos aludidos terminam por ser um mecanismo de desvalorização do "anjo torto". Mas, ao mesmo tempo, a utilização da ironia, neste poema, pode ser lida como um mecanismo de contenção da emoção. Aliás, no poema inteiro, uma face do poeta glacial, observador e contido é contraposta a outra do poeta possuído pela emoção. Por exemplo, segundo verso, é curioso. Ao par da atividade de curiosa observação das coisas do mundo ("as casas espiam os homens"), há também lugar para a sexualidade ("A tarde talvez fosse azul, não houvesse tantos desejos"). Nos versos 10, 11 e 12, o poeta se pergunta: "Para que tanta perna, meu Deus, pergunta meu coração/Porém meus olhos/não perguntam nada". Aqui fica patente uma face do poeta que é pura investigação, outra que está sob o signo da emoção. Para ser rigoroso, a enorme atenção, a análise, aparece, aliás, vinculada à emoção, pois é o coração que faz as perguntas. Ou seja, a relação emoção e razão, ela mesma, é um problema nesse poema. De qualquer forma, na estrofe 4, o poeta glacial, observador, é apresentado como a sua forma pública, como uma convenção. Destacado no retrato o bigode e o óculos. Não é difícil associar óculos a observação, ao lado mais analítico e glacial do poeta.

A estrofe 5 está em contraste com a anterior, na medida em que, a condição do poeta é assimilada à condição de todos os homens em geral. Daí

porque, em decorrência dessa primeira confissão, a estrofe 6 é um questionamento da atividade poética e, por conseguinte, do poeta: l. 13 “seria uma rima, não seria uma solução”.

Na última estrofe, que começamos por comentar, a confissão é explícita; a emoção é tomada como alguma coisa maligna. Signos da emoção: lua, conhaque. Síntese: “mas essa lua/mas esse conhaque/botam a gente comovido como o diabo”.

Utilizando também “o poeta é um possesso” como lugar-comum, o poema seguinte de Jorge de Lima é, no entanto, bastante diferente daquele de C. Drummond de Andrade, por nós analisado. O poema é:

- 1- Nessa geografia, eis o pantomimo
Ah! o pantomimo! Múltiplo imitando
mitos, seres e coisas. Pessoalmente
convictamente é tudo em potencial
- 5- Mais vale convicção que essa teoria,
que aquele dicionário, e aquela Cólchida.
Mímico racional. Ah! o pantomimo
- esse intuitivo. Monstro e semideus
Ele povoa a ilha, ele dança a ilha.
- 10- Ele heroíza a ilha, ele epopeíza.
Desarticulação fulanamente.
Muda dramaturgia se possesso
se fábula, se intui, se histrião, se bufo
Ah! coribante ilógico, aliás lógico,
- 15- linguagem transparente, angústia-a face
flexíveis olhos, membros palavreando.
Desarticulação, libertação.
Ó contingência: desarticular,
dançar, parecer livre, exteriormente;
- 20- e ser-se mudo, e ser-se bailarino,
nós bailarinos, todos uns funâmbulos,
todos uns fulanos. Então, dancei-me.
Perpétuo Orfeu e Tudo. Pulo e chão
Polichinelo, polichão dessa ilha.

(Jorge de Lima in “Invenção de Orfeu”, XXXIX, p. 73, in Poesia Completa, vol. 1)

Neste poema, a possessão está mais relacionada com a possessão pela linguagem. O pantomimo pode ser tomado como um equivalente objetivo do artista, mais especificamente do poeta. Em relação à geografia, à ilha a que o poeta se refere, podemos tomá-la como uma espécie de espaço especial criado pelo poeta, um espaço que é também criado pelo discurso, o poema. O topos da possessão é introduzido conjuntamente com o tema do desdobramento ou multiplicidade do artista. Diferentemente do Poema das Sete Faces, esse

desdobramento não é apresentado como alguma coisa que incomoda o poeta. Ao contrário, esse desdobramento é explicitamente valorizado e não se limita somente a desdobramento de personalidades: **Múltiplo imitando/mitos, seres e coisas. Pessoalmente./Convictamente é tudo em potencial./Mais vale convicção que essa teoria,/que aquele dicionário e aquela Cólchida**. A possessão é apresentada como estando associada à despersonalização, esta última permitindo, então, o aparecimento, como polo dominante, do outro, simultaneamente ao aparecimento de uma outra linguagem, que foge aos padrões convencionais. O verso 11: **Desarticulação fulanamente** anuncia e resume todo processo de possessão pela linguagem que é apresentada e exemplificada na própria utilização da linguagem no poema. Já antes tinha aparecido neologismo, como **épopeíza**, **heroíza**(l.10). Tinham aparecido construções pouco usuais como, **éle dança a ilha**, l.9, em que há uma associação não muito comum entre **dança** e seu objeto direto, **a ilha**. Em **Desarticulação fulanamente**, encontra-se aqui conjuntamente o tema da despersonalização e o tema do aparecimento do outro, neste caso um anônimo **fulano**, transformado num advérbio, não usual, **fulanamente**. O processo de despersonalização e do aparecimento de um **outro** se dá à custa da desarticulação da linguagem, no sentido mesmo daquela desarticulação que se vai processar no poema, cujo exemplo ainda débil é este em que um substantivo **desarticulação** é modificado por um, digamos, advérbio em **mente** (**fulanamente**), numa posição que mais o caracteriza como adjetivo: depois do substantivo. A associação de palavras em **mente** e substantivo, não usual, não chama muito a atenção. Mas a partir desse verso, na medida que o topos da possessão vai tomando corpo no discurso, vai-se instaurando junto um processo de **desarticulação** da linguagem **convencional**. Neste ponto, a linguagem começa a chamar a atenção por ser ou parecer ser a linguagem do possesso. Nas linhas 12 e 13, estão os versos: **Muda dramaturgia se possesso,/se fábula, se intui, se histrião, se bufo**. Nestes versos citados, o topos do poeta como possesso é expresso pela própria palavra **possesso** na linha 12. Simultaneamente, **possesso**, marcado na língua como adjetivo ou substantivo, aparece empregado como verbo, pois a ele se associa um **se**, provavelmente um reflexivo. A interpretação do possesso como verbo reforça-se, a partir do fato de que ele aparece coordenado ao verbo intuir, que aparece em **se intui** na linha 12. Mas a ambigüidade de possesso poder ser nome ou verbo, ou talvez, melhor, nome e verbo permanece porque **se possesso**, está coordenado a outros termos marcados como nomes na língua (mas construído como verbo, dado que aparece associado ao reflexivo **se**), veja-se linhas 12 e 13: **se possesso/se fábula, se**

intui, se histrião, se bufo. Merece ser posta em foco a construção "se bufo" em que "bufo" pode ser tomado tanto como um nome (bufo=comediante) e também como 1ª pessoa do verbo bufar, bufo, em que dentro da perspectiva de "desarticulação", expresso pelo próprio poeta, bem pode se construir com um reflexivo de 3ª pessoa. Inclusive uma das formas do poema expressar a despersonalização bem pode ser através de construção com verbo na 1ª pessoa, associado ao reflexivo de 3ª pessoa. Se aceitarmos este raciocínio, podemos, então, voltar ao "se possesso" para admitirmos também que "possesso", embora nome, realça, através da forma, uma certa analogia com verbo na 1ª pessoa, através do jogo instaurado pela coordenação com o sintagma "se bufo". Admitida a existência desse jogo de linguagem nas linhas 12 e 13, com base nela é que podemos afirmar que os recursos expressivos são utilizados de um modo extremamente econômico, se forem levados em conta os diversos efeitos de sentidos que são simultaneamente expressos. Em tempo, os diversos efeitos de sentidos aqui não excluem uns aos outros, mas antes, se somam. Assim está expresso em "se possesso" a idéia que o poeta possui a ele mesmo, se favorecermos a interpretação de "se" como reflexivo e possesso como uma espécie de 1ª pessoa do verbo possuir (estabelecida uma certa analogia como bufo, amo, posso, gosto). Também se expressa o próprio lugar-comum "o poeta é um possesso", se atentarmos para o fato que possesso é um nome. Simultaneamente também, o fato de o poeta se ver como um estranho, um outro, expressa-se pela escolha desse reflexivo de 3ª pessoa, o "se". Comentários semelhantes podem se aplicar a toda linha 13: "se fábula", conforme favorecermos sua interpretação como nome ou verbo, favorecermos também a interpretações diversas. Uma das interpretações de fábula como verbo é a de que o poeta toma para si a tarefa de construir fábulas (de si ou de outros: o poeta fabula). Tomado como nome, podemos favorecer a interpretação de que o poeta é uma fábula de si mesmo. Para "se histrião", mesmos comentários. Destaco, apenas, que esta estratégia de aproveitar-se da indeterminação da linguagem, justamente para exibi-la num discurso maximamente econômico, culmina na utilização de bufo, em que a coincidência de existir na língua as duas formas morfológicas (1ª pessoa do pres. Ind. de bufar, bufo, e substantivo, bufo = bufão) é aproveitada, tornando-se assim, a própria coincidência, um recurso de expressão. Em suma, o topos "o poeta é um possesso", é expresso pela própria "gramática" utilizada no poema, que foge completamente das "gramáticas" usuais, mas, no entanto, instaura uma gramática que tem sua própria lógica; "Ah!

coribante ilógico, aliás lógico/linguagem transparente, angústia-a face,/flexíveis olhos, membros palavreando”(linhas 14 a 15).

Já indicamos que a palavra ‘possesso’ remete imediatamente a “ o poeta é um possesso”. Remete, da mesma forma, ao topos da possessão o sintagma ‘flexíveis olhos’, que ocorre nos versos no final do parágrafo acima. O possesso pode ser identificado por movimentos não coordenados dos olhos e a expressão ‘flexíveis olhos’ remete a isso. Do mesmo modo, todos os gestos do possesso podem ser vistos como desarticulados e a palavra ‘desarticulação’, na linha 17, também remete a isso. Mas, ‘desarticulação’ está simultaneamente associada ao trabalho do poeta com a linguagem: ‘desarticulação, libertação./Ó contingência: desarticular,/dançar, parecer livre, exteriormente”. Como estamos vendo, no próprio trecho citado, o processo da ‘desarticulação’ para usar suas palavras, é um trabalho que só na aparência é ‘livre’. O outro aparece com um dado que não pode ser minimizado. No final do poema está expresso - ‘hós bailarinos, todos uns funâmbulos, todos uns fulanos’. ‘Fulanos’ pode ser interpretado como a alteridade, veja versos 21 e 22.

Finalmente, destaque, dentro dos versos finais, linhas 22 a 24, a frase: ‘Então, dancei-me” em que uma forma morfológica relacionada à 1ª pessoa do singular, mais claramente do que nos outros casos discutidos (a forma ‘dancei’) aparece. Isto cria uma ruptura aparente com toda parte anterior (exceto, pelo uso de ‘hós’. ‘hós bailarinos”, linha 21), em que o pantomimo era um ‘ele”. Ora, justamente esta oscilação (ele-eu, pantomimo-poeta) foi um dos temas que discutimos, inclusive à propósito de ‘se bufo”. Acreditamos que o aparecimento da forma “dancei” vem reforçar tudo que dissemos.

Estamos prontos agora para retomar a discussão sobre a diferença entre lugares-específicos e lugares-comuns. Repetimos que tanto o poema de Carlos Drummond de Andrade quanto o de Jorge de Lima podem ser analisados a partir de um lugar-comum, aliás comum a ambos: ‘o poeta é um possesso’. Relembremos também que os lugares-comuns, segundo o dizer de Aristóteles ‘aplicam-se indistintamente às questões de Direito, da Física e muitas matérias de espécie diferente; tal, por exemplo, o lugar do mais e de menos; deles podemos tirar tanto um silogismo como entimema sobre questões de Direito, de Física ou sobre qualquer outro assunto, embora tais matérias sejam de espécies diferentes.” (Arte Retórica e Arte poética, pag. 37). Nessa mesma página é dito dos lugares específicos: “Espécies, chamo eu as premissas particulares a cada gênero, quanto aos lugares, aplicam-se a todos os gêneros.” Perelman, no “Traité de

L'argumentation" segue Aristóteles, também nisso de conceder importância na diferenciação entre lugares-específicos e lugares comuns. Diz ele, na pag. 112 do Livro citado: 'Les lieux communs se caractérisaient donc, primitivement, par leur très grande généralité, qui les rendait utilisables en Toutes circonstances. C'est la dégénérescence de la rhétorique, et le manque d'intérêt pour l'étude des lieux de la part de logiciens, qui conduit à cette conséquence imprévue que les développements oratoires contre le luxe, la luxure, la paresse, etc... que les exercices scolaires ont fait répéter jusqu'à la nausée, ont été qualifiés de lieux communs, malgré leur caractère tout à fait particulier'.

Pelo que estamos vendo, o lugar-comum é caracterizado por sua utilização mais geral do que o lugar-específico que é extraído de premissas de 'gêneros particulares. A essa altura, cabe-nos perguntar, o que há de 'geral" no implícito: 'b poeta é um possesso? Antes de responder a esta questão, respondamos a uma outra, que, nos parece, é fundamental: qual a relação entre 'lugar-comum" e 'lugar-específico"? Com a palavra, o próprio Aristóteles: 'Os lugares-comuns não tornarão ninguém hábil em qualquer gênero, porque não pertencem a determinado objeto'. (Arte Retórica in: Arte Retórica e Arte Poética, p. 37). No Tópicos" (Aristóteles, Os pensadores, vol I), Aristóteles afirma na página 50: 'Se a questão for expressa de forma particular e não universal, podem aplicar-se em primeiro lugar os tópicos ou lugares universais, que já foram dados. Porque, ao refutar ou estabelecer uma coisa universalmente, também a demonstramos em particular: com efeito, se ela é verdadeira de todos, também é verdadeira de alguns; e se é falsa de todos, é falsa de alguns". Perelman, no momento que ele critica o mau entendimento da noção de lugar comum diz, no livro que estamos citando, na página 113: 'Les lieux communs de nos jours se caractérisent par une banalité qui n'exclut nullement la spécificité. Ces lieux communs ne sont, a vrai dire, qu'une application a des sujets particulier des lieux communs, au sens aristotelicien". Para nós, é pois, seguindo Aristóteles nos dois últimos trechos citados, isso que é lugar-comum: a enunciação simultânea da particularidade e da universalidade. Expliquemo-nos, com a ajuda do exemplo que estamos utilizando: 'b poeta é um possesso". Se quisermos formular este implícito, como lugar-comum, talvez seja melhor expressá-lo como o lugar da essência. Perelman, no livro que estamos citando, caracteriza assim, o lugar da essência: 'Nous entendons par lieux de l'essence, non pas l'attitude métaphysique qui affirmerai la supériorité de l'essence sur chacune de ses incarnations et qui est fondée sur un lieu d'ordre mais de fait d'accorder une valeur supérieure aux individus en tant que représentants bien caractérisés de

cette essence", p. 126. E ele segue fornecendo exemplos. Diz que se trata de comparações de indivíduos concretos. Assim, atribuímos um valor a um coelho que apresenta todas as qualidades atribuídas ao próprio coelho enquanto "essência". Este será para nós, um belo coelho. O que encarna melhor um tipo, uma essência, uma função é valorizado por este fato mesmo. Lembremos sobre o que falamos de protótipo de "velho", protótipo de "tio". O lugar da essência está, pois, vinculado com a idéia de protótipo. Nos textos que discutimos, o poeta (no caso do texto de C. Drummond de Andrade, confundido com o próprio autor, que se nomeia "Vai, Carlos, ser gauche na vida" e no caso do texto de J. de Lima, apresentado por um equivalente do artista, o pantomimo) é caracterizado, enquanto poeta, por um traço essencial: a possessão. Isso é aproveitado de toda uma tradição que caracteriza o poeta por ser possuído pelas musas. Conforme seja o poeta, a circunstância, o lugar ou época, é verdade que este topos recebe modulações. O poeta é, às vezes, definido como possuído pela emoção ou pela linguagem, como vimos. Mas, o que importa aqui é a caracterização do poeta por um traço tomado como essencial: a possessão. Nos textos discutidos é essa característica que é tomada como prototípica.

Como Aristóteles disse, os lugares-comuns não pertencem a um objeto determinado (no sentido de que são aplicados a qualquer objeto), assim o lugar da essência, que estamos discutindo, nos textos em questão aparece vinculado sempre a um assunto particular: a poesia, mais especificamente ao poeta. Nestes textos o poeta é, digamos, o tema particular a que se aplica o lugar-comum, o lugar da essência. Podemos, agora, distinguir mais claramente o lugar-específico do lugar-comum. Daqui em diante, expressaremos o lugar-comum através de expressões mais gerais tais como o lugar da ordem, o lugar do existente, o lugar da essência. Para expressarmos o lugar-específico, utilizaremos expressões como "a superioridade dos antigos" (aliás, mais específico ainda, a "superioridade dos antigos lingüistas" no texto discutido), "associação da morte com a altura", etc... Lembremos que essas expressões talvez possam ser formuladas de forma ainda mais específica ou, ao contrário, de forma mais abstrata. E mais importante que isso: que o que estamos chamando de lugares-específicos vem associados ao que estamos chamando de lugares comuns obrigatoriamente. De agora em diante, quando necessário, chamaremos a atenção se estamos focalizando o lugar comum ou o lugar-específico, quando estivermos discutindo um lugar.

Para organizarmos a nossa discussão, façamos um levantamento dos lugares discutidos nos textos até agora:

- Caderno de informática - 'b computador é um organismo vivo'(expressão mais específica); o lugar da essência é o lugar-comum.
- Trecho do Aspectos da T. da Sintaxe (Chomsky) - 'superioridade dos lingüistas antigos" (específico), lugar da ordem (lugar-comum).
- Trecho de 'às bases funcionais da Linguagem (Halliday) - 'b uso da língua é real" (específico), lugar do existente (lugar-comum).
- poemas de; Cecília Meireles, Alphonsus de Guimaraens, Manuel Bandeira - tópico da altura (específico); lugar da ordem (lugar-comum).
- Poemas de: C.D. de Andrade, Jorge de Lima (pantomimi) - 'b poeta é um possesso" (específico); lugar da essência (lugar-comum).

Estes lugares-comuns, enunciados, então, da maneira mais geral possível são tomados de um conjunto proposto por Perelman, que tem como base, por sua vez, Aristóteles. Aliás, toda sua teoria da argumentação baseia-se nos livros de Aristóteles. Diferentemente, porém de Aristóteles (que classifica os lugares em lugar do acidente, do gênero, do próprio, da definição e da identidade nos Tópicos), Perelman não quer relacionar seu ponto de vista a uma metafísica particular: *Notre propos sera différent. D'une part, nous ne voulons pas lier notre point de vue à une métaphysique et d'autre part, comme nous distinguons les types d'objets d'accord concernant le réel de ceux qui concernent le préférable, nous n'appellerons lieux que de prémisses d'ordre général permettant de fonder des valeurs et des hiérarques e qu'Aristote étudie parmi les lieux de l'accident. Ces lieux constituent les prémisses les plus générales, souvent d'ailleurs sous-entendues, qui intervienne pour justifier la plupart de nos choix.*

Une énumération des lieux que seraient des accords premiers dans le domaine du préférable, dont tous les autres pourraient être déduits et qu'ils permettraient donc de justifier, est entreprise dont la possibilité est sujette à discussion. En tout cas une pareille entreprise relèverait de la métaphysique ou de l'axiologie, ce qui n'est point notre propos. Notre but se limite a l'examen et l'analyse d'argumentations concrètes" (obra citada, pp. 113-114).

Em seguida, Perelman fornece uma lista dos lugares-comuns. Esta lista contém os seguintes Topos, ao todo, seis: lugar da quantidade, o lugar da qualidade, o lugar da ordem, o lugar do existente, o lugar da essência e o lugar da pessoa. É com esses lugares comuns que estamos trabalhando. O lugar da

quantidade e o da qualidade recebem um destaque especial. Na verdade, o destaque dado à qualidade se justifica porque todos os outros lugares estão fortemente relacionados seja ao lugar da quantidade, seja ao lugar da qualidade. Começaremos então por estes dois. Primeiro, a quantidade: critérios, explícitos que sejam, de avaliação, há um momento que se tornam inevitáveis utilizá-los. Por mais que sejam apresentados como objetivos, denotam o preferível. Nos "Preliminares Metodológicos" do Aspectos da Teoria da Sintaxe, Chomsky mais notadamente nas partes "justificação das gramáticas" e "sobre o processo de avaliação" tenta alcançar mais objetividade na avaliação de teorias e descrição lingüística (p. 100-143). Na pág.107, temos o seguinte trecho: "Uma Teoria Lingüística deve conter uma definição de "gramática", isto é, uma especificação da classe de gramáticas potenciais. Correlativamente, podemos dizer que uma teoria lingüística é descritivamente adequada se fornecer uma gramática descritivamente adequada para cada língua natural". O lugar comum utilizado neste trecho, por Chomsky, foi lugar da quantidade. Explicitamente, prefere-se neste trecho, dentre várias teorias lingüísticas as que fornecem uma gramática descritivamente adequada, as teorias que forneçam mais gramáticas descritivamente adequadas, se possível para todas as línguas naturais.

Entende-se por lugar da quantidade o que afirma que qualquer coisa vale mais do que outra por razões quantitativas. Alguns exemplos: o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que não é útil no mesmo grau; um maior número de bens é preferível a um menor número; o que é mais estável e mais durável é preferível ao que o é menos; o todo vale mais que a parte, etc... A valorização do senso comum, isto é, o estabelecer-se uma superioridade daquilo que é admitido por um grande número de pessoas é também a utilização do lugar da quantidade. Por fim, na maior parte das vezes, aquilo que é apresentado como habitual, normal, pode ser remetido ao lugar da quantidade

Quando se quer contestar o lugar da quantidade, utiliza-se, em geral, o lugar da qualidade. Óbvio que também pode-se utilizar outros lugares. Diz Perelman, na pág. 119: "Les lieux de la qualité apparaissent, dans l'argumentation, et sont mieux saisissables, quand l'on conteste la vertu du nombre". No Aspectos, Chomsky, que tinha colocado a quantidade como critério de avaliação, ele próprio a relativiza, utilizando o lugar-comum da qualidade. Na pág. 109, ele escreve: "Teorias contraditórias podem dar conta rudimentarmente de grande quantidades de dados; precisamente por esta razão, este resultado não possui por si mesmo nenhuma importância ou interesse teórico particular.

Como em qualquer outro domínio, o problema importante em lingüística consiste em descobrir um complexo de dados que estabelece uma diferenciação entre concepções contraditórias de estrutura lingüística no sentido em que uma destas teorias contraditórias consiga descrever estes dados através de meios ad hoc, enquanto a outra consiga explicá-los com base em determinados pressupostos empíricos acerca da forma da linguagem". Aqui é a qualidade da explicação dos dados e a teoria associada a ela é que está em jogo. Não precisamos aqui explicitar que, do ponto de vista do locutor, a teoria mais adequada é aquela que admite a existência de uma competência do falante nativo ideal que, como todos sabemos, é o ponto de vista defendido por Noam Chomsky. Prosseguindo: se o normal, o médio, estes estão associados ao lugar da quantidade, em contrapartida, o único, o original, aparece freqüentemente ligado ao lugar da qualidade. Para Perelman, o único é original e, por isso, é notável, agradando, assim, a multidão.

Dentro deste raciocínio, a precariedade pode ser considerada como um valor qualitativo em oposição à duração, valor quantitativa. Perelman explicita isto assim: sabe-se que tudo aquilo que é ameaçado ganha um valor iminente. Chegamos aqui ao famoso lugar "carpe diem", lugar que valoriza a brevidade de um instante, intenso na qualidade de seus prazeres. Na sua tese de doutoramento, Lírica e Lugar-comum, Alguns temas de Horácio e sua presença em português, Achcar, F. (1992) detecta, nas pág.50 e 51, o que ele chama de elementos secundários do gênero carpe diem (para o autor o carpe diem passou de lugar a gênero).

Esses elementos secundários em essência são:

- 1 - Fugacidade da existência - em geral, utilizam-se como equivalente objetivo da fugacidade, processos ligados à natureza.
- 2 - Advertência sobre a inutilidade de preocupações com o futuro.
- 3 - Advertência sobre esperanças descabidas.
- 4 - Tema da morte.
- 5 - Advertência ameaçadoras sobre a velhice.
- 6 - Conselho a resignar-se (ao que os deuses nos reservam).
- 7 - Exortação ao gozo do presente.

É claro que estes elementos secundários não estão necessariamente presentes todos num texto que possa ser classificado dentro do ‘gênero’ carpe diem. Obviamente, também, a ordem de aparição num texto não precisa coincidir necessariamente com a ordem apresentada acima. O importante aqui é que conforme mostra o autor, a presença do carpe diem, tal como Horácio (poeta em Língua Latina, 65. a.C.) o cultivou é bem visível em literaturas de língua portuguesa, mesmo nas literaturas modernas, seja através de traduções, recriações ou citações.

Sem intenção de estabelecer uma correlação direta com Horácio, analisaremos aqui textos da música popular brasileira em que este lugar é retomado. A propósito, o carpe diem é muito recorrente na música popular brasileira. Ficaremos, a título de ilustração, somente com duas músicas. A primeira que analisaremos é Lindonéia de Caetano Veloso e Gilberto Gil. A segunda é Januária de Chico Buarque de Holanda. Colhemos a que vamos analisar primeiramente, Lindonéia, de ouvido (não consta a letra desta música no CD, de onde a transcrevemos). O CD é Tropicália, Philips, Compact Digital Áudio, 1993. A letra da música é:

LINDONÉIA

- 1 - Na frente do espelho
Sem que ninguém a visse
Miss, linda, feia
Lindonéia desaparecida
- 5 - Despedaçados, atropelados
Cachorros mortos nas ruas
Policiais vigiando
O sol batendo nas frutas
Sangrando
- 10 - Oh, meu amor
A solidão vai me matar
De dor
Lindonéia, cor parda
Frutas na feira
- 15 - Lindonéia, solteira
Lindonéia, domingo, segunda-feira
Lindonéia desaparecida
Na igreja, no andor
Lindonéia desaparecida
- 20 - Na preguiça, no progresso
Lindonéia desaparecida
Nas paradas de sucesso
Oh, meu amor
A solidão vai me matar
- 25 - De dor

No avesso do espelho
 Mas desaparecida
 Ela aparece na fotografia
 Do outro lado da vida
 30 - Despedaçados, atropelados
 Cachorros mortos nas ruas
 Policiais vigiando
 O sol batendo nas frutas
 Sangrando
 35 - Oh, meu amor
 A solidão vai me matar
 De dor

(Caetano Veloso e Gilberto Gil)

Nessa canção a "duração" aparece associada à repetição, a monotonia do universo no qual vive Lindonéia. Aqui, a valorização do "momento" (em oposição a "duração") pode ser deduzida pela simultânea desvalorização dessa "duração" sempre igual, implícito no comportamento recatado e recluso dessa personagem Lindonéia. Nas linhas 15 e 16 há uma boa síntese do que estamos falando: "Lindonéia, solteira/Lindonéia, domingo, segunda-feira". Com "domingo, segunda-feira" fala-se da duração, aqui objetivada como repetição do nome dos dias da semana. Com "solteira" explicita-se o tema da sexualidade, que, aliás, está presente desde o início: "Na frente do espelho/Sem que ninguém a visse/Miss, linda, feia" (linhas 1 a 3). A presença do "espelho" nesta canção não é inocente. O espelho, entre outras coisas, é um equivalente objetivo de uma sexualidade narcísica, coerente com o isolamento e reclusão da personagem. Porém, latente, está a possibilidade da sexualidade vazar para fora de si mesma e por isso é já sintomático o próprio nome da personagem que funde em si feia e linda numa só palavra. A flutuação de "feia" ou "linda" aponta para a necessidade de uma confirmação (miss, linda ou feia), que só pode ser um julgamento de outro: "sem que ninguém a visse" (linha 2). Nesta canção, o convite ou conselho a desfrutar o prazer não está expresso. Mas este implícito é facilmente deduzido se atentarmos para o contraste existente entre o universo de reclusão a que estão associados Lindonéia e o universo "lá fora" que explode em sensualidade. O que está valorizado na canção é o universo lá fora, (apesar das contradições), associado à vida, um valor na canção. Valoriza-se, pois, o mundo lá fora, relacionado a luz, a sangue: "o sol batendo nas frutas/Sangrando" (linhas 8 e 9). Paralelamente, um refrão lamenta a condição de Lindonéia "Oh, meu amor/A solidão vai me matar/De dor". A valorização do momentâneo (associada à vida) em oposição ao que é durável (contraditoriamente associado à dor e morte, veja-se o refrão citado) encontra expressão muito clara nas linhas 26, 27, 28 e 29: "No avesso do

espelho/Mas desaparecida/Ela aparece na fotografia/Do outro lado da vida". Neste trecho, "fotografia" pode ser entendido como o equivalente objetivo da permanência, da duração. "Fotografia" aparece, aqui, associada ao avesso, do outro lado da vida. Se nesta música, vida aparece como um valor, o universo a que está associada Lindonéia é desvalorizado, como não integrado ao mundo lá fora. Na base desta comparação dos dois mundos, o mundo lá fora e o mundo de Lindonéia, está o *carpe diem*. Assinale-se que a delimitação dos dois mundos, está presente em toda a música. Queremos somente destacar o paralelismo entre os dois mundos no trecho: "Lindonéia, cor parda/Frutas na feira". Nesse trecho, Lindonéia aparece associada com um cor tida como neutra, em oposição, não explicitada, às cores do mundo lá fora (nas frutas).

Outra variante do *carpe diem* é a música Januária, entre muitas outras do autor (in Chico Buarque de Hollanda, vol. 3, RGE disco, 1968):

JANUÁRIA

- 1 - Toda gente homenageia
Januária na janela
Até o mar faz maré cheia
Pra chegar mais perto dela

- 5 - O pessoal desce na areia
E batuca por aquela
Que, malvada, se penteia
E não escuta quem apela
Quem madruga sempre encontra

- 10 - Januária na janela
Mesmo o sol, quando desponta
Logo aponta os lábios dela
Ela faz que não dá conta
De sua graça tão singela

- 15 - O pessoal se desaponta
Vai pro mar, levanta a vela

(Chico Buarque de Hollanda)

A oposição entre ação e contemplação, presente na música analisada anteriormente, Lindonéia, aquela que se contempla "na frente do espelho" está também presente nesta canção, através da introdução de "na janela" (Toda gente homenageia/Januária na janela, Linhas 1 e 2). Assim como o mundo do espelho opõe o universo particular de Lindonéia ao mundo "lá fora", a janela separa aqui Januária do resto do mundo. Da janela, Januária contempla o espetáculo do

mundo, sem, aparentemente, se envolver com ele. Contudo, a relação entre Januária e o mundo nem por isso deixa de ser marcada pela sensualidade. O tema, por exemplo, da exortação ao gozo, aparece, do verso 5 ao verso 8: 'O pessoa desce na areia/ E batuca por aquela/Que, malvada se penteia/E não escuta quem apela'. Nestes versos, desenha-se mais claro um convite implícito ao carpe diem, sem a identificação de quem formula tal convite: um vago 'pessoal', enfim, talvez um personagem coletivo, se é que este termo é adequado. O tema da sexualidade nesta canção, por sua vez, está presente em todo o texto. A começar pela introdução da palavra, já carregada em muitos discursos, por muitas significações e por isso, de certa forma muito marcada como pertencente a determinados 'códigos': a palavra mar. Aqui, nesta canção, além de descrever o mundo contemplado por Januária, é também um equivalente objetivo da sexualidade, não muito visível, porém existente, de Januária. A palavra mar aparece valorizada na canção, através do recurso da aliteração, que evoca através da repetição de fonemas homorgânicos, 'chê e gê' (e) que tornam presentes o mar desde as primeiras linhas: 'Toda gente homenageia/Januária na janela/Até o mar faz maré cheia/Pra chegar mais perto dela'. Note-se também que, pronunciada a consoante que está no final da sílaba (mar, perto, chegar), como na pronúncia carioca, a sugestão do ruído provocado por ondas intensifica-se mais ainda. A sensualidade de Januária é expressa, com traços narcísicos, nos versos 6 e 7: 'Que, malvada, se penteia/E não escuta quem apela. Por fim, a própria relação entre o personagem e a natureza, apesar de delicada, traduz um intenso erotismo, versos 11 e 12: 'Mesmo o sol, quando desponta/Logo aponta os lábios dela'. Frente à aparente indiferença de Januária, descrita ao longo da canção, uma ameaça velada se introduz. Não é muito explicitamente uma advertência ameaçadora sobre a velhice, que consta do conjunto de elementos secundários proposto por Achcar, F. (1992), embora possa ser assimilado a isso. Mas é uma ameaça de que Januária seja abandonada por todos, como efetivamente ocorre no final da música. Podemos tomar este abandono por todos com um exemplo do que pode acontecer definitivamente, como uma advertência ou ameaça: 'Ela faz que não dá conta/De sua graça tão singela/O pessoal se desaponta/Vai pro mar, levanta a vela', linhas 13 a 16. Interessante seria um cotejo desta canção com uma outra do mesmo autor, incluída no mesmo álbum citado, 'Carolina'. O tema da ação versus contemplação aí aparece muito mais explícito: 'O tempo passou na janela/Só Carolina não viu'. Muitos dos elementos secundários propostos por Achcar, F. (1992) aparecem explícitos nesta canção. Por exemplo, o tema da presença da morte: 'Lá fora amor, uma rosa morreu'. A

exortação ao gozo: "É hora, já sei, de aproveitar". A parcial semelhança, no entanto, entre a letra dessa música e os textos literários arrolados como *carpe diem* é uma prova de que o Topos em questão pode ter as mais diferentes expressões, seja em textos literários, seja em letras de canções. Isto é óbvio.

Retomando a discussão dos lugares-comuns, tal como definidos em oposição aos lugares específicos, é bom que se diga logo que a preferência por certos lugares não caracteriza necessariamente uma cultura determinada. É que é possível que a preferência por um determinado lugar-comum esteja relacionada a uma situação argumentativa particular na qual ela se encontra (veja Perelman, Ch. e outros 1970), pp. 128-129. Numa situação argumentativa complexa, a escolha do lugar pode estar associada à atitude do adversário ou pode estar associada aos objetivos da argumentação. A oposição que Perelman apresenta como exemplo paradigmático das escolhas dos lugares numa situação argumentativa muito complexa é a oposição entre românticos e os defensores do classicismo. Nas questões em que os românticos percebiam que os defensores do classicismo poderiam utilizar o lugar da quantidade, os românticos utilizavam o lugar da qualidade: "Si les Classiques visaient l'auditoire universel, ce qui par un certain biais est un appel à la quantité, il était normal que les romantiques, dont l'ambition se borne le plus souvent à persuader un auditoire particulier, aient recours à des lieux de la qualité: l'unique, l'irrationnel, l'élite, le génie." pág.130.

Colocado um lugar como privilegiado, a tentativa de quem o põe em posição de proeminência é o de subordinar os outros lugares ao que foi alçado à posição privilegiada. Por exemplo, se se privilegia o lugar da quantidade, pode-se subordinar o lugar da ordem à quantidade. Aqui, o que é anterior pode ser apresentado como mais geral (quantidade), mas estável, mais durável. Se se relaciona, por outro lado, o lugar da ordem com a qualidade, o que é visto como anterior, por exemplo, poderá ser considerado como originário, como detentor de uma realidade superior, como modelo, etc... Assim, o antigo pode ser valorizado como aquilo que subsistiu muito tempo ou aquilo que encarna uma tradição. O novo, por sua vez, poderá ser valorizado como original e raro. Perelman prossegue afirmando que o lugar do existente pode estar associado à quantidade: o lugar do existente, como real, funda os lugares da quantidade emprestando seu sentido ao que é durável e àquilo que se impõe universalmente. Em contrapartida, o lugar do existente, como concreto, funda os lugares da qualidade, emprestando seu valor ao único.

O valor da essência tanto pode se relacionar com o normal (quantidade), quanto pode se relacionar com aquilo que melhor encarna a essência. Por sua vez, o lugar da pessoa tanto pode ser fundado a partir do lugar da essência, da autonomia e da estabilidade quanto pode se associar à sua unicidade e originalidade.

A partir da interação entre os lugares, a propósito do ponto de vista clássico em oposição ao romântico, Perelman observa, na pág.131, do livro que estamos citando: 'Parfois ces liaisons et justifications de lieux ne sont qu'occasionnelles, mais il arrive que pareille tentative résulte d'une prise de position métaphysique et caractérise une vision du monde. C'est ainsi que le primat que l'on accorde aux lieux de la quantité et l'essai de ramener à ce point de vue tous les autres lieux caractérise l'esprit classique; l'esprit romantique argumente, par contre, en ramenant les lieux à ceux de la qualité”.

Mais adiante, na pág. 132, é assim que Perelman encerra o assunto: 'C'est ainsi que la systématisation des lieux, leur conception en fonction de lieux que l'on considère comme fondamentaux, leur donne des aspects variables et que le même lieu, la même hiérarchie, peuvent, grâce à une autre justification, aboutir à une vision différente du réel”.

No presente trabalho, apresentamos textos que continham os lugares-comuns elencados por Perelman (o lugar do existente, o lugar da ordem, o lugar da quantidade, o lugar da qualidade, o lugar da essência). Não destacamos, porém, em nenhum dos textos apresentados neste capítulo, o lugar da pessoa. Breves comentários. É evidente que o lugar da pessoa pode também ser reivindicado para interpretação de alguns dos textos apresentados aqui. Preferimos, no entanto, apresentar, sem maiores comentários, um novo texto, à título de ilustração, do lugar em questão. À propósito, quando falamos da questão da interrelação entre os lugares, dissemos que os lugares da pessoa tiram seu valor da dignidade, do mérito, da autonomia, etc... do indivíduo, da pessoa, enfim. No texto que transcreveremos, abaixo, o lugar específico pode ser expresso como a associação entre linguagem e indivíduo, algo parecido com "o estilo é o homem". O lugar-comum, repetimos, é o lugar da pessoa:

'Estou no reino da fala. Escrever é lidar com a absoluta desconfiança. Escrevo como se somam 3 algarismos. A matemática da existência.

O que escrevo é simples como um vôo. Um vôo vertiginoso. Êxtase.

Quero escrever o borrão vermelho de sangue com as gotas e coágulos pingando de dentro para dentro. Quero escrever amarelo-ouro com raios de translucidez. Que não me entendam, pouco-se-me-dá. Nada tenho a perder. Jogo tudo na violência que sempre me povoou, o grito áspero e agudo e prolongado, o grito que eu, por falso respeito humano, não dei.

Mas aqui vai o meu berro me rasgando as profundas entranhas de onde brota o estertor ambicionado. Quero abarcar o mundo com o terremoto causado pelo grito.

O clímax da minha vida será a morte.

Quero escrever noções sem o uso abusivo da palavra. Só me resta ficar nua: nada tenho mais a perder”

(Fragmentos de Clarice Lispector, coletados por Olga Borelli, publicados no livro Clarice Lispector, Esboço para um possível retrato, 1981, pág. 65).

SEÇÃO B: LUGAR-COMUM, PRESSUPOSTO E METÁFORA

Muitas vezes é nomeado como lugar-comum, e, portanto, confundido com este último, o que, no primeiro capítulo, apresentamos como clichê. Vimos, no primeiro capítulo que o clichê pode ser definido como uma espécie de "retomada" de outros discursos, em que se repete um certo esquema" (o esquema SN + prep + SN + prep + SN, por exemplo) e as próprias palavras, sempre as mesmas, que ocorre no esquema em questão: olhos da cor de mel. O lugar comum, por sua vez, foi apresentado como um determinado sentido, geralmente implícito. Ora, se nos perguntarmos por que o que estamos chamando de lugar-comum se confunde, muitas vezes, com o que estamos chamando de clichê, inclusive em alguns estudos lingüísticos, somos levados a responder com base na reflexão sobre lugar-comum aqui apresentada: ao nosso ver, o que chamam de clichê é fragmento de discursos em que podem estar presentes, muitas vezes, palavras percebidas como metáfora. Já dissemos antes e mostramos, ao longo da seção anterior, que a existência do lugar-comum não está, de maneira alguma, associada exclusivamente à metáfora. Mas poderemos levantar uma hipótese diferente desta: a de que toda metáfora está associada a um ou vários lugares-comuns. Se isso for verdadeiro, este bem poderia ser um traço caracterizador da metáfora, dentro dos conjuntos dos traços pensados como mais "lingüísticos". Não cabe, é verdade, dentro dos limites desse trabalho, penetrarmos na complexidade das questões que envolvem a metáfora, embora reconheçamos que estas são de grande importância para o estudo da linguagem. Queremos, contudo, com algum cuidado, delinear rapidamente alguns problemas que tocam mais diretamente ao tema lugar-comum. Na sua tese, "As faces do rosto", Roberta P. de Oliveira (1991) expõe as dificuldades que o campo do estudo da metáfora encontra. Descreve ela várias teorias e o modo como essas enfrentam os problemas. Mostra a autora, entre outras coisas, como a metáfora não se deixa caracterizar facilmente por critérios puramente lingüísticos. Segundo a autora, classificar enunciados em literais e metafóricos, considerando cada os enunciado em si, chega a ser mesmo uma tarefa impossível. Considerações pragmáticas, como o contexto, a comunidade que utiliza a expressão (se essa comunidade a vivencia como literal ou metafórica) se tornam, então, imperativas na consideração da expressão como metáfora ou não. E, realmente, um enunciado da linguagem do dia-a-dia pode receber uma interpretação metafórica. Veja-se, como exemplo, o poema de Drumond de Andrade:

NO MEIO DO CAMINHO

No meio do caminho tinha uma pedra
 tinha uma pedra no meio do caminho
 tinha uma pedra
 no meio do caminho tinha uma pedra.
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 na vida de minhas retinas tão fatigadas.
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade, in Antologia Poética, 1962, pág.196, Ed. Record, Rio de Janeiro, 21ª. ed.)

‘Caminho’ e ‘pedra’ podem realmente ser percebidos, neste poema, como metáforas. E, no entanto, se focalizarmos só o enunciado, isolando-o do corpo do poema, é óbvio que não encontraremos um só traço puramente ‘lingüístico’, semântico, sintático, morfológico ou outros, que expliquem porque ‘caminho’ e ‘pedra’ podem ser percebidos como metáfora. Mais ainda, todo enunciado ‘no meio do caminho tinha uma pedra’ pode ser percebido como metáfora, sem que haja nada nele que lingüisticamente o caracterize como tal. É óbvio que saindo das características sintáticas, lexicais, enfim, lingüísticas do enunciado isolado e procurando uma resposta à pergunta por que o enunciado em questão pode ser percebido como metafórico no corpo do poema, podemos, talvez, obtê-la. É possível que a reiteração das palavras ‘pedra’ e ‘caminho’, assim como a repetição e as diversas posições em que ‘tinha’ aparece no corpo do poema, estejam sendo utilizadas como um recurso que obrigue o leitor a perceber ‘no meio do caminho tinha uma pedra’ como um enunciado metafórico. Mas, tais recursos, talvez não sejam suficientes para explicar porque tal enunciado pode ser percebido como metáfora. Provavelmente, um fator mais decisivo é que o enunciado em questão aparece dentro de um poema. É também decisivo, o fato de sabermos que ‘No meio do caminho’ é um poema. Como estamos vendo, em conformidade com os argumentos de Roberta P. de Oliveira (1992), se

procurarmos traços "puramente" lingüísticos em enunciados considerados como metafóricos, corremos o risco de não encontrarmos aquilo que definimos como lingüístico em todos os enunciados em que pretensamente há metáfora. Em tempo: para nós os fatores pragmáticos discursivos fazem parte do lingüístico, conforme já dissemos. Quando falamos aqui em puramente lingüístico, repetimos, tentamos raciocinar fazendo abstrações do fatores aludidos.

Retomando, concordamos com o que diz R.P. de Oliveira sobre a questão da caracterização da metáfora, através da consideração dos recursos puramente lingüísticos. Realmente, caracterizar metáfora desta forma é deparar-se sempre diante de problemas sem solução. Um exemplo de enfoque que privilegia muito o lingüístico é o trabalho de Cirlene Magalhães de Almeida, Predicação Metafórica e Gerativismo, artigo de 1989 que diz: "um veículo metafórico vem expresso através de uma expressão que apresenta valor predicativo", p. 153. No nosso exemplo, a pergunta é: por que "tinha" é um veículo metafórico no enunciado em discussão? Expressando isso de outra maneira, o problema aqui é que, antes de decidirmos, dentre os candidatos a veículo metafórico, qual deles o é, seria antes necessário nos perguntarmos porque tal ou qual expressão é um veículo metafórico. Se "tinha" no enunciado que estamos discutindo, não explica porque, pelo menos, "pedra" e "caminho" (se quisermos por a questão nestes termos) são metáforas, a saída proposta por C.M. de Almeida é dizer que há casos de metáforas implícitas, "onde os veículos metafóricos (predicação) estão contidos nas expressões definidas", p. 152. Exemplo, "Einstein já terminou a prova". Einstein, aí, é uma metáfora implícita. Ora, pelo que se vê, somente se soubermos de antemão que há metáfora é que encontraremos o veículo metafórico, expresso ou contido. Em princípio, então, não há nada no enunciado que dê visibilidade a metáfora, além do fato de uma certa intuição nossa de que tal ou qual enunciado é metafórico.

O nosso problema é que, em muito casos, fica difícil negar que são também os indícios lingüísticos que nos levam à uma interpretação metafórica. Mas, como está claro, isso não significa que todos enunciados tidos como metafóricos exibam características "puramente lingüísticas" que o identifiquem como metafóricos. R.P. de Oliveira (1993) na discussão da metáfora, defende o ponto de vista de que o que é metafórico e o que é o literal, dentro de uma comunidade, só pode ser entendido na interrelação entre esses três. Assim, literal tem de ser definido, tendo-se em visto o metafórico. Por sua vez, o metafórico tem de ser definido, levando-se em conta o literal. Há a passagem de literal a

metafórico e do metafórico a literal. Para a autora, o que é fundamental para a identificação de um enunciado como literal ou metafórico é a maneira como uma comunidade particular vivencia o enunciado. Para que isso fique mais claro (nesse breve resumo que estamos fazendo sobre o trabalho da autora), é necessário dizer que ela se apoia no fato de que, numa sociedade como a nossa, há a coexistência de diferentes visões de mundo, compartilhadas por comunidades diferenciadas. Essas digamos, comunidades estabelecem diferentes relações umas com as outras. O que nos interessa aqui é que para a autora o que é literal para uma comunidade pode ser metafórico para outra. Mesmo em diferentes situações o que é literal pode ser percebido como metafórico. Pondo a questão desse modo, é óbvio que a autora está relativizando as características como lingüísticas como parâmetro que separa o que é literal daquilo que é considerado metafórico. Na verdade, dentro dessa ótica, critérios “puramente” lingüísticos não têm relevância alguma na identificação da metáfora ou do literal. Metafórico ou literal se definem sempre em relação à comunidade que os utilizam e os vivenciam, enquanto metafórico ou enquanto literal. Ora, sendo esta caracterização de metafórico e literal exposta acima admitida, fica-nos mais fácil examinar a hipótese que aproxima o lugar-comum do pressuposto.

Como sabemos, costuma-se distinguir o pressuposto do subentendido. Enquanto o pressuposto está relacionado à língua, o subentendido está relacionado mais ao contexto. ‘São três horas’, dito por um aluno, na sala de aula, para fazer significar ‘está na hora da aula terminar’ é um subentendido porque o sentido exposto acima está fortemente relacionado à situação em que ela foi dita. O mesmo enunciado, em outras situações, pode não carregar o sentido exposto acima. Com o pressuposto, ocorre que ele está sempre presente em todas as situações em que seja utilizado um mesmo enunciado. O pressuposto está, de um certo modo, associado à língua, como por exemplo, em Ducrot (1972). Aparece também associado à ‘lugar’, como, por exemplo, na ‘Conclusão’ do “ O Intervalo Semântico (Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa) de Carlos Vogt (1977), que na pág.265 diz: ‘Neste sentido, a pressuposição lingüística pode ser considerada como um ato que visa a estabelecer, como ponto de partida para o edifício da argumentação, a adesão do auditor. Isto é, ela poderia ser considerada como constituindo uma espécie de tópico, de lugar da argumentação, mas um lugar privilegiado uma vez que, embora guardando a natureza do implícito, ele se apresenta com a força de uma imposição explícita, criando para o auditor certas obrigações cuja necessidade parece justificar-se pelo próprio direito de falar’. O que nos interessa

especificamente neste trecho é a aproximação que ele estabelece entre pressuposto e lugar. Ora, no primeiro capítulo, tínhamos dito que os enunciados (78) e (79) poderiam ser descritos como portadores do lugar: "Tempo é dinheiro". Os enunciados são:

(78) Paulo perdeu seu tempo

(79) Eles ganharam tempo

Expresso dessa forma, "tempo é dinheiro", deixa mais na visibilidade o lugar específico. Expresso de uma outra, podemos favorecer a visibilidade do lugar-comum, no caso, o lugar da essência, em que "tempo" se define por uma "característica" tomada como prototípica que, aliás, termina por valorizar "tempo" o dinheiro. "Dinheiro" não é uma "característica" que participa obrigatoriamente na caracterização do que seja "tempo". Mas, em enunciados como esses, "dinheiro" passa a ser tomada como modelo para "tempo".

Afirmamos antes que em todo lugar-específico está também expresso o lugar-comum. Eles estão imbricados um no outro. Tendo em mente isto, trabalharemos com o sentido "tempo é dinheiro", como representando tanto o lugar-específico quanto o lugar-comum.

Voltemos, agora, à questão da relação entre lugar-comum e pressuposto. Focalizando nos enunciados que estamos discutindo o implícito "tempo é dinheiro", poderíamos bem nos perguntar se o implícito em questão não se comporta como pressuposto. Se, enfim, tal implícito não pode ser considerado como pressuposição. Se utilizarmos a "concepção antiga" de pressuposição, em que eram usados testes como a negação e a interrogação para se verificar uma significação qualquer era ou não pressuposto, então, constaremos que "tempo é dinheiro" se comporta como pressuposto, considerando-se estes testes.

Em Ducrot (1972), por exemplo, admite-se que o pressuposto de um enunciado resiste à interrogação e à negação. Isto é, o pressuposto permanece presente no enunciado, mesmo quando se interroga ou se nega o enunciado que contém a pressuposição. Assim, se interrogamos ou negamos os enunciados (78) e (79), o implícito "tempo é dinheiro", ainda permanecerá?

Pedro perdeu seu tempo?

Paulo não perdeu seu tempo.

Eles ganharam tempo?

Eles não ganharam tempo.

A acreditar nesses testes, "tempo é dinheiro" poderia ser visto como pressuposição? Acontece que a pressuposição, na concepção antiga, era marcada na língua. Com isto queremos dizer que um enunciado como "Pedro continua a beber vodca", que exibe um pressuposto que é "Pedro bebia vodca antes", possui nas suas características lingüísticas uma marca qualquer (no léxico, na morfologia ou na sintaxe) relacionada à existência do pressuposto. No caso deste último enunciado, a marca está no léxico. É a palavra "continuar" que introduz o pressuposto. Isto significa, então, que a presença de "continuar", em construções como esta, está associada à presença de pressupostos semelhantes ao indicado em todos os casos em que "continuar" apareça. Uma hipótese como esta apóia-se numa concepção de linguagem em que língua e discurso estão colocados em territórios nitidamente delimitados. Assim, o pressuposto está associado à língua. O subentendido por sua vez, está relacionado ao discurso. Ora, dissemos, no início do capítulo, que nesta seção discutiríamos a chamada confluência de traços da língua e do discurso. É a ocasião oportuna, esta que se apresenta agora, para uma breve reflexão sobre o tema. Prossigamos. Admitindo-se, então, como hipótese, que o pressuposto está associado a uma marca lingüística. Admitamos, por enquanto, que "tempo é dinheiro" é um pressuposto: A pergunta é então: qual ou quais elementos lingüísticos podem aparecer, então, como marca ou marcas do pressuposto em questão? A resposta poderia ser a seguinte: há uma marca sintático-semântica que poderia ser expressa ingenuamente da forma que vai ser exposta a seguir. O verbo "ganhar" e o verbo "perder", quando se associam ao substantivo "tempo" (objeto direto), produzem uma construção que chama a atenção sintática e semanticamente. Assim, os verbos ou os substantivos não podem ser entendidos "literalmente". Já sabemos que uma descrição como esta deixa mais coisas na obscuridade que na luz, veja-se R.P. de Oliveira, obra citada. Mas, façamos de conta que nada está acontecendo, por enquanto, e vamos um pouco adiante. Ingenuamente, vamos vestir a "descrição" acima proposta com outra linguagem. Em relação aos enunciados em questão, falemos da seguinte forma: os "processos", "ganhar" e "perder" toma dois argumentos. Um argumento é o beneficiário. Nos enunciados que estamos discutindo "Paulo" e "ele" exercem a função temática de beneficiário. "tempo", exerce a função temática de "Objetivo", porque é "um objeto em relação ao qual se dá uma atividade ou processo que não o modifica e de que não

resulta" (Whitaker-Franchi (1989)). Mas, o que há então de peculiar entre a relação de 'perder', 'ganhar' e 'tempo'? Nada está ainda esclarecido. Na verdade, não existe nenhuma peculiaridade nesta construção, do ponto de vista sintático-semântica. O sentimento da língua, no seu estágio atual, não autoriza que as construções em questão sejam analisadas como peculiares, porque tais construções não são percebidas como tais. Ainda que, então, esta questão fosse resolvida, isto é, se fosse o caso em que detectássemos marcas lingüísticas que apontassem para a existência de um possível pressuposto, 'tempo é dinheiro', sobriariam outros problemas. Um dos problemas, por exemplo, é o que examinaremos a seguir. Admitamos, por enquanto, que a relação entre verbo e objeto direto está marcando, o que não é verdade, os enunciados discutidos como portadores de pressuposto. Lembremos que no primeiro capítulo discutimos uma questão um pouco semelhante: a questão de marcas indicativas num enunciado da existência de 'elementos vazios', isto é, de elementos que tinham de ser recuperados, no trabalho de interpretação. Percebemos, muitas vezes, que os elementos a serem recuperados não estavam presentes no enunciado. Eles só poderiam ser, então, recuperados, lançando-se mão dos fatores pragmático-discursivos. No enunciados que estamos discutindo, se o problema das marcas lingüísticas que introduzem o implícito estivesse resolvido, difícil saber porque é "dinheiro" que é tomado como uma espécie de modelo para "tempo" e não uma outra palavra. Pouca coisa indica nos verbos "perder" ou "ganhar", se tentarmos estabelecer uma caracterização "puramente" lingüística, que o implícito é: "tempo é dinheiro". Não poderemos argumentar, em defesa da existência do implícito em questão, apoiando-se no fato de que "dinheiro", "ganhar" e "perder" ocorrem em enunciados claramente literais: "Perder dinheiro" ou "Ganhar dinheiro", em que dinheiro ocorre na mesma função sintática (e semântica) que "tempo" ocorre nos enunciados focalizados. É que este tipo de argumento serviria também para defendermos a associação dos enunciados que estamos discutindo com "Tempo é um jogo". E, efetivamente, temos enunciados tidos como literais em que "perder" e "ganhar" se constroem com jogo, estabelecendo um relacionamento sintático-semântico semelhante ao de "perder dinheiro", "ganhar dinheiro". Veja-se, por exemplo, "Ele ganhou o jogo", "Ele perdeu o jogo", ou se quisermos, sem o artigo antes de jogo: "Este time não ganha jogo há muito tempo".

Neste ponto, podemos retomar a questão da existência de marcas lingüísticas que indicam se um enunciado é metafórico ou literal, que começamos a discutir no início desta seção. Ao mesmo tempo, também continuaremos

discutindo a questão das marcas lingüísticas relacionadas à existência de uma pressuposição. É que as duas questões no fundo são uma única questão.

Estamos afirmando, agora, que chegar ao implícito "tempo é dinheiro" nos dois enunciados focalizados, não se faz por via "puramente" lingüística, quer tomemos o implícito em questão como lugar-comum, portanto associado à um processo metafórico, quer o tomemos como pressuposto.

Na verdade, a associação "tempo" e "dinheiro", fazemo-la já guiados pela cultura, que favorece plenamente esta interpretação, em detrimento de outra, a saber, por exemplo, "tempo é jogo". É óbvio que a língua estabelece estreita relação com a cultura, de tal modo que o que está na cultura vai se sedimentando na língua. A associação de tempo e dinheiro se faz presente em muitos discursos de vários tipos, que nos oferecem enunciados como "poupar tempo", "gastar tempo", "economizar tempo", "desperdiçar tempo", etc..., repetições de sentido estas que vão construindo e cristalizando um aspecto do sentido da palavra "tempo". Esse aspecto passa a ser indistacável mesmo da palavra "tempo". Mas, não podemos esquecer que foram os usos continuados e repetidos de "tempo", tomado na sua relação com dinheiro, que ajudaram a construir o sentido que estamos discutindo. Aqui, sabemos, já é altamente perigoso tentar separar o "puramente" lingüístico do aspecto cultural e histórico.

O que nos interessa aqui é a dificuldade, muitas vezes, de dissociar o processo e o estado, os dois, importantes para a compreensão do fenômeno da linguagem. O que pode aparecer, muitas vezes, como "puramente" lingüístico é o que no presente da língua está cristalizado. Mas, mesmo no presente da língua, existem sentidos e recursos de expressão sistematizados, quase sistematizados e totalmente assistemáticos.

Se admitirmos uma relação dinâmica entre língua e discurso, tal que seja contemplada a ação dos locutores sobre a língua, através de seus discursos, ao mesmo tempo em que é contemplado o peso do já estabilizado sobre os discursos produzidos estaremos, então, de acordo que nem tudo do presente da língua pode ser capturado dentro de esquemas muito rígidos.

No caso da pressuposição, é possível que o que se considera como tal é o que já está cristalizado, aprisionado dentro de um recurso específico visível. No entanto, haverá sempre dúvidas se um sentido qualquer é ou não pressuposto. É que sua relação com um determinado recurso expressivo pode não ser estável. Dito de outra forma, a fronteira entre subentendido e pressuposição é tênue. Na

história da língua, deve haver lugar para a passagem de um subentendido à pressuposição e vice-versa. No presente da língua, há lugar para casos intermediários. Na questão da metáfora, lidamos também com casos menos dependentes dos fatores pragmáticos-discursivos e com casos mais independentes de tais fatores. Por exemplo, é óbvio que para a maioria dos falantes ‘um galo sozinho não tece a manhã’ (“Tecendo a manhã” de João Cabral de Mello Neto) é um enunciado metafórico. Não importa aqui a descrição lingüística que receba, ‘tece a manhã’ chama a atenção no seu aspecto sintático-semântico para a construção que não é usual, a ‘metáfora nova’. Neste caso, como negar que fatores semânticos e sintáticos são investidos, isto às custas de uma diferença entre a novidade de uma construção como essa, envolvendo essas palavras e a repetição dessas mesmas palavras em outras construções mais estabilizadas na língua. Este procedimento, muito presente em ‘metáforas novas’ bem pode aparecer como um recurso, entre outros vários, que assinalem a existência de uma metáfora. Podemos levantar a hipótese de que este recurso é muito sistematizado (para as metáforas novas) embora, na verdade, a visibilidade da criação de uma construção inovadora só pode ser descrita a partir do uso, isto é, de outras ‘construções’ tomadas como mais características em que as palavras envolvidas usualmente entram. Como recurso praticamente assistemático, vimos que a repetição também foi utilizada para assinalar a existência da metáfora no poema de Drummond. Tal recurso foi acionado, apoiando-se no contexto. Podemos ainda apontar mais um outro recurso diferente, este pragmático-discursivo, privilegiado por R.P. de Oliveira (1992). Trata-se da utilização de palavras e expressões pertencentes a uma determinada série discursiva num discurso pertencente a outra série diferente. Por exemplo, a utilização de termos e expressões da Biologia num discurso que pertence à Lingüística. Um outro recurso, ainda, é oposto ao primeiro comentado, no seguinte sentido: em vez de se explorar uma certa diferença com o estabelecido, com o uso, explora-se aqui justamente a previsibilidade da repetição de um conjunto de sentidos associados já à língua. Trata-se, neste caso, com a ajuda do contexto, de se utilizar palavras excessivamente marcadas na língua em relação a uma utilização metafórica. Por exemplo, no primeira capítulo, falamos da relação existente entre as palavras ‘Canto’, ‘poesia’ e ‘poeta’. Vimos que, na retomada de ‘as aves que aqui gorjeiam’, ‘aves’ é substituída por ‘poeta’: ‘os poetas da minha terra’. O que permite a substituição de ‘aves’ por ‘poeta’ na retomada? A resposta é óbvia: a aproximação de ‘aves’ com ‘poetas’ se faz pelo ‘canto’, implícito neste verso. Essa aproximação aparece como muito evidente, graças aos traços culturais e

históricos nossos, que estabeleceram uma conexão muito grande entre música e poesia. Assim, as palavras "canto", "ave", "lira", etc..., dentro de determinados contextos, aparecem já extremamente majoradas em seu sentido por toda uma tradição ocidental. Essa tradição reúne poesia à música, já na Grécia Arcaica, passando pela Idade Média, em que a poesia era feita para ser cantada. Assim, a utilização de palavras marcadas é um outro tipo de recurso utilizado para assinalar a existência de metáfora. Aliás, a utilização de certas expressões marcadas culturalmente (ou expressões próximas a "área" das expressões marcadas) foram tomadas por nós como uma espécie de indício que terminavam por favorecer as interpretações que estávamos propondo. Obviamente não foi privilegiado só este tipo de indício.

Uma palavra pode ser marcada, dentro de um contexto. O que podemos dizer, então, dos clichês, em que, como vimos, o próprio esquema é muito marcado? A estruturação das palavras em esquemas, ao contrário das metáforas novas, não exige nenhum trabalho lingüístico dos locutores. Em suma, o próprio esquema em que ocorrem as palavras dentro do clichê vem pronto da língua e sob esse aspecto o clichê aproxima-se muito das palavras compostas.

As palavras compostas não toleram intercalação de uma palavra ou expressão dentro delas. Por exemplo, não podemos obter de "o guarda-roupa", por intercalação, uma construção como "o guarda cuidadosamente roupas". Também, da mesma forma, "olhos de cristal" já não parece ser um clichê, se usado como "olhos belíssimos de cristal". É que a intercalação de "belíssimos" trai o trabalho do locutor. Em tempo, a utilização mesmo da flexão ajuda também a dissolver o clichê: "olhos de cristais" possui alguma coisa de inovadora. Do mesmo modo, é vedado o deslocamento das palavras da posição que ocupam no esquema, no clichê. Assim, deslocar os elementos que o compõem significa dissolvê-lo, pois aí, então, fica muito patente o trabalho do locutor. Veja-se a diferença entre "hermeticamente fechado" e "fechado hermeticamente".

Dissemos acima que palavras e expressões marcadas, considerando-se os fatores pragmático-discursivos, nos serviram como uma espécie de guia, nas interpretações dos poemas analisados. Um último exemplo relacionado a este assunto, aproveitando o que discutimos sobre a relação poesia e canto, é o da interpretação que favorecemos para o verso "um galo sozinho não tece uma manhã". Não são unicamente os recursos "puramente" lingüísticos que nos remetem a uma determinada interpretação, como sabemos. Avisamos que não faremos a transcrição do poema na sua totalidade. Acreditamos que a

interpretação deste verso, no contexto desta nossa discussão, é suficiente. Passemos pois, às questões relacionadas à interpretação do verso. Uma das interpretações que favorecemos nesse verso (e no poema) é a de que "galo" é um equivalente objetivo do poeta. Esta interpretação pode ser confirmado, é claro, ou negada, levando-se em conta a totalidade do poema. Favorecemos esta interpretação com base nos traços de nossa cultura, que aproxima poesia e canto, e, portanto, poeta a cantor, músico, ave (ou às outras palavras que a cultura aproxima a "canto", "música"). No verso, é "galo" que se aproxima, em termos de sentido, de poeta, pela atividade tomada aí como prototípica de poeta: a de cantar. Importante dizer, nesse momento, que uma das possíveis interpretações favorecidas não entra obrigatoriamente em choque com outras também possíveis. Assim, "manhã" pode ser interpretado como equivalente objetivo simultaneamente de "futuro", "mudança social", "poema", sem contradições. Aliás, uma interpretação pode favorecer uma outra diferente. Ao nosso ver, entre outras coisas, justamente essa possibilidade de múltiplas interpretações da metáfora levou R. P. de Oliveira (1992) à recusa de traduzir a metáfora por um literal. Tendo a autora caracterizado as metáforas como um complexo de significações, que incluem a vivência dos indivíduos que as utilizam, não podemos deixar de assinalar que a opção da autora em relação à tradução delas é bastante coerente. De nossa parte, concordamos que a complexidade do lugar-comum também é muito grande. Contudo, optamos pela "tradução" do lugar-comum. E isso exige uma explicação. Quando optamos por traduzir os lugares (comuns e específicos) da forma como fizemos, fizemo-lo por acreditar que eles se tornariam mais palpáveis, facilitando, assim, nossa discussão sobre eles. Na verdade, os lugares-comuns, reduzidos a seis básicos, não oferecem, tal como expressos, maiores problemas. O maior problema, para nós, reside nas versões dos lugares-específicos. Assim, traduzimo-los do modo que achamos mais conveniente, mas acreditamos que outras versões, talvez melhores, são possíveis. Nas traduções, é claro, favorecemos uma interpretação. Mas, de que modo isso não ocorreria? Em suma, a opção pela tradução, ajudou-nos a tornar mais explícitos os lugares específicos. Afinal, é muito difícil trabalhar com um implícito sem tentar explicitá-lo. Neste ponto, damos por encerrada aqui a discussão especificamente da questão da metáfora, mesmo sabendo que muitos do problemas relacionados a este tema não foram, sequer, por nós tocados. Voltemos, agora, à algumas questões relacionadas ao pressuposto.

Começamos pela questão que levantamos rapidamente sobre a indeterminação das fronteiras que separam subentendido e pressuposto. De

início, é bom que se diga logo, que a noção de pressuposto dentro da chamada semântica argumentativa tem mudado muito.

A expressão "concepção antiga" para se referir a concepção de pressuposto que apresentamos é utilizada pelo próprio Oswald Ducrot (1978), no trabalho citado no primeiro capítulo. Ducrot, lembremos, é o principal representante da semântica argumentativa e o pressuposto é uma das bases da sua teoria. Um resumo e discussão de pressuposição, enfatizando a obra de Ducrot, encontra-se no livro de Ingedore Koch (1984). Destacaremos no artigo de Ducrot citado, aquilo que no seu texto nos interessa, tendo-se em vista a questão da indeterminação da fronteira que separa subentendido e pressuposição, aliás, da indeterminação da fronteira que separa língua e discurso que, apesar de diferentes um do outro, não se dissociam facilmente.

O primeiro ponto que vamos destacar neste trabalho é o questionamento da noção de pressuposição na "concepção antiga" que expomos. Neste artigo, Ducrot põe em questão, por exemplo, a afirmação de que o pressuposto aparece sempre obrigatoriamente marcado na língua. Ele o faz, através de um outro questionamento, o de que há uma nítida separação entre o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. O ato ilocucionário é definido, em geral, como aquele que se realiza em se dizendo. Por exemplo, se alguém diz "eu juro", realiza o ato de juramento porque usou "juro". O ato perlocucionário se produz pelo fato de se dizer. Por exemplo, se é dito em determinadas circunstâncias, "gosto de coca-cola", pode-se chocar o auditório. Ducrot mostra como o ato ilocucionário é, muitas vezes, pela sua concepção, relacionado à língua. Mostra também, que o ato perlocucionário é muitas vez associado a discurso. Ora, em concepções como esta pode-se muito bem associar os atos ilocucionários a pressupostos (língua) e os perlocucionários a subentendidos. Justamente é o que se tem feito. A pressuposição foi, na "concepção antiga", interpretada como um ato ilocutório. Acontece, como mostra bem Ducrot, que o próprio ato ilocucionário pode ser realizado "indiretamente", com a ajuda do contexto. Por exemplo, um pedido pode ser feito com marcas de interrogação (língua): "Pode fechar a janela?". Sendo assim, diz Ducrot: "Se lhe é retirada essa característica, o pedido não é mais um pedido, mas um esforço para fazer agir alguém de um certo modo. Chego então à conclusão de que o valor do ilocutório de um enunciado pode não estar na frase que serve para realizar o ato. De fato, não há mesmo nenhum tipo de ato ilocutório que não seja, ao menos uma vez, realizado de forma indireta. A aplicação ao problema da pressuposição é imediata. Se esta é um ato ilocutório

como os outros, seria bastante surpreendente que fosse o único a ser ligado à frase. É necessário, então, admitir que pode aparecer ao nível mesmo do enunciado e até mesmo sob forma de subentendido. Haveria pressuposições subentendidas, como há pedidos subentendidos". p. 36-7. Em tempo: frase é utilizada aí como um entidade gramatical abstrata e enunciado como uma realização particular da frase.

No que nos parece pertinente, somente mais algumas observações sobre a pressuposição. No artigo que estamos discutindo, os critérios de negação e interrogação, tidos como clássicos para o estabelecimento de um pressuposto, continuam valendo para a pressuposição marcada na frase (língua). Há pressuposições que só podem ser evidenciadas por um outro critério que está mais associado à noção de discurso. Esse critério é o encadeamento, que passa a ter um papel mais importante. Num exemplo dado pelo autor, a frase "fui à Alemanha com Pedro" pode-se atribuir pressuposto como "fui à Alemanha" ou "viajei com Pedro". Utilizando-se a noção de encadeamento: "Quando o tipo de continuação que persigo para meu enunciado diz respeito ao comportamento de Pedro na Alemanha, ou a possibilidade que ele teve de realizar essa viagem, o que está posto é que levei Pedro e o que está pressuposto é minha viagem à Alemanha. Inversamente, se pretendo continuar sobre minha possibilidade de ter ido à Alemanha, sobre o que lá fiz ou vi, o que se põe é que acompanhei Pedro e o que está pressuposto é sua viagem", pág.38-9. Por fim, quanto a nossa posição no que diz respeito a interpretação do lugar-comum como pressuposto, o que temos a dizer é que já tínhamos caracterizado, recorrendo a Perelman (1970), o lugar-comum como um tipo de sentido, geralmente implícito. Por "geralmente implícito" entendemos o seguinte: o lugar-comum é definido como uma ação argumentativa, instauradora de valores e hierarquias, logo, relacionada ao preferível. Estabelecido isto, pouco importa para sua caracterização que ele seja usada de modo explícito ou implícito. Nos textos que utilizamos, podemos bem notar que sua explicitação aparecia em graus diferentes, conforme o texto. O mesmo vale, é óbvio, para o lugar-específico.

Voltando aos trabalhos de Ducrot, não podemos deixar de comentar um artigo que nos interessa imediatamente. Trata-se de "Argumentação" e "Topos". "Argumentativos" que está no livro de Eduardo Guimarães, organizador, História e Sentido na Linguagem, publicado em 1989. Nesse trabalho, Ducrot caracteriza o Topos ou lugar-comum como um sentido que permite ao ouvinte estabelecer uma conexão entre enunciados, dentro de uma teoria da polifonia. Segundo esta

teoria, várias vozes, vários pontos de vista, podem aparecer num único enunciado. Por exemplo, o enunciado 'Como você é bondoso!', dito com um certo tipo de entonação pode fazer aparecer um ponto de vista contrário ao que aparentemente é posto no enunciado. Mas, voltemos à questão do Topos. É bom que se diga logo que não é só a possibilidade de fazer aparecer uma certa conexão entre dois enunciados que o caracteriza. Uma outra característica que nos importa muito é sua localização no sistema de crenças, como Ducrot o faz, de passagem, sem muita ênfase. A propósito de dois Topos, um expresso por 'o trabalho leva ao êxito' e outro expresso por 'o trabalho leva ao fracasso', Ducrot faz o seguinte comentário na pág. 22: 'Se continuamos definindo argumentatividade como o conjunto das conclusões possíveis, não se tem mais que uma única solução: alargar o conceito de 'situação do discurso' de modo a incluir nela os princípios argumentativos utilizados. Pode-se dizer, então, que concluindo de A e de A' o fracasso de Pedro, colocamo-nos em situação de discurso diferentes; uma comportaria, como pano de fundo ideológico, a crença de que o trabalho leva ao êxito, a outra, a crença de que ele leva ao fracasso. Mas esta solução não me parece defensável. A dificuldade vem de que um mesmo sujeito falante pode considerar ao mesmo Tempo o trabalho como fator de fracasso e de êxito; penso que todos possuímos, em nosso universo de crenças, uma e outra dessas idéias que pertencem ambas à nossa situação psicológica de discurso'. Acredito que 'universo de crenças' seja equivalente ao que estamos chamando de sistemas de crenças. Em tempo: A letra A no texto representa enunciados como 'Pedro trabalhou um pouco'. A letra A' (A linha) representa enunciados como 'Pedro trabalho pouco', derivados de A. Os enunciados A' exibem um operador argumentativo, ou seja A é diferente de A' argumentativamente. Para Ducrot, no trabalho que estamos discutindo, a diferença entre A e A' é que o conjunto de enunciados representado por A está associado a uma 'forma Tópica' do tipo 'Quanto mais P'. Da seguinte forma: 'Quanto mais se trabalha mais se tem êxito'. Isto é: 'mais....mais'. Ou também: 'menos....menos': 'Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito'. Por outro lado, A', está associada a 'forma Tópica' 'Quanto menos P'. Assim, 'Quanto mais se trabalha, menos se tem êxito' expressa esta segunda forma tópica. Também a expressa: 'Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito'. Traduzindo tudo isto, então, quer-se dizer que se um enunciado que contenha a expressão 'trabalhar um pouco', se associar ao Topos 'o trabalho leva ao êxito', isto deflagra, então, a forma tópica "quanto mais....mais", levando à conclusão 'êxito'. Por outro lado, 'trabalhar um pouco', associado ao Topos: 'o trabalho leva ao fracasso' deflagra

a forma tópica "Quanto mais...menos" e a conclusão é "fracasso". Já o enunciado "trabalhar pouco", associado ao Topos "o trabalho leva ao fracasso" deflagra a forma tópica "Quanto menos...mais" e se associa ao êxito. Por fim, um enunciado que contém "trabalhar pouco" se associado ao Topos "o trabalho leva ao êxito" deflagra a forma tópica "Quanto menos...menos" e a conclusão é "fracasso".

Acabamos de expor, através desses exemplos em que os Topos "o trabalho leva ao êxito" e "o trabalho leva ao fracasso" aparecem associado a grau, mais uma das características do lugar-comum, tal como os concebe Ducrot. As outras características que apontamos antes, a rigor, são comuns também a outros tipos de sentido. Estamos falando da propriedade de permitir estabelecer conexão entre enunciados ou a característica de se localizar no sistema de crenças. Essas são características gerais que o lugar-comum também compartilha com outros tipos de sentido. Mas, há outras características mais específicas. Um delas é a seguinte: O lugar comum é universal, ou melhor, o lugar-comum se propõe como universal. Dizendo de outra forma, a universalidade do lugar-comum só é possível, porque a lugar-comum é partilhado por uma comunidade lingüística, que admite partilhá-lo. Veja-se nisso a relação com o sistema de crenças. Em segundo-lugar, o lugar-comum é geral, no sentido de que "o princípio deve ser reputado como válido além da situação na qual é aplicado, para um grande número de situações análogas", pág.25. Por fim, o lugar-comum está relacionado a grau, como vimos acima. Isso não nos espanta. Lembremos que mostramos que todos os lugares-comuns, e isso era uma hipótese, se associavam ao lugar da quantidade (grau, nos termos colocados por Ducrot) ou de qualidade. Enfim, o Topos, para Ducrot, em suas palavras, é gradual, ou dizendo em outras palavras, o topos implica em grau. Nas conclusões gerais, no item(3), Ducrot, afirma que "todo ato de argumentação, e, mais geralmente, toda orientação argumentativa de um elemento semântico, implicam que sejam convocados topoi graduais". E no item (6) e (7) da conclusão diz o seguinte: Item 6, "Não se pode utilizar uma língua - na medida pelo menos em que ela comporta operadores argumentativos - senão se se tem a sua disposição e se se pressupõe topoi". No item 7: "Ainda que a utilização da língua exija que se disponha de topoi, a língua não determina o conteúdo específico destes topoi. Dito de outra forma, a mesma língua pode ser utilizada por coletividades que admitem topoi contrários (não é, aliás, raro que uma mesma coletividade possua topoi contrários, cf., no meu último exemplo T1 e T2). O que é necessário é a existência de topoi reconhecidos pela coletividade. Caso contrário, parece-me impossível utilizar expressões como 'Pedro trabalhou

pouco/um pouco”, “São somente 8 horas...etc”. Todos os itens transcritos aqui estão na página 38. As letras T1 e T2 representam os seguintes Topos: T1 “o trabalho leva ao êxito” e T2 “o trabalho leva ao fracasso”.

Aqui terminamos este capítulo. A título de conclusão gostaríamos de apontar que a Semântica Argumentativa vem caminhando cada vez mais numa direção: a de enfatizar cada vez mais a importância de fatores ligados a discurso. Em sua Teoria, fica cada vez mais visível a importância dada à interlocução. O papel do auditório está cada vez mais destacado, ainda mais se considerada a inclusão da Teoria Polifônica dentro da Semântica Argumentativa.

A inclusão dos Topos dentro da semântica, aproxima cada vez mais, os trabalhos de Ducrot dos da Análise do Discurso, particularmente dos trabalhos, em Análise do Discurso que recuperam a Retórica. Este último trabalho que discutimos, por exemplo, inspira-se expressamente em Aristóteles, autor em que também nos apoiamos no presente trabalho, junto com Perelman.

Justamente por nosso trabalho apoiar-se na Retórica, tal como o último citado de Ducrot, é que podemos encontrar alguns pontos em comum. Por exemplo, a abordagem de Ducrot sobre lugar-comum reforça a nossa decisão de localizá-lo no sistema de crenças, ao mesmo tempo que o relaciona a valores compartilhados por uma dada comunidade. Na nossa análise, os lugares-comuns estão associados ao lugar da quantidade (ou lugar da qualidade). Ducrot associa-os a grau (em nossos termos, ao lugar da quantidade).

A diferença mais marcante, porém, entre o trabalho de Ducrot e o nosso é que Ducrot termina por privilegiar o enunciado, enquanto nós privilegiamos o discurso, quando discutimos lugar-comum.

Passando, agora, a questões mais gerais, gostaríamos de enfatizar que a incorporação da Retórica pela Análise do Discurso nos permitiu explicitar melhor a associação de lugar-comum (e lugar-específico) tanto a estados quanto às ações. O lugar-comum aparece predominantemente ligado a estado. Trata-se de um sentido compartilhado por uma comunidade. Trata-se de um sentido que se explicita quando o relacionamos a valores, estes últimos fortemente vinculados, por sua vez, ao já produzido, à língua. Mas, esta vinculação forte do lugar-comum a estado se relativiza, sob uma outra ótica. Se atentarmos que o lugar-comum permite a criação de novos discursos, que ele pode ganhar expressão diferente através de recursos diversos, como vimos, constatamos, então, que, desse ponto de vista, o lugar-comum vincula-se à ação, também. Além do que, é óbvio, valores

e hierarquias, às quais se associam o lugar-comum, modificam-se muito lentamente, mas se modificam, através da dinâmica da cultura e dos discursos efetivamente produzidos. Enfim, é uma questão de grau a vinculação entre lugar-comum, de um lado, e de outro, ações e estado. De qualquer modo, podemos continuar afirmando que o lugar-comum está associado mais a estados que às ações. Terminamos assim, este segundo e último capítulo.

CONCLUSÃO

Seremos breve. O que estamos chamando de "conclusão" é isso: um conjunto de observações finais, gerais, em que a coesão é garantida basicamente pela presença do tema da contradição. Isso se justifica: os contrários, os opostos, a contradição, enfim, estão presentes da primeira até a última página do nosso trabalho.

De início, retornemos ao poema de Fernando Pessoa, "D. Sebastião, Rei de Portugal" que abre o nosso segundo capítulo. O que o poeta faz é justamente explorar a contradição entre real e desejo. O real comparece na constatação de que a vida é breve. O desejo, na aspiração do poeta à eternidade: "Por isso onde o areal está/ficou meu ser que houve, não o que há". Mas, como pode o poeta eternizar-se, senão através do seu discurso? Na interpretação que antes tínhamos favorecido, a loucura é um equivalente do delírio poético. Ora, a loucura, o delírio poético são, então, valorizados nesse poema, através da utilização do lugar da quantidade (a duração) em oposição à brevidade da vida humana: "Sem a loucura que é o homem/mais que besta sadia/cadáver adiado que procria"? É, pois, o poema, lugar da duração, a resposta ao desejo de eternidade do poeta.

No nosso trabalho, real e desejo estão também presentes. O real comparece nas contradições. O desejo, na ambição de aproximar ao máximo os opostos: o estado e a ação, a repetição e a criação, a metáfora e o lugar-comum, o lugar específico e o lugar-comum. Este esforço de juntar os opostos, bem sabemos, vem de uma preocupação dominante: o de obter generalização, preservando ao máximo as particularidades. Ora, esta preocupação está na raiz da ciência. Esta preocupação está na raiz da poesia. Aliás, estão na raiz de ambas, por mais que se negue, o instinto e a consciência, a emoção e a razão. Admitimos: razão e emoção se mesclam nesse nosso trabalho.

A relação entre os dois é de antagonismo? Ou a emoção é alimentada pela razão e vice-versa? Aliança ou pacto?

É por uma ciência assim que suadamente sonhamos, aliança e pacto: por uma aproximação maior de arte e ciência, Lingüística e Literatura:

Vede: a Química conta as moléculas; dita
A Mecânica as leis tendo por base a inércia;
Outros mundos além a Astronomia habita ...

Se mesmo o positivo é sonho e controvérsia
Nem Porvir, nem ninguém, cousa alguma deslinda
A ciência que sonha e o verso que investiga.

(Jorge de Lima, "Primeiro dos Quatorze" in **Poesia Completa**, vol. 1, p. 61)

BIBLIOGRAFIA

- ACHCAR, F. (1992) Lírica e Lugar-Comum - alguns temas de Horácio e sua presença em português. Tese de Doutorado, São Paulo, Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP.
- ADORNO, T.W. (1958) "Discurso sobre a Lírica e a sociedade" (Trad. de 'Rede über lyrik und gesellschaft') in Lima, L.C. (org.) Teoria da Literatura em suas fontes. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, pp. 343-354.
- ALMEIDA, C.M. (1989) "Predicação Metafórica e gerativismo" in Galves, C. (org.) Cadernos de Estudos Lingüísticos, 17, Teoria Gramatical. Campinas, IEL-UNICAMP, p. 145-162.
- ANDRADE, C.D. de A. (1962), Antologia Poética. Rio de Janeiro, Record, 21ª ed., 1987.
- ARISTÓTELES. Arte Retórica e Arte Poética (trad. de Art Rhétorique et Art Poétique). Rio de Janeiro, Ediouro-Tecnoprint, sem data.
- _____. Tópicos: Dos Argumentos Sofísticos. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- APRESJAN, Ju D. (1966) Idéias e Métodos da Lingüística Estrutural Contemporânea (Trad. de Ideji i Metody Sovremennoj Strukturnoj Lingvistiki (Kratkij ocerk)). Campinas, Cultrix-UNICAMP, 1980.
- ARROJO, R. e K. Rajagopalan (1992) "A noção de literalidade: metáfora primordial" in Arrojo, R. (Org.). O Signo Desconstruído. Campinas, Pontes, pp. 47-55.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1990) "Heterogeneidade(s) Enunciativa(s) in Orlandi, E. e J.W. Geraldi (orgs.), Cadernos de Estudos Lingüísticos, 19, O Discurso e suas Análises. Campinas, IEL-UNICAMP, pp. 25-42.
- BASÍLIO, M. (1989). Teoria Lexical. São Paulo, Ática, 2ª ed.
- BENVENISTE, E. (1946) "Estrutura das relações de pessoa no verbo" in Problemas de Lingüística Geral (Trad.) de Problèmes de Linguistique générale). São Paulo, Ed. Nacional-Edusp, 1976, pp. 247-259.
- _____. (1956a) "Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana", in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Editora Nacional-Adusp, 1976, pp. 81-94.
- _____. (1956b) "A natureza dos pronomes" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Editora Nacional-Adusp, 1976, pp. 277-283.
- _____. (1958a) "Categorias do pensamento e categorias da língua" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Ed. Nacional-Edusp, 1976, pp. 68-80.

- _____. (1958b) "Da subjetividade na linguagem" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Ed. Nacional-Edusp, 1976, pp. 284-293.
- _____. (1959) "As relações de tempo no verbo francês" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Editora Nacional-Edusp, 1976, pp. 260-276.
- _____. (1962). "Os níveis de análise linguística" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale). São Paulo, Ed. Nacional-Edusp, pp. 127-140.
- _____. (1970) "O aparelho formal de enunciação" in Problemas de Lingüística Geral (Trad. de Problèmes de Linguistique Générale II). Campinas, Pontes, 1982, pp. 81-90.
- BETTELHEIM, B. (1980) A Psicanálise dos Contos de Fada (Trad. The uses of Enchantment, the Meaning and Importance of Fairy Tales). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 9ª ed. 1992.
- BORELLI, O. (1982) Clarice Lispector: Esboço para um retrato possível. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed.
- CÂMARA, Jr., J.M. (1964) Dicionário de Lingüística e Gramática. Petrópolis, Vozes, 8ª ed. 1978.
- _____. (1970) Estrutura da Língua Portuguesa. Petrópolis, Vozes, 15ª ed. 1983.
- CARA, S. de A. (Org.) (1981) Manuel Bandeira, antologia. São Paulo, Abril Educação.
- CARROLL, L. (1980) Aventuras de Alice. São Paulo, Summus, 3ª ed.
- CHOMSKY, N. (1965). Aspectos da Teoria da Sintaxe (Trad. de Aspects of the Theory of Syntax). Coimbra, Armênia Amado, 1975.
- COUDRY, M.I.H. (1988) Diário de Narciso - Discurso e Afasia. São Paulo, Martins Fontes.
- DASCAL, M. (1982a) "Introdução" in Dascal, M. (Org.) Pragmática. Campinas, Ed. do Autor, pp. 105-131.
- _____. (1982b) "Relevância Conversacional" in Dascal, M. (Org.) Pragmática. Campinas, Ed. do Autor, pp. 105-131.
- DUBOIS, J. (e outros) (1973) Dicionário de Lingüística (Trad. de Dictionnaire de Linguistique). São Paulo, Cultrix, 1978.
- DUCROT, O. (1972) Princípios de semântica linguística; dizer e não dizer (Trad. de Dire et me pas dire). São Paulo, Cultrix, 1977.
- _____. (1978) "Pressupostos e subentendidos (reexame)" in O Dizer e o Dito (Trad. de Le Dire et le Dit). Campinas, Pontes, 1987, pp. 31-43.
- _____. (1984) O Dizer e o Dito (Trad. Le Dire et le Dit). Campinas, Pontes, 1987.

- _____. (1989) "Argumentação e "Topos" argumentativos" in Guimarães, E. (Org.) História e sentido na linguagem. Campinas, Pontes, pp. 13-38.
- EAGLETON, T. (1983). Teoria Literária (Trad. de Literary Theory). São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- ECO, U. (1994) A Ilha do Dia Anterior (Trad. de L'isola del giorno prima). Rio de Janeiro, Record, 1995.
- FOUCAULT, M. (1971). L'Ordre du Discours. Paris, Gallimard.
- FRANCHI, C. (1976) Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem, 1ª parte. Tese de Doutorado, inédita, Campinas, IEL-UNICAMP.
- _____. (1977) Linguagem: atividade constitutiva in Almanaque. São Paulo, Brasiliense, pp. 9-27.
- _____. (1988) Criatividade e Gramática. São Paulo, SENP-Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- FRANCHI, R.W. (1989a) As construções ergativas (um estudo semântico e sintático). Tese de Mestrado, inédita, Campinas, IEL-UNICAMP.
- _____. (1989b) "Correlação entre estruturas causativas e estruturas ergativas de caso no processo de aquisição" in Cadernos de Estudos Lingüísticos, 17, Campinas, IEL-UNICAMP, pp. 163-185.
- FREUD, S. (1900) Interpretação dos sonhos. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1920). Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- GARCIA, O.M. (1969). Comunicação em Prosa Moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed.
- GERALDI, J.W. (1978) "Introdução" in Se a Semântica fosse também Pragmática ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais. Tese de Mestrado, inédita, Campinas, IEL-UNICAMP, pp. 1-26.
- _____. (1991). Portos de Passagem. São Paulo, Martins Fontes.
- GNERRE, M. (1985). Linguagem, Escrita e Poder. São Paulo, Martins Fontes.
- GRICE, H.P. (1967) "Lógica e Conversação" (Trad. de "Logic and conversation") in Dascal, M. (Org.) Pragmática. Campinas, Ed. do Autor, 1982.
- GROSSMANN, J. (1982) Temas de Teoria da Literatura. São Paulo, Ática.
- GUIMARAENS, A. de. Obra Completa. Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1960.
- HALGEMAN, L. (1982) "An Inventory of Empty Categories" in Introduction government and binding theory. Coley Road, Oxford, Blackwell Publisher, p. 393-438.
- HALLIDAY, M.A.K. (1970) "Estrutura e Função da Linguagem" in Lyons, J. (Org.) Novos Horizontes em Lingüística (Trad. de New Horizons in Linguistics. São Paulo, Cultrix 1976, pp. 134-160.

- _____. (1973) "As bases funcionais da linguagem (Trad. de The functional basis of language) in Dascal, M. (Org.) Concepções Gerais da Teoria Lingüística. São Paulo, Global, pp. 125-161.
- HOLLANDA, F.B. Chico Buarque de Hollanda. Vol. 3, RGE Discos. Ed. Arleguim, 1968.
- ILARI, R. (e outros) (1990) "Considerações sobre a posição dos advérbios" in Castilho, A.T. (Org.) Gramática do Português Falado, vol. I. A Ordem. Campinas, UNICAMP, pp. 64-141.
- KOCH, I.G.V. (1984) Argumentação e Linguagem. São Paulo, Cortez.
- LAKOFF, G. e M. Johnson (1980) Metaphors we live by. Chicago, University of Chicago Press.
- _____. (1982) Categories and Cognitives Models. Berkeley, University of California.
- LEMLE, M. (1984) Análise Sintática - Teoria Geral e Descrição do Português. São Paulo, Ática.
- LEMONS, C.T.G. de (1977) "Redações no vestibular: algumas estratégias" in Cadernos de Pesquisa, 23. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- LÉVY-STRAUSS, C. (1962). O pensamento selvagem (Trad. de La pensée e sauvage). São Paulo, Ed. Nacional-USP, 2ª ed., 1976.
- LIBERATO, Y.G. (1980) Sobre a oposição dado-novo. Tese de Mestrado, inédita. Belo Horizonte, Fac. de Letras da UFMG.
- LIMA, J. de. Poesias Completas, 2 Vol. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2ª ed. 1980.
- LOBATO, L.M.P. (1986) Sintaxe Gerativa do Português - Da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Vinculação. Belo Horizonte, Vigília.
- LYONS, J. (1968) Linguistique Générale: Introduction à la Linguistique Théorique (Trad. de Introduction to Theoretical Linguistics). Paris, Librairie Larousse, 1970.
- MAINGUENEAU, D. (1987) Novas Tendências em Análise do Discurso (Trad. de Nouvelles Tendances en Analyses du Discours). Campinas, Pontes, 1993.
- _____. (1991). L'Analyse du Discours - Introduction aux Lectures de L'Archive. Paris, Hachette.
- MEIRELES, C. Obra Poética. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1985.
- MARQUES, O. (1968) "Matrizes Estruturais do Verso Moderno" in Ensaio Escolhidos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 29-36.
- OSAKABE, H. (1979) Argumentação e Discurso Político. São Paulo, Kairós.
- ORLANDI, E.P. (1982) "Uma questão da leitura: a noção de sujeito e a identidade do leitor" in A Linguagem e seu Funcionamento. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- OLIVEIRA, R.P. de (1991) As faces do rosto. Tese de Mestrado. Campinas, IEL-UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1969) "Análise Automática do Discurso" (Trad. de Analyse Automatique du Discours) in Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, pp. 61-151.
- _____. Análise do Discurso: Três Épocas (Trad. de Analyse du discours: Trois époques) in Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Miche Pêcheux. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, p. 311-318.
- PÉCORA, A.A.B. (1989) Problemas da Redação. São Paulo, Martins Fontes.
- PERELMAN, CH. (e outros) (1970) Traité de l'Argumentation, Bruxelas, Editions de l'université de Bruxelles, 5ª ed., 1988.
- PESSOA, F. Obra Poética. Rio de Janeiro, José Aguilar Editora, 1969.
- PLATÃO. Górgias. São Paulo, DIFELL, 1970.
- PONTES, E. (1987) O Tópico no Português do Brasil. Campinas, Pontes, 1ª ed.
- _____. (Org.) (1990) A Metáfora. Campinas, Editora UNICAMP.
- POSSENTI, S. (1988). Discurso, Estilo e Subjetividade. São Paulo, Martins Fontes, 1ª ed.
- RIEDEL, D. (e outros) (1968). Literatura Brasileira em Curso, antologia. Rio de Janeiro, Bloch.
- RIEMSDIJK, H.C. Van (e outros) (1986) Introdução à Teoria da Gramática (Trad. de Introduction to Theory of Grammar). São Paulo, Martins Fontes, 1ª ed. 1991.
- SAUSSURE, F. de (1916) Curso de Lingüística Geral (Trad. de Cours de Linguistique Générale). São Paulo, Cultrix, 1974.
- SEARLE, J. (1969) Les actes de langage; essai du philosophie du langage (Trad. de Speech Acts). Paris, Herman, 1972.
- VELOSO, C. (e outros). Tropicália. Philips - Compact Disc Digital Áudio, São Paulo, 1993.
- VOGT, C. (1977) "Conclusão" in O Intervalo Semântico; Contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa. São Paulo, Ática, pp. 262-272.